

**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**MESTRADO EM ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA NAS NOVAS RELAÇÕES**  
**INTERNACIONAIS**  
**UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA**  
**“LUÍS DE CAMÕES”**

**O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO LOCAL NA RESOLUÇÃO DE**  
**CONFLITOS ARMADOS E CONSTRUÇÃO DA PAZ SUSTENTÁVEL:**  
**UM ESTUDO SOBRE A GUERRA CIVIL DO SUDÃO DO SUL**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas  
Relações Internacionais

Autora: Mariana Brandão Soares Burnay

Orientador: Professor Doutor Ricardo Real Pedrosa de Sousa

Número da candidata: 30001902

**Dezembro de 2019**

**Lisboa**

## Agradecimentos

*Aos professores e à turma, pela aprendizagem, inspiração e partilha do processo;*

*Ao Orientador e Professor Ricardo Sousa, pelo acompanhamento, liberdade e críticas  
construtivas;*

*Aos entrevistados, pela generosidade com que aceitaram partilhar a sua experiência;*

*À EA, pela certeza do caminho, pela equipa maravilha e pelos cuidados de ternura;*

*À Mar, à Pips, à Beatriz, ao trio Inês, à Ana e à Helena por serem os pratos da minha  
balança e os nós firmes da amizade;*

*À minha mãe, por ser, estar, descomplicar. Por tudo, sempre;*

*Ao Duda, pela compinchisse e constante desafio;*

*Ao pai Duarte, por ser professor de lágrimas;*

*Ao meu querido Sal, pelos óculos do Mundo e por me dar coração.*

*“Difficult roads often lead to beautiful destinations”.*

(Zig Ziglar)

## Resumo

A presente dissertação materializa a elaboração de um projeto de investigação que se concretiza no âmbito do 2.º ciclo de estudos do Mestrado em “*Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais*”, para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. Tendo como principal objetivo compreender o papel da participação local e comunitária nos processos de construção de paz sustentável, o estudo assenta num pensamento estratégico aplicado à resolução de conflitos e manutenção da paz, que define enquanto principal objeto de análise a dimensão da educação para a participação e a promoção de práticas de representatividade local como fatores fundamentais para a resolução de conflitos armados e consolidação de contextos de paz propícios ao desenvolvimento.

Neste âmbito, o projeto de investigação é fundamentado por uma extensa análise conceptual, nomeadamente no que aos conceitos de paz, guerra e participação local diz respeito, visando relacioná-los e testar a aplicabilidade da sua interdependência no contexto da guerra civil no Sudão do Sul, no qual incide o estudo de caso e análise empírica das diversas dimensões associadas ao estudo da participação local como veículo para a paz. Para tal, foi necessário estudar e compreender o ciclo histórico de conflito armado no Sudão do Sul para, a partir daí, se proceder a uma análise integrada e sistémica do papel dos mecanismos de participação local na narrativa de emancipação e construção da paz no país. Mais concretamente, no capítulo do estudo de caso, o projeto incide a sua análise no estudo do impacto da intervenção de duas organizações sediadas em Juba, no processo de *peacebuilding* através de metodologias de representação social e participação comunitária. Adicionalmente, foram aplicadas duas entrevistas a dois profissionais de organizações da sociedade civil a intervir em Juba, capital do Sudão do Sul.

Entre outras, as principais conclusões derivadas da presente investigação refletem as seguintes premissas: (1) a coesão social e o sentimento de comunidade são fatores-chave na mobilização das comunidades para a participação local, (2) a capacitação da população e das organizações da sociedade civil é fundamental para a sustentabilidade dos processos de intervenção comunitária e construção da paz, (3) o trabalho em rede reforça o sentimento de pertença e de responsabilização das comunidades no processo de paz e (4) a participação local deve ser valorizada e promovida numa etapa secundária do processo de construção da paz, com foco na sua sustentabilidade.

O estudo pretende ser um contributo para a obtenção da paz sustentável em países em contexto de conflito armado e uma possível orientação metodológica para o trabalho das organizações

da sociedade civil e estruturas internacionais a intervir no Sudão do Sul em prol da reconciliação, da paz e do desenvolvimento, sublinhando, para o efeito, a importância e necessidade de se dinamizarem práticas participativas e de representatividade social e cultural como forma de prevenção e resolução de conflitos armados e posterior construção da paz.

**Palavras-chave:** Resolução de Conflitos; Paz Sustentável; Participação Local; Sudão do Sul.

## **Abstract**

The present dissertation materializes the elaboration of a research project that occurs in the scope of the second year of studies of the Master in Peace and War Studies in New International Relations, as part of the evaluation to obtain the degree of Master in Peace and War Studies in New International Relations. Aiming to understand the role of local and community participation in sustainable peacebuilding processes, the research bases its analysis on a strategic thinking applied to conflict resolution and peacekeeping, that defines as the main object of study the dimension of education for participation and the promotion of practices for local representation as fundamental factors for the resolution of armed conflicts and the consolidation of development-friendly peace contexts.

In this context, the research project is substantiated by extensive conceptual analysis, namely regarding the concepts of peace, war and local participation, later relating them and testing the applicability of their interdependence in the context of the civil war in South Sudan. For the purpose, it was necessary to study and understand the historical cycle of armed conflict in the country to proceed with an integrated and systemic analysis of the role of local participation mechanisms in the narrative of emancipation and peacebuilding in South Sudan. More specifically, in the case study chapter, the project focuses its analysis on the study of the impact of the intervention of two organizations, based in Juba, on the peacebuilding process through methodologies of social representation and community participation. Additionally, two interviews were conducted with two professionals of civil society organizations intervening in Juba, the capital city of South Sudan.

Among others, the main conclusions derived from the present investigation reflect the following premises: (1), social cohesion and community feeling are key factors in mobilizing communities for local participation, (2) empowering the population and civil society organizations is critical to the sustainability of community intervention and peacebuilding processes, (3) partnerships and networking reinforces communities' sense of belonging and accountability in the peace process, (4) local participation should be valued and promoted at a secondary stage of the peacebuilding process, focusing on its sustainability.

The study aims to be a contribution to the achievement of sustainable peace in countries in the context of armed conflict and a possible methodological orientation for the work of civil society organizations and international structures intervening in South Sudan for the reconciliation, peace, and development, underlining, for this matter, the importance and need to foster

participative practices and social/cultural representativeness as means to prevent and resolve armed conflict and subsequently to build a sustainable peace.

**Keywords:** Conflict Resolution; Sustainable Peace; Local Participation; Southern Sudan.

## Índice

|                                                                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Definição da Problemática.....</b>                                                                                 | <b>12</b> |
| <b>Capítulo I - Introdução ao conceito de conflito armado .....</b>                                                   | <b>17</b> |
| 1.1. As “novas” guerras.....                                                                                          | 21        |
| 1.2. A guerra civil como uma guerra do presente.....                                                                  | 23        |
| 1.3. Que causas para a guerra civil africana? .....                                                                   | 27        |
| 1.4. As guerras reincidentes .....                                                                                    | 30        |
| 1.5. Que impacto na população e no país? .....                                                                        | 31        |
| 1.6. Formas de intervenção e resolução dos conflitos armados .....                                                    | 32        |
| 1.6.1. A abordagem participativa na resolução de conflitos.....                                                       | 42        |
| 1.6.2. O papel do empowerment na mobilização para a paz .....                                                         | 44        |
| <b>Capítulo II - A construção da paz.....</b>                                                                         | <b>47</b> |
| 2.1. O papel da Sociedade Civil: breve contextualização das funções e estrutura.....                                  | 53        |
| 2.2. Principais limitações .....                                                                                      | 54        |
| <b>Capítulo III - Introdução ao conceito de participação local .....</b>                                              | <b>58</b> |
| 3.1. Ferramenta para a resolução de conflitos e construção da paz sustentável.....                                    | 63        |
| 3.2. Mecanismos e oportunidades de participação civil .....                                                           | 70        |
| 3.3. Limitações da participação local: quais são e que estratégias implementar? .....                                 | 76        |
| <b>Capítulo IV - Estudo de caso: Sudão do Sul.....</b>                                                                | <b>80</b> |
| 4.1. Breve enquadramento histórico: da colonização à independência .....                                              | 81        |
| 4.2. Os conflitos armados no Sudão .....                                                                              | 84        |
| 4.3. Comprehensive Peace Agreement de 2005 e o Referendo de 2011 .....                                                | 87        |
| 4.4. O novo Estado independente: Sudão do Sul.....                                                                    | 88        |
| 4.4.1. Enquadramento sociodemográfico e económico.....                                                                | 96        |
| 4.4.2. Internacionalização do conflito .....                                                                          | 100       |
| 4.4.3. Organizações da sociedade civil e a sua contribuição para o processo de<br>reconstrução nacional e de paz..... | 107       |

|                                                                              |            |
|------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>4.5. Abordagens participativas no Sudão do Sul: estudos de caso .....</b> | <b>123</b> |
| <b>4.5.1. Peace and Community Cohesion Project (PaCC Project).....</b>       | <b>124</b> |
| <b>4.5.2. Action for Conflict Resolution (ACR South Sudan) .....</b>         | <b>129</b> |
| <b>4.5.3 Resultados .....</b>                                                | <b>131</b> |
| <b>Conclusão.....</b>                                                        | <b>145</b> |
| <b>Bibliografia .....</b>                                                    | <b>147</b> |

## **Anexos**

**Anexo 1** – Distribuição ONG’s no Sudão do Sul

**Anexo 2** – Consentimento de participação

**Anexo 3** – Guião de entrevista

**Anexo 4** - Entrevistas

## **Índice de Figuras**

|                                                                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Figura 1</b> – Esquema conceptual: a participação local enquanto veículo para a paz sustentável .....            | <b>70</b>  |
| <b>Figura 2</b> – “The Wheel of Participation” by Davidson, 1998.....                                               | <b>75</b>  |
| <b>Figura 3</b> - Dimensões para a eficácia da participação local no processo de construção da paz sustentável..... | <b>79</b>  |
| <b>Figura 4</b> - Pirâmide etária do Sudão do Sul.....                                                              | <b>96</b>  |
| <b>Figura 5</b> - Distribuição geográfica Sudão do Sul.....                                                         | <b>96</b>  |
| <b>Figura 6</b> - Financiamento externo no Sudão do Sul em 2017.....                                                | <b>121</b> |

## **Índice de Tabelas**

|                                                                                            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Tabela 1</b> - Mecanismos para a participação local .....                               | <b>74</b>  |
| <b>Tabela 2</b> - Sociedade Civil sul sudanesa: estratégias de intervenção 2017-2020 ..... | <b>112</b> |
| <b>Tabela 3</b> - O quadro conceptual aplicado ao conceito do Sudão do Sul .....           | <b>135</b> |

## **Índice de Gráficos**

|                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 1</b> - Composição étnica do Sudão do Sul .....                  | 96  |
| <b>Gráfico 2</b> - Índice de dependência no Sudão do Sul .....              | 97  |
| <b>Gráfico 3</b> - Distribuição da população rural vs urbana.....           | 98  |
| <b>Gráfico 4</b> - Nível de literacia no Sudão do Sul .....                 | 98  |
| <b>Gráfico 5</b> - Composição das exportações do Sudão do Sul .....         | 99  |
| <b>Gráfico 6</b> - Composição das importações do Sudão do Sul.....          | 99  |
| <b>Gráfico 7</b> - Top 3 destinos das exportações do Sudão do Sul.....      | 99  |
| <b>Gráfico 8</b> - Top 3 proveniências das importações do Sudão do Sul..... | 99  |
| <b>Gráfico 9</b> - ONG's no Sudão do Sul: Factsheet .....                   | 109 |

## **Lista de Abreviaturas**

**ACR** – Action for Conflict Resolution

**AFDB** – African Development Bank Group

**AU** – African Union

**AUPSC** – African Union Peace and Security Council

**CEWARN** – Conflict Early Warning and Response Mechanism

**CSO** – Civil Society Organization

**CNPC** – China National Petroleum Corporation

**CPA** – Comprehensive Peace Agreement

**CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas

**EUA** – Estados Unidos da América

**ICRC** – International Committee of the Red Cross

**IGAD** – Intergovernmental Authority on Development

**INGO** – International Non-Governmental Organization

**IOM** – International Organization for Migration

**MSU** – Management Support Unit

**NCA** – Norwegian Church Aid

**NNGO** – National Non-Governmental Organization

**NPA** – Norwegian People's Aid

**NRC** – Norwegian Refugee Council

**OCHA** – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

**ONG** – Organização Não Governamental

**ONU / UN** – Organização das Nações Unidas / United Nations

**PaCC** – Peace and Community Cohesion Project

**PCN** – Partido de Congresso Nacional

**PIB / GDP** – Produto Interno Bruto / Gross Domestic Product

**REC** – Regional Economic Communities

**SIDA** - Swedish International Development Cooperation Agency

**SPLA** – Sudan People's Liberation Army

**SPLM** – Sudan People's Liberation Movement

**SPLM-IO** – Sudan People's Liberation Movement – In Opposition

**TLS** – Temporary Learning Spaces

**UNCTAD** – United Nations Conference on Trade and Development

**UNDP** – United Nations Development Programme

**UNHCR** – United Nations High Commissioner for Refugees

**UNMISS** – United Nations Mission in South Sudan

**USAID** – United States Agency for International Development

**WEF** – World Economic Forum

## **Definição da Problemática**

O presente projeto de investigação destina-se à apresentação da Tese de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. O tema da dissertação recai sobre o papel da participação local no processo de resolução de conflitos armados e construção da paz, tendo resultado da verificação de lacunas bibliográficas e de intervenção social e humanitária que coloquem em relação metodologias participativas em contextos de guerra civil e construção de uma paz sustentável.

Os conflitos armados, assim como as desigualdades sociais, acompanham a história da humanidade numa relação de interdependência que dita o sistema das relações internacionais e o desenvolvimento dos povos. Pela sua natureza política e ideológica, a guerra constrói-se na dimensão de um jogo de interesses fortemente determinado pelos grupos sociais e/ou culturais com maior poder de influência, o que limita a participação de uma grande franja da sociedade civil e das comunidades locais (na sua generalidade, grupos socialmente mais vulneráveis), nos processos de tomada de decisão na vida pública e construção da paz. Embora exista atualmente uma preocupação crescente, por parte da maioria dos países, em assegurar uma representatividade efetiva nestes processos, o facto é que estes nem sempre são transparentes ou expressam a realidade das comunidades locais, não apenas pela natureza dos mecanismos implementados mas também pela enorme lacuna na sensibilização e educação das pessoas para a participação local.

No que é relativo à reconstrução nacional dos países em clima de pós-conflito, é possível identificar uma aplicação gradual de técnicas que possibilitam a representatividade dos diferentes agentes da vida social, nomeadamente através da capacitação das organizações locais e da implementação de estratégias de participação comunitária através de mecanismos e agentes de liderança local. No entanto, o que se verifica na generalidade dos casos, é que a implementação destas metodologias apenas respondem a finalidades imediatas não sendo capazes de cumprir com os objetivos de paz a longo prazo, que se demonstram comprometidos em momentos de violência cíclica ao longo do tempo. Ora, uma das principais limitações apontadas a este tipo de intervenção, maioritariamente incidentes em intervenções externas dirigidas por países ocidentais, reside precisamente na sua tendência para impor modelos de construção da paz pré-concebidos, valorizados e comprovadamente eficientes noutros contextos, tendendo a negligenciar o novo contexto, a sua população, os recursos e as instituições locais, não potenciando as suas capacidades nem lhes atribuindo responsabilidade.

Neste âmbito, e partindo da premissa de que apenas é possível assegurar um processo de construção de paz sustentável através de abordagens alternativas que enfatizem a importância da participação e promovam a representatividade real da maioria dos agentes nacionais dos diferentes setores, envolvendo-os diretamente em todas as etapas do processo, o presente trabalho visa compreender de que modo é que o conceito de participação local é visto e aplicado no contexto do Sudão do Sul e de que forma é que esta dimensão contribui ou pode contribuir para a resolução do conflito armado e construção de uma paz sustentável no país.

Deste modo, para a análise da temática, foi definida como questão de investigação e respetivas hipóteses, a comprovar ou rejeitar no decorrer da investigação, as seguintes:

**Questão de investigação:** que papel tem a participação local na construção de modelos de paz sustentáveis?

**Hipóteses:** a) quanto maior o envolvimento e representatividade das populações locais nos processos de construção de paz, maior a possibilidade de esta se constituir efetiva e sustentável a longo prazo; b) quanto mais partilhado for o processo de construção de paz, maior o nível de responsabilização e compromisso das populações locais para a paz.

Na génese da escolha do tema esteve a preocupação em contextualizar a área da minha licenciatura, Serviço Social, na disciplina das Relações Internacionais e do Estudo da Paz e da Guerra, partindo, sobretudo, de uma vontade pessoal em compreender a relação da fraca participação com a perpetuação de dinâmicas de conflito cíclico, para uma melhor adequação das respostas de reconstrução local e implementação de projetos de manutenção de paz mais fundamentados e consequentemente sustentáveis. Entre outros motivos, creio que o estudo deste tema é pertinente e atual pela evidência que o panorama da conflitualidade contemporânea denuncia ao nível da necessidade em se definirem mecanismos eficazes de promoção da paz que vão além de meras resoluções pontuais e que se contextualizem em projetos estruturais preocupados com a aplicação da paz de longa duração. Uma das preocupações mais prementes reside precisamente na reincidência da violência em países que dinamizam processos de reconstrução pós-conflito assentes em mecanismos de intervenção imediata e estabilização do clima nacional, sem preocupações de natureza estrutural que promovam o efetivo enraizamento da paz e reintegração da sua população.

Para o efeito, importa desde já contextualizar dois conceitos principais: a paz e a participação local. O primeiro referindo-se à paz sustentável como uma situação em que a população vive em segurança, em harmonia entre si e em clima de justiça e desenvolvimento nacional. Para que tal seja possível, todos os grupos da sociedade devem ser envolvidos no processo de reconstrução e desenvolvimento nacional, incluindo os que fazem parte dos grupos socialmente

mais vulneráveis ou em risco de exclusão, pois todos, dentro dos seus níveis de influência e diferentes papéis sociais/culturais, têm a capacidade e o dever de contribuir para o processo de construção e manutenção da paz (Lederach, 1997). A participação local e comunitária, por seu lado, quando relacionada com o conceito de comunidade ganha uma nova dimensão que assenta em três pressupostos: o respeito pela diversidade, a autonomia e a solidariedade (Roque Amaro, 1990) – três princípios fundamentais na mediação das relações entre grupos de natureza social e/ou cultural distinta e na emancipação e mobilização de um povo para a construção da paz.

Para o presente contexto, a participação social comunitária é entendida como *“a organização racional, consciente e voluntária dos habitantes de determinado espaço, com o objetivo de propor iniciativas que satisfaçam as suas necessidades, definir interesses e valores comuns, colaborar na realização de obras e na prestação de serviços públicos, e influir na tomada de decisões dos grupos de poder dentro desse espaço”* (CEPAL, 2007). A paz sustentável passa então a ser encarada como o resultado de um clima de satisfação geral da população, de inclusão social e desenvolvimento que é potenciado pela participação comunitária como um veículo-chave para a promoção de Direitos e Deveres Humanos e coesão social.

Neste âmbito, tornou-se necessário materializar o estudo dos conceitos e a sua interdependência a uma realidade atual que pudesse revelar na prática e de forma concreta em que subsiste o papel da participação local no processo de construção da paz. Para o efeito, os motivos que estiveram na origem da escolha pelo estudo do Sudão do Sul prendem-se, maioritariamente, com determinantes de cariz pessoal relacionados com uma vontade de conhecer melhor o país com uma das mais extensas histórias de conflito interno e palco de uma das grandes crises humanitárias e de refugiados do mundo.

Assim, considerando o contributo de Bogdan e Biklen (2013) acerca das metodologias de uma investigação científica, importa referir que o presente estudo utilizou, para o efeito de recolha de dados empíricos, métodos de pesquisa qualitativa, tendo em conta a natureza exploratória do tema. Contrariamente à metodologia quantitativa, este tipo de pesquisa quando aplicado à questão da participação para a paz no contexto da instabilidade atual no Sudão do Sul, admitiu resultados (subjettivos) que possibilitaram uma análise mais profunda sobre o tema, designadamente no que se refere à compreensão do contexto histórico do país e do modo como o conceito de participação e representatividade local é compreendido e aplicado pelas organizações da sociedade civil no terreno e pelo próprio Estado na prossecução de políticas para o desenvolvimento e para a paz. Neste sentido, o principal objetivo da metodologia utilizada na presente investigação teve como foco confirmar, ou refutar, as hipóteses em estudo através de uma coleta de dados narrativa que possibilitou o estudo das particularidades, das

experiências e das opiniões pessoais dos indivíduos que contribuíram para o processo de recolha de dados, que desenvolveu, sucintamente, nos seguintes moldes:

- Metodologia de investigação: qualitativa;
- Instrumentos de coleta de dados: pesquisa e análise bibliográfica; entrevistas;
- Método de coleta de dados: flexível e composto por questões de resposta aberta;
- Amostragem: reduzida e devidamente selecionada, composta por 2 entrevistas abertas a serem aplicadas a duas ONG's a intervir em Juba no âmbito da capacitação da população para a participação e para a paz. Na identificação desta amostra foram contactadas diversas organizações da sociedade civil a intervir no Sudão do Sul, as quais apenas participaram na entrevista as duas seguintes: Action for Conflict Resolution (ACR South Sudan) e Teen Confront Organization (TEENCO South Sudan).

Posto isto, a presente dissertação encontra-se estruturada em quatro principais pontos de desenvolvimento, aos quais acrescem a presente introdução e definição da problemática, a conclusão e a bibliografia e anexos. Assim, no primeiro capítulo, intitulado “*Introdução ao conceito de conflito armado*”, é abordado o conceito de conflito armado, na dimensão histórica do termo, mas acima de tudo na sua conceção atual, diferentes personificações e implicações para a população e para as iniciativas de desenvolvimento local.

O segundo capítulo, “*A construção da paz*”, explora o papel da sociedade civil e das organizações do terceiro sector na capacitação e emancipação dos povos e construção de relações sociais intergrupais assentes no respeito pela diversidade e aceitação mútua – fatores-chave para a construção de um sentido de unidade e de pertença e consequente mobilização para a participação por um bem comum, pela paz.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda e caracteriza a participação local na sua dimensão conceptual e estratégica para a paz. Como tal, o conceito é estudado de um ponto de vista relacional que o fundamenta nas diversas esferas da vida social enquanto elemento fundamental para o sentimento de comunidade, inclusão e desenvolvimento – três dos principais fatores que sistemicamente compõem a paz sustentável. Por último, o capítulo “*Estudo de caso: Sudão do Sul*” debruça-se sobre a aplicação e análise empírica dos conceitos conceptualmente definidos nos capítulos anteriores, procedendo a um estudo comparativo de dois projetos de âmbito local a intervir em Juba através de metodologias participativas. O capítulo visa ilustrar os resultados destas metodologias enquanto principal estratégia para a capacitação da sociedade civil, promoção da coesão social e construção da paz sustentável – uma reflexão sustentada pelos

resultados empíricos da análise documental dos relatórios de atividades e impacto dos projetos, bem como das duas entrevistas aplicadas.

O estudo culmina com uma reflexão conclusiva que espelha o trabalho realizado no decorrer da investigação e os principais resultados e aprendizagens, tendo sempre em consideração o olhar e os pressupostos da disciplina das Relações Internacionais enquanto esfera de atuação política, social e cultural.

## Capítulo I - Introdução ao conceito de conflito armado

O conceito de conflito armado pressupõe o envolvimento de duas partes, politicamente organizadas, que entram em confronto pela discordância dos seus valores e projetos (Keegan, 1995), tratando-se, por isso, de um exercício de argumentação que recorre ao uso da força para fazer prevalecer os ideais dos que têm maior poder.

Atualmente, apesar de se viver um período de relativa paz entre Estados, o mundo enfrenta novas formas de conflito que submergem, essencialmente, de disparidades entre grupos étnicos e disputas de poder entre governos e milícias (Paffenholz, 2016). A eclosão de um conflito armado provoca, irremediavelmente, situações de sofrimento e miséria generalizada, constituindo-se terreno fértil para a violação maciça dos Direitos Humanos e para a perpetuação de ciclos de violência e pobreza extrema. Se os bombardeamentos são suscetíveis de ser localizados e contabilizados, o sofrimento das pessoas que vivem em contexto de conflito armado, não o é. Segundo as Nações Unidas, em 2017, mais de 68,5 milhões de pessoas deixaram os seus países para fugir da violência que ameaça os seus Direitos mais básicos, partindo em busca da segurança, da estabilidade e da paz (Relatório UNHCR, 2017). A violência é contínua e alimenta-se de injustiças não resolvidas, fruto da história de conflitos cíclicos e da incapacidade de se intervir de forma adequada nestes contextos e de se punirem os responsáveis.

A maior parte dos conflitos armados atuais envolve disputas por território, estando entre as principais motivações as diferenças étnicas, religiosas e o controle de recursos naturais. Para além destes conflitos, existem ainda zonas de grande tensão geopolítica, do qual é exemplo a Coreia do Norte e o Irão, e outros casos que incluem a presença de movimentos separatistas de intensidade variável que criam instabilidade política e económica regional como acontece no Quebec (Canadá), País Basco e Catalunha (Espanha) e Irlanda do Norte (ONU, 2019).

Segundo Welch (1993: 8), as tensões e rivalidades entre grupos sociais e culturais facilmente escalam para conflitos armados pois, mesmo que apresentem, na maioria dos casos, poucas condições para partir para a guerra, aquelas que são identificadas são geralmente as suficientes para escalar o conflito. Assim, o conflito armado é possível a partir do momento em que haja disponibilidade e facilidade de acesso a armas e uma disputa entre duas ou mais partes (Welch, 1993:8). No seu estudo *“Trends and Causes of Armed Conflict”*, Smith (2004:5) identifica quatro teorias que caracterizam as variáveis que podem estar na origem dos conflitos armados internos. A teoria da privação relativa (Gurr, 1970 in Smith, 2004:5) pressupõe o desencontro e incompatibilidade de expectativas dos diferentes grupos sociais e culturais relativamente ao

acesso esperado e ao acesso real a oportunidades de prosperidade, poder e participação. Esta abordagem coloca especial ênfase na etnia como principal condição para a vivência deste *mismatch* que, diferindo de grupo para grupo se gera por meio das diferentes oportunidades de acesso à esfera social, política e económica dos diversos grupos étnicos. No entanto, a diversidade étnica não pode ser considerada como uma condição que por si só tenha força suficiente para despoletar um conflito armado. Se assim fosse os estados mais propensos à guerra seriam os mais etnicamente diversos, o que, segundo Smith (2004), não se verifica. Pelo contrário, Collier (1999 in Smith, 2004) afirma que a existência de diversos grupos étnicos e religiosos pode ser uma variável que contribui para a redução do risco de conflito armado, na medida em que incentiva à descoberta do espaço de cada grupo na comunidade e à coexistência entre si, aprendendo a gerir a diversidade e, na sua generalidade, a reconhecer as vantagens desta no processo de desenvolvimento local. Apenas quando este processo de aprendizagem é mais frágil ou falha, pode a diversidade étnica ser condição para a escalada de um conflito armado, na medida em que pode exacerbar as tensões já existentes (não necessariamente de índole cultural) e mais facilmente promover a mobilização social e política dos diferentes grupos (Smith, 2004:5). Mais ainda, Collier expõe na sua teoria que quanto maior a diversidade de grupos étnicos, maior a dificuldade para estes se coordenarem entre si e às suas diferenças contra o governo central ou outro grupo da oposição, contribuindo para reforçar a premissa que associa a diversidade étnica a uma menor probabilidade de violência civil para a tomada do poder. O que acontece em muitos casos, no entanto, é que as partes em conflito são frequentemente definidas pelas suas identidades étnicas levando a que o conflito seja interpretado, pelos atores da esfera internacional, como sendo de índole exclusivamente étnica e cultural (Smith, 2004:5).

A segunda teoria para a fundamentação dos conflitos armados internos reconhece na degradação do ambiente uma possível justificação para algumas das guerras atuais (Smith, 2004: 6). No entanto, esta parece ser uma variável que se relaciona diretamente com outros fatores socioeconómicos importantes para o despoletar do conflito armado e não tanto como uma variável causal de impacto único. Isto porque os problemas dos recursos ecológicos e sociais da Terra são interdependentes, tendo em conta que pobreza, crescimento acelerado da população, destruição dos recursos e degradação do meio ambiente são variáveis causais entre si (Smith, 2004:6). O crescimento da raça humana e as disparidades entre poder económico e político contribuem para a destruição dos recursos naturais que por sua vez vão afetar a qualidade de vida da população, num ciclo fechado que se alimenta a si quanto mais se mantiverem contextos de extrema desigualdade e desenvolvimento. Sendo um problema com

duas vias, a degradação do meio ambiente pode contribuir para a instabilidade política e económica, facilitando a eclosão de conflitos armados em contextos de maior fragilidade. Os conflitos armados no Haiti e nas Filipinas são exemplos de conflitos que devem ser entendidos no âmbito da esfera da sustentabilidade ambiental e do impacto da degradação ambiental nos países.

Outra teoria identificada por Smith (2004:6), relaciona o risco de conflito armado com a transição de regimes autocráticos para regimes democráticos. Hegre et al. (1999), defende que os regimes de índole autoritária têm maior propensão para a guerra civil, havendo igual ou maior risco e grau de probabilidade na transição destes regimes para a democracia pois, segundo os autores, ao promover mudanças sistémicas e de desintegração de um Estado, o país fica mais vulnerável a oportunidades de luta pelo poder. Uma vez estabelecidos e consolidados, no entanto, os regimes democráticos estão associados a um menor índice de violência civil, pois criam oportunidades para os diferentes grupos ganharem reconhecimento e autonomia de forma pacífica.

Por último, as condições económicas emergem como a variável causal mais importante, considerando que um baixo nível de desenvolvimento económico está comprovadamente relacionado com a propensão para a eclosão de guerras civis (Smith, 2004). Este cenário revela-se, entre outros, através de indicadores relacionados com (1) o valor médio do PIB per capita que, nestas circunstâncias, se assume baixo, (2) a dimensão e desenvolvimento do sector agrícola e (3) a vulnerabilidade do país face às mudanças nos mercados mundiais (Assal & Rapkin, 1986). A fragilidade económica de um país, quando associada a regimes pouco democráticos, tornam o contexto nacional mais sedento de mudança e vulnerável a eventual escalada de conflito armado. Segundo Smith (2004:6), em países pobres assiste-se à competição e confronto entre líderes nacionais pelo controle do excedente económico disponível. Acontece que quando este excedente é de pequena dimensão, a competição pelo mesmo pode tornar-se particularmente intensa levando à disputa violenta dos recursos pelas partes interessadas.

Perante isto, é possível apreender que as causas das guerras civis são complexas, interdependentes e de todo lineares, sendo necessária uma abordagem sistémica para compreender num determinado contexto o que motivou o conflito. Por vezes, os conflitos estendem-se no tempo sem que seja perceptível para a comunidade internacional o nível de violência e as implicações desta no desenvolvimento nacional. Em situações em que o conflito armado esteja localizado e mantenha um nível de violência relativamente baixo, pode acontecer que este não seja noticiado pelos media internacional, pois raramente produz eventos como vitória, conquista ou derrota de uma das partes, permanecendo num estado de tortura lenta e

prolongada para os grupos envolvidos e civis (Smith, 2004:5). No entanto, este estado do conflito não sugere que este seja menos grave que outros nem que tenha menos potencial para escalar repentinamente. Quando isso acontece, a comunidade internacional age, na sua generalidade, com surpresa quando na sua maioria das vezes esses conflitos ocorrem na sequência de um contexto histórico ditado por ciclos repetidos de violência entre grupos (Adelman & Suhrke, 1996). Estes ciclos de violência repetida têm vindo a caracterizar as guerras civis a que se assiste atualmente, pois cada vez mais a estratégia dos grupos em conflito passa pelo controle do ritmo, intensidade e intermitência dos ataques, fortalecendo, desta forma, a natureza repentina e aleatória do conflito.

Para uma análise multicausal e holística do conflito, Dessler (1994) identifica quatro eixos a ter em conta no estudo das motivações subjacentes ao conflito e planeamento de um modelo de intervenção nacional. O primeiro eixo refere-se à análise das causas antecedentes do conflito, na qual se inclui a identificação de fatores relacionados com a desigualdade de oportunidades entre grupos sociais, diferenças económicas regionais, estrutura política do país, entre outros. Avaliar as causas antecedentes implica avaliar os elementos mais básicos da estrutura social e política do país (Dessler, 1994). Um eixo de análise igualmente importante passa pela identificação da estratégia de mobilização dos principais atores envolvidos no conflito, não apenas através dos seus objetivos, mas também pelo modo como os tentam alcançar (comportamentos políticos). A combinação de contextos de fragilidade económica e política autoritária contribui para o sentimento de injustiça e consequente oportunidade de reivindicação por parte da população. Neste contexto, diz-se que a mobilização política decorre em torno do conceito de injustiça, uma vez que a população tende a unir-se e a comprometer-se com determinada causa no sentido em que acreditam que esta é justa, ou que vai reparar a situação de injustiça que consideram estar a experienciar (Smith, 2004:9). Nestas situações, a liderança do grupo em conflito tende a ter maior poder de influência e maior capacidade de mobilização (Dessler, 1994).

Numa terceira dimensão importa identificar os gatilhos do conflito armado, isto é, os fatores que originaram o início do conflito ao nível do confronto armado e não mais ao nível das ameaças e tensões latentes entre grupos. No seu entender, os gatilhos são frequentemente eventos ou ações empreendidas por partes influentes que acabam por limitar as escolhas das restantes partes, desencadeando uma sequência de eventos com poucas oportunidades de controle. Por último, o autor identifica os catalisadores como uma dimensão indispensável na análise do conflito e implementação de um plano de intervenção. Estes são considerados os fatores que afetam a duração e intensidade do conflito e detêm influência na execução e

*outcomes* do confronto, espelhando, entre outros, o equilíbrio militar entre as partes em oposição, a intervenção da ONU, as táticas utilizadas pelos grupos armados, as condições geográficas do terreno (Dessler, 1994). Estes últimos começaram a ser considerados no estudo das guerras civis em África, como consequência da investigação de Herbst (2000) que associa a caracterização geográfica de um país à redistribuição dos recursos naturais e respetivo lucro pelos diferentes grupos étnicos. Este é, portanto, um dos fatores mais importantes para o sistema de redistribuição nacional e consequente manutenção da paz em países africanos etnicamente e culturalmente fracionados.

### 1.1. As “novas” guerras

Atualmente, o mundo vive as “novas” guerras, formas de conflito complexas e multissetoriais, que incluem cada vez mais atores não estatais, num quadro de ameaça difuso em que o Estado não mais detém o monopólio exclusivo do uso da força, ainda que possa continuar a exercer e implementar métodos de coação violentos, motivados por considerações de índole política, que muitas vezes terminam em conflitos violentos (Boniface, 1997). Sendo recentes, as “novas guerras” adquirem também a designação de “guerras da contemporaneidade” ou “guerras de baixa intensidade” (Duarte, 2014: 86). Para Mark Duffield, as novas guerras são formas de conflito armado que se processam em rede, não sendo necessariamente territoriais nem estatais mas guerras que “(...) *utilizam redes cada vez mais privatizadas com atores estatais e não estatais, que atuam para além das competências convencionais de governos definidos territorialmente*” (Duffield, 2001 in Duarte, 2014: 86). No livro “*New and Old Wars: organized violence in a global era*”, Kaldor refere-se às novas guerras como um produto da sociedade Pós-Guerra Fria, que surge num contexto próprio que não deve ser considerado isoladamente como causa de uma “nova guerra”, mas sim em interação com outros fatores igualmente relevantes (Kaldor, 2006). A autora utiliza o termo “guerra” para se referir ao pendor político subjacente aos conflitos armados atuais e o termo “novo” referindo-se ao contraste com o conceito de guerra tal como é associado ao pensamento de Clausewitz (velhas guerras). Este, predominante desde o século XVIII, serviu para a “*a construção do Estado moderno territorial, centralizado, centralizado, racional e hierarquicamente ordenado*” (Kaldor, 2006 in Duarte, 2014:86), assumindo-se o Estado como o único ator ao qual era reconhecida legitimidade para o uso da violência organizada motivada por fins politicamente definidos: o superior interesse desta entidade (Kaldor, 2006). Estas são as características das agora consideradas “velhas guerras” (Kaldor, 2006). No novo contexto pós-Guerra Fria, os conflitos deixaram de ser

maioritariamente inter-estatais para começarem a ser sobretudo intra-estatais, constituindo-se uma nova tipologia de violência organizada que deixa de ser localizada entre dois países em competição, assumindo contornos mais complexos associados a uma *“miríade de ligações transnacionais, nas quais a distinção entre interno e externo, entre agressão (ataque do exterior) e repressão (ataque de dentro do país), ou mesmo entre local e global, são difíceis de identificar”* (Kaldor, 2006 in Duarte, 2014:86).

Mais ainda, Kaldor (2006) considera que a transnacionalização das guerras se deveu à percepção adquirida pelos Estados, no pós-Guerra Fria, de que as guerras são exercícios coletivos que exigem o envolvimento de várias partes em cada um dos lados da força, fomentando a ideia de que no atual contexto de globalização, os Estados já não podem fazer a guerra individualmente – premissa que caracterizava as velhas guerras (Kaldor, 2006 in Duarte, 2014:86). Ao analisarmos o passado recente da guerra, é possível verificar que, nos atuais conflitos, o sucesso não reside somente na capacidade de destruição dos oponentes, mas, maioritariamente, na capacidade de fragilizar a adesão popular aos seus ideais, isolando-os dos apoios que necessitam. Apenas desta forma, se justifica que a superioridade militar convencional não seja eficaz em contextos de guerra civil ou de contrainsurgência (Schurman, 2011:47). Em oposição ao modelo de Clausewitz, as “novas guerras” caracterizam-se pela sua natureza híbrida, interdisciplinar e mutável. São conflitos que estão em constante mudança e nos quais se torna difícil projetar planos estratégicos de médio e longo prazo sem capacidade de adaptação. Este argumento é defendido por Santos (2000) que se refere ao conceito de guerra proposto por Clausewitz, como um conceito desatualizado que não se integra no contexto do mundo atual. A guerra como um meio para dar continuidade à política, como Clausewitz a via, já não é mais uma premissa exclusiva das guerras contemporâneas, embora ilustre ainda grande parte dos conflitos armados a que o Mundo assiste hoje (Santos, 2000).

Assim, para o presente trabalho de investigação, o conceito de “nova” guerra a ter em consideração será o proposto por Kaldor (2013:2-3) na medida em que este evoca numa definição as características identificadas nos parágrafos anteriores, descrevendo as novas guerras como conflitos armados comumente praticados por atores não estatais que lutam pela identidade dos seus grupos, afetando extensivamente a população e contribuindo para a fragmentação das linhas que distinguem a sociedade civil dos restantes atores, e os objetivos e esquema do conflito. Esta conceção tem, naturalmente, consequências sobre o processo de construção de paz, incluindo a reconciliação, que deve ser tratada de forma inclusiva e abrangendo toda a sociedade pois todos, sem exceção foram afetados (Kaldor, 2013:2-3).

Mas existem inúmeros tipos de guerra que têm marcado a história da evolução humana, contribuindo para as novas formas de conflito que o mundo vive atualmente. Os conflitos diferem segundo a intensidade do confronto, a sua abrangência, a forma ou desenvolvimento do confronto, a causa bélica e o tipo de armas estratégicas utilizadas (Collier et al., 2003). De entre estas, destacam-se os quatro tipos de guerras mais recorrentes: (1) as guerras entre Estados, motivadas por questões diplomáticas que colocam em oposição dois ou mais países; (2) as guerras extra-sistêmicas, que decorrem do objetivo claro de instaurar o processo de descolonização de um determinado território ocupado por uma metrópole ou potência estrangeira; (3) as guerras civis, que ocorrem entre diferentes facções da mesma nação; (4) as guerras civis internacionalizadas, que se constituem guerras civis participadas pela comunidade internacional alargada, enviando recursos militares para apoiar o país em conflito a gerir e resolver o conflito (Vicenç Fisas, 2004).

Santos (2000) referia-se à guerra real como uma mistura de todas as concepções que existem sobre o conceito. Parte-se para a guerra para se alcançar a paz, no entanto, essa paz apenas é favorável aos vencedores, o que implica que a parte vencida testemunhe um contexto nacional de destruição, pobreza e desigualdade e se perpetue a disparidade mundial entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Esta situação é ainda mais premente quando o conflito ocorre dentro das fronteiras e o país se autodestrói. Em 1999, Maryin Van Creveld defendia que *“no futuro, a guerra não será função dos exércitos, mas de grupos organizados de terroristas, guerrilheiros, bandidos (...)”* (Van Creveld, 1999). É esta a guerra do presente. Uma guerra (inter)nacional, uma guerra de um que é de todos.

## **1.2. A guerra civil como uma guerra do presente**

No âmbito da presente dissertação, importa delimitar o conceito de guerra ao de guerra civil ou de conflito armado não internacional, sendo este definido pelo segundo protocolo adicional das Convenções de Genebra como aquele que ocorre dentro do território de um Estado, entre as suas forças armadas e as forças de grupos armados dissidentes que, de forma organizada e sob a direção de um comando responsável, exercem controle sobre uma fração territorial ou grupo social. No entanto, a guerra civil nem sempre implica a intervenção armada do Estado, se ocorrer entre dois grupos armados organizados, ainda que este possa atuar interventivamente para apaziguar as tensões entre os grupos. Contrariamente à guerra internacional, entre Estados, a guerra civil é *“travada fora de uma estrutura de regras e inteiramente dentro de um território*

*nacional (...) implicando uma organização rebelde equipada com armamento e staff recrutado a tempo inteiro para o efeito” (Collier et al.,2003:11),*

Este tipo de guerra está previsto no Direito Internacional Humanitário, que requer a existência de dois critérios para que o conflito possa ser considerado “civil”, nomeadamente: (1) os grupos armados envolvidos no conflito deverão demonstrar um grau mínimo de organização e (2) os confrontos armados devem alcançar um grau mínimo de intensidade, relacionado com a duração e gravidade do confronto, o tipo de forças governamentais e combatentes envolvidos, o tipo de armamento utilizado e o número de vítimas e alcance dos danos consequentes do combate (Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), 2004). Pequenos atos de insurreição por parte dos grupos não concretizam o conceito de guerra civil, ainda que possam servir de pista para a potencial concretização de uma. Isto porque a guerra civil é fruto de atos de rebelião cuja violência consequente provoca mais de 1000 mortes em combate (Collier et al., 2003). Quando outros Estados apoiam um ou ambos os lados do conflito, geralmente através do envio de tropas, este é designado de conflito intraestado internacionalizado (Branco, C.; Sousa, Ricardo; Oliveira, Gilberto, 2017:30).

Assim, e para o efeito do presente projeto de investigação, será tida em consideração a definição de guerra civil proposta por Doyle & Sambanis (2000:779-802) que abrange as diferentes conceções aqui abordadas: (1) é uma guerra que causa mais de mil mortes (pelo menos no primeiro ano de confrontos armados) com pelo menos 5% de baixas de cada um dos lados; (2) que ocorre dentro das fronteiras de um país; (3) que desafia a soberania do país face à comunidade internacional; (4) que, por norma, envolve representantes do Estado como uma das principais partes em combate; e, (5) que envolve forças rebeldes com capacidade para mobilizar um movimento de oposição organizado.

Entre as teorias económicas mais relevantes para a explicação de guerra civil encontra-se o modelo conceptual de ganância vs reclamação (“*greed vs grievance*”) proposto por Collier e Hoeffler (2002). Neste, os autores distinguem o conceito de ganância, ao qual associam o desejo por ganhos económicos, do conceito de injustiça, o qual consideram ser motivado por situações de disparidade inter-grupal. Na sua conceção, as guerras por cobiça pressupõem que as partes em conflito sejam motivadas pelo desejo de melhorar a sua situação, realizando previamente uma avaliação sobre o custo-benefício de partir para o confronto armado. É, como tal, uma guerra que reflete preocupações de natureza puramente económica e de auto-enriquecimento. Em contraste, as guerras por reclamação definem-se pela rebelião das partes por questões sociais relacionadas com a identidade dos grupos envolvidos (etnia, religião, classe social, entre outras) e a injustiça por estes experienciada, fruto da desigualdade de oportunidades e de

direitos que, de forma generalizada, emerge em contextos de diversidade social e cultural (Collier e Hoeffler, 2002). Para os autores, as causas da violência civil estão associadas a motivações económicas que expressam a ganância dos grupos armados (considerados rebeldes) e a sua vontade de alcançar maior poder. Nesta ótica, não sendo as guerras civis necessariamente motivadas por questões ideológicas, Collier & Hoeffler consideram que, na maioria dos casos, estes conflitos surgem na esfera das “guerras por ganância”, embora recorram, muitas vezes, a questões de ideologia (não sendo esta a causa na raiz do conflito) como uma estratégia para legitimar a rebelião e mobilizar o apoio da opinião pública. Esta é claramente uma análise de economistas, que considera que qualquer pessoa é um potencial rebelde em ascensão caso verifique que os benefícios económicos associados à rebelião sejam maiores que os benefícios associados ao status quo (Collier e Hoeffler, 2002). Ora, estas motivações podem manifestar-se por diversas vias, nas quais se incluem o ganho económico através do controlo de bens e recursos e o aumento e consolidação do poder na esfera social e política do país. Este tipo de conflito ocorre, maioritariamente, em países em desenvolvimento, fragilizados política e militarmente, e com níveis de crescimento económico negativo e de pobreza sistémica. Collier et al. (2003), descobriram que os fatores que aumentam a viabilidade financeira ou militar da rebelião se correlacionam com um maior número de conflitos do que fatores que levam a reclamações. Isto implica que as guerras civis deflagrem, maioritariamente, pela oportunidade gerada pela viabilidade económica da guerra e não apenas pela discrepância de fatores sociais pois embora esta possa ser uma razão para legitimar o conflito, o que acaba por acontecer é que este geralmente apenas tem início quando se verificam as condições económicas para tal. Em suma, o que o modelo de Collier propõe é que a viabilidade financeira e militar do conflito são os dois principais fatores que aumentam a probabilidade de eclosão de guerra civil, considerando que, para tal, a questão que se coloca quando se avalia a possibilidade de um conflito armado não é tanto se existe reclamação ou ganância mas antes se a materialização destas numa rebelião é economicamente e militarmente viável (*in* Sousa, 2016:75).

Esta teoria questiona as conceções que atribuem às guerras civis determinantes relacionadas com o percurso histórico dos países, marcado por ciclos de ódio étnico e religioso que dificilmente conseguem ser prevenidos (Collier et al., 2003). Na sua obra “*Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*”, escrita por Collier & Hoeffler em parceria com outros economistas, os autores chegaram à conclusão que é possível reverter a propensão de um país para a guerra civil através da implementação de políticas de desenvolvimento económico, político e estrutural e de redução da pobreza. É nestes termos que é possível

considerar a pobreza e o subdesenvolvimento de um país enquanto os principais fatores de risco para a eclosão de conflitos armados internos. Esta correlação é especialmente gritante quando os mesmos países que vivem as condições enunciadas são também os que detêm mais recursos naturais, levando a que a percentagem relativa à exportação dos recursos naturais em relação ao total do PIB, crie uma maior dependência do país face à comercialização desses produtos e a possível perda dos mesmos para grupos rebeldes. Para Collier & Hoeffler (2000), não só estes países correm maior risco de viver uma guerra civil, como enfrentam maiores dificuldades para restabelecer a paz no período do pós-guerra. No caso das guerras civis africanas, estas emergem não apenas pelas fragilidades económicas e políticas da maior parte dos países do continente, mas também pela luta pelos abundantes recursos naturais africanos.

Neste âmbito, os dois autores consideram que as principais determinantes para as guerras no continente africano, mais concretamente na região da África Sub-Sahariana, são de natureza económica, não sendo significativos outros fatores relacionados com a diversidade étnica, cultural ou religiosa. De referir, no entanto, que no contexto da diversidade africana existem duas dimensões a considerar no estudo da guerra civil e da probabilidade de esta despoletar em determinados países do continente. Designadamente, a polarização e a dominância (Collier & Hoeffler, 2000). Na primeira dimensão, os autores referem que um índice de polarização grande (quando existem dois grupos grandes e de dimensão semelhante entre si) aumenta o risco de guerra civil. No entanto, no caso de existirem diversos grupos de menor dimensão e heterogeneidade entre si, o risco reduz-se a quase nulo. Na segunda dimensão os autores abordam o poder de influência do grupo, referindo que a existência de um grupo dominante sobre todos os outros (representando cerca de 45-90% da população total do país) aumenta significativamente o risco de guerra civil. Assim, é possível concluir que enquanto a diversidade promove a segurança dos países, a dominância, por seu lado, deixa-os mais vulneráveis e propícios ao conflito interno. De referir, no entanto que a dimensão étnica e cultural de um país deve ser analisada em conjunto com as dimensões económicas e políticas. Isto porque, se o risco de guerra civil é maior em países pobres, como concluímos em parágrafos anteriores, esta deve ser uma dimensão-base na compreensão da violência civil e subjacente implementação de medidas de intervenção para a paz e prevenção do conflito. No entanto, importa distinguir as desigualdades verticais, entre indivíduos, das desigualdades horizontais, entre grupos. Isto é especialmente relevante no estudo das guerras civis, pois na sua generalidade estas são determinadas no contexto de conflito entre grupos e menos entre indivíduos (Stewart, 2013). Enquanto que as desigualdades verticais se referem a desigualdades de natureza individual, isto é, que ocorrem entre indivíduos que se encontram em contextos semelhantes, as desigualdades

horizontais ocorrem ao nível grupal e podem expressar-se nas diferenças que ocorrem nas dimensões económicas, sociais, políticas ou culturais de diferentes grupos socialmente e culturalmente definidos (Buhaug & Gleditsch, 2014). No seu estudo, os dois autores testaram o modelo de “greed vs grievance” com novas variáveis de desigualdade e chegaram a duas grandes conclusões: em primeiro lugar, a presença de grupos étnicos muito mais pobres que os índices de desenvolvimento económico do país indicam aumenta o risco de conflito territorial. O que geralmente acontece nestes contextos é que os grupos muito pobres existem mas são pequenos e, como tal, é mais viável para estes exigir o direito à sua autodeterminação do que tentar confrontar o grupo dominante. Em segundo lugar, o estudo releva que a discriminação de grupos com elevada expressão social aumenta a probabilidade de guerras civis governamentais, na medida em que a rebelião advém de uma evidente discrepância entre poder demográfico e oportunidades políticas (Buhaug & Gleditsch, 2014:429). Neste contexto, Zimerman (2008:14) identifica as três pré-condições para a mobilização de um grupo para a violência armada: identidade comum, frustração e oportunidade. A identidade comum pode ser associada à homogeneidade étnica e cultural de um dos grupos polarizados e dominantes, a frustração advém do sentimento de injustiça vivido por esse mesmo grupo e a oportunidade refere-se a fatores económicos, políticos e estruturais do país que possibilitam a mobilização de um grupo para um confronto armado.

### **1.3. Que causas para a guerra civil africana?**

Na sua teoria, Collier & Hoeffler (20002) demonstram que países com vastas reservas de recursos naturais, como o petróleo ou os diamantes, estão associados a contextos com maior probabilidade de conflito armado. Isto acontece pois os recursos naturais não só tornam o território mais atrativo para países terceiros que queiram controlar e monopolizar a produção e comércio desses mesmos recursos, como ajudam a financiar as ações dos grupos rebeldes, criando as receitas necessárias para pagar o custo inicial da guerra. Adicionalmente, os autores concluíram que Estados com baixos PIB per capita são mais suscetíveis à eclosão de uma guerra civil devido aos custos de oportunidades, que se revelam mais atrativos, para potenciais rebeldes, em contexto de conflito do que os ganhos salariais destes em contexto de paz.

Posto isto, os conflitos no continente africano, na sua maioria, não apenas emergem de contextos subdesenvolvidos, com baixo PIB per capita e níveis de enorme disparidade social e económica, como alimentam esse mesmo ciclo de pobreza que a população experiênc

impondo entraves ao desenvolvimento do país e até mesmo ao de uma região inteira (Bates, 2008:3). Esta leitura vai ao encontro da premissa que afirma que as guerras em solo africano não têm os mesmos efeitos domésticos que as guerras na Europa (Herbst, 1990). Enquanto que na Europa a guerra é experienciada como uma dinâmica natural e indispensável ao avanço, construção e consolidação do Estado moderno e dos países que a vivem, no contexto africano a guerra é perspectivada como uma das causas e consequências da instabilidade política e militar, sendo regularmente associada às práticas mais imorais e nefastas. Atualmente, os conflitos armados africanos são também analisados a um nível mais micro, isto é, à luz dos ideais e traços psicológicos dos líderes dos países enquanto um possível fator de risco para a eclosão de violência civil (Reno, 2011:10). É, portanto, neste âmbito que surge o conceito de “senhores da guerra” proposto por vários estudiosos e aqui abordado a partir da perspectiva de William Reno (2011:11). Para este, o conceito ultrapassa a dimensão individual e singular do líder em questão e passa a ter em consideração o tipo de regime autoritário proposto por este e a competição que vigora dentro do mesmo partido e que reforça tensões e divisões que fragilizam o governo e podem levar a confrontos armados. O mesmo refere que parte do perfil destes líderes “senhores da guerra”, encontramos pessoas com um nível elevado de educação e de experiência política prévia, o que apenas contribui para reforçar a atribuição de maiores privilégios a uma elite restrita do país, mais instruída e poderosa, e a consequente disparidade entre grupos sociais e culturais. Assim nascem os designados Estados neo-patrimonialistas, que se caracterizam pela constituição de grupos de elite que se apropriam dos bens públicos, controlam os mecanismos do Estado e de alguns setores da sociedade e vivem de forma privilegiada mantendo-se nos cargos de mais alto nível da administração pública (Bratton & Walle, 1994:458). Ora, é perante este contexto que Walter (2015) afirma que as guerras civis são mais prováveis de acontecer em países com elites instaladas no governo, onde a informação não é acessível nem transparente e onde a população tem poucos recursos e oportunidades para participar na vida política. Para o autor, a guerra civil é fruto de uma mistura de condicionantes multicausais que decorrem (1) de índices de governança democrática insuficientes, (2) da crescente militarização dos países africanos (fator apreendido através do crescimento dos orçamentos de defesa desde o início do novo século), (3) da falta de interação e participação cívica, (4) do crescimento das milícias políticas, (5) da falta de liberdade e justiça na execução de processos eleitorais e (6) da motivação generalizada por parte da população para organizar protestos contra os seus governos (Walter, 2015).

Para além destes, as causas mais frequentemente apontadas no contexto do estudo das guerras civis africanas, prendem-se com as seguintes (Aremu, 2010; Bujra, 2002; Stewart, 2002; Williams, 2011):

- a) Colonialismo e as elites que se estabelecem no contexto pós-colonial – esta dimensão é especialmente relevante no caso de ocorrência de guerra civil no período de pós-independência, pois, geralmente, nestes contextos o que acontece é que fica a descoberto as diferenças entre os diversos grupos da sociedade e aquele que era o sentimento de união em prol da independência passa a fração social na ausência de um objetivo comum. Foi o caso do Sudão do Sul que desde o período de colonização britânica vinha a ser desvalorizado em prol da região Norte do Sudão e do seu desenvolvimento económico. Desde logo existiam tensões entre a zona Norte e Sul do Sudão que, quando se tornou independente do Reino Unido, viveu sempre em clima de guerra civil. Mais tarde, também o Sudão do Sul independente caiu em contexto da guerra civil que se prolonga desde 2013. No entanto, esta dimensão não deve ser tida como um fator *trigger* no estudo dos conflitos armados no continente africano, mas antes como um fator subjacente ao contexto destes países e como uma dimensão que pode propiciar as tensões entre grupos. Adicionalmente, estes países são dirigidos por elites pós-coloniais que, de forma generalizada, revelam condutas de má governação, corrupção e violação dos Direitos Humanos.
- b) Neopatrimonialismo – esta dimensão refere-se ao faccionalismo da sociedade como um fator que propicia a instabilidade e consequente potencial de conflito armado. Williams (2011) argumenta que as elites políticas que procuram o auto-enriquecimento normalmente fazem-no através da politização da etnia e/ou da religião, causando a faccionalização da sociedade africana. Para o autor essa política de auto-enriquecimento, ou neopatrimonialismo, subjaz da incapacidade dos líderes africanos de defender os princípios racionais e legais das instituições liberais, impedindo deste modo a transferência de poder e a constituição de oportunidades de participação social. Esta dimensão revela-se especialmente crítica em períodos de crise política e económica, uma vez que a crise limita a capacidade do regime para servir os seus apoiantes e reforça a marginalização dos grupos mais fragilizados da sociedade, bem como em contexto de regimes anocratas, que se revelam mais vulneráveis ao conflito armado por se encontrarem entre o autoritarismo e a democracia e, na maioria das vezes, com elevados níveis de fragmentação social/cultural.

- c) Recursos – tal como tem vindo a ser referido no presente estudo, uma das causas mais recorrentes para o conflito armado prende-se com a competição pelo controlo de recursos, entre os quais, o petróleo, diamantes, madeira e recursos minerais. Neste caso, as guerras são motivadas pela oportunidade económica gerada pelas receitas da comercialização destes recursos e não por ideais políticos ou desigualdades culturais.
- d) Etnicidade / Religião – esta dimensão refere-se aos conflitos motivados por ódios e receios étnicos e/ou religiosos e que podem conduzir à guerra, geralmente quando o contexto nacional já se encontra fragilizado por algum dos fatores supramencionados.

Entre estes, fatores como a sobrepopulação, a crise climática, o acesso a recursos naturais e a distribuição geográfica são também dimensões a considerar no estudo das guerras civis africanas, uma vez que podem determinar a eclosão de um conflito armado entre grupos sociais que sejam afetados por estas dimensões de forma diferente (Williams, 2011).

#### **1.4. As guerras reincidentes**

Na sua obra, Morris (1962) reflete a cerca dos tipos de conflito e das disposições que dão aso à sua formação, identificando, mais concretamente, que estas resultam: (1) da existência de uma questão de extrema importância que cativa as pessoas e o debate; (2) do efeito que essa questão causa nas diferentes populações, que é experienciado de maneira distinta conforme as características/contexto de cada cultura e país; (3) da liberdade/possibilidade de os membros da comunidade afetada poderem expressar as suas diferenças; (4) da materialização dos desentendimentos entre opiniões em ações práticas. De facto, o conflito é inerente à vida em sociedade e é necessário no sentido em que promove oportunidades de mudança e desenvolvimento. No entanto, este nem sempre é o caso e, na generalidade das guerras atuais, assistimos a contextos de conflito cíclico e prolongado ou mesmo recaídas do mesmo aquando o seu término, havendo um registo de 90% de guerras civis repetidas, face ao total de guerras civis em todo o mundo, nos anos 2000, de entre as quais a maioria ocorreu no Médio Oriente e na África Sub-Sahariana (Williams, 2017:37).

No artigo “*Trends and Causes of Armed Conflict*”, Smith (2004:4) debruça-se sobre as razões que levam à recaída da guerra, mais concretamente em quatro que se expressam nas seguintes situações: (1) desonestidade de uma ou ambas as partes em reconciliação; (2) deceção e *mismatch* de expectativas de uma ou ambas as partes. Tal pode acontecer, pois segundo o autor, pode acontecer que as partes se comprometam com o acordo de paz apenas por considerarem que irão obter determinados resultados. Quando essa expectativa não se concretiza, na

generalidade dos casos, as partes retomam o confronto armado. (3) desacordo interno ou fragmentação intragrupal de uma ou ambas as partes do conflito. Neste caso, Smith (2004:4) refere-se à possibilidade surgirem tensões e conflitos dentro dos grupos em oposição, fruto do clima de paz alcançado que os pode trazer à tona na medida em que o sentido de união mantido em prol da guerra se pode desintegrar quando deixa de existir esse objetivo comum. (4) por último, a reincidência do conflito pode acontecer caso as motivações que o determinaram permaneçam sem resolução. Na sua generalidade, os acordos de paz entre as partes abordam as causas superficiais que dão resposta a necessidades de curto e médio prazo, sem que tenham em consideração os objetivos de longo prazo, falhando assim na implementação de medidas de paz adequadas e sustentáveis. É sabido que quanto mais tempo passar desde a última guerra, menor o risco de reincidência (Collier & Hoeffler, 2002). No entanto, para que esta situação possa ser efetivamente experimentada é necessário que sejam executadas medidas de política que promovam a melhoria dos níveis de democracia nacional, se assim se verificar necessário, a presença de operações de paz internacionais e, acima de tudo e como condição básica primária, a melhoria das condições económicas (Sambanis, 2001:41).

### **1.5. Que impacto na população e no país?**

Perante o que tem vindo a ser desenvolvido, importa compreender as consequências das guerras civis, para que se possam adotar medidas de prevenção adaptadas ao contexto de potencial rebelião ou, quando em contexto de conflito armado, medidas de resolução de conflito efetivas. Assim, ainda que a guerra seja um mal inevitável mas necessário em alguns contextos na medida em pode gerar novas oportunidades de desenvolvimento para um país, o seu exercício tem inevitavelmente consequências com impacto negativo na economia do país. Em primeiro lugar pela perda de recursos humanos, por morte ou imigração, e de recursos materiais, por destruição ou desvio do seu uso (Armiño, 1997:22). Mais concretamente, o desvio de recursos públicos para o exercício da atividade militar limita a disponibilidade dos mesmos para o investimento no desenvolvimento nacional (Collier e Hoeffler, 1999), o que, quando associado à redução da mão de obra e fragilidades na comercialização dos produtos nacionais, gera o crescimento negativo da economia nacional e a perpetuação de contextos de pobreza generalizada. Estes são fatores que potenciam a atratividade do território para a criação de redes de contrabando e comércio ilegal.

Para além destas, a guerra civil tem também consequências de impacto social, entre as quais as baixas civis, a propagação de doenças infecciosas e falta de acesso a serviços de saúde, a fome

e a pobreza, a violação dos Direitos Humanos, com especial incidência nas mulheres e crianças, a imigração forçada. A instabilidade política intensifica este contexto, promovendo a fragilidade dos setores internos e a exclusão do país no contexto internacional. Mais ainda, a maioria dos conflitos são endêmicos, o que implica que se prolonguem durante tanto tempo que algumas gerações não têm a oportunidade de viver no contexto “pós-guerra” e no que implicam as medidas de reconstrução nacional (Collier et al. 2003). Isto implica que haja pessoas que não conhecem outra realidade se não a da guerra e a da sobrevivência. Que perdem família e amigos, oportunidades de vivência e identidade. Nestes contextos, é mais difícil recuperar a confiança e a coesão social, dois elementos-chave na resolução de conflitos e construção da paz (Agerback, 1996:28). É também mais fácil cair no risco de se desenvolverem culturas de impunidade criminosa, o que apenas promove o prolongamento do conflito (Muscat, 2002:8).

#### **1.6. Formas de intervenção e resolução dos conflitos armados**

No seu contributo para o tema, Peter Wallensteen (2005) propõe a resolução de conflitos através da adoção de medidas orientadas para a causa da incompatibilidade das partes, com vista à implementação de uma relação colaborativa entre ambas, bem como à implementação de esforços construtivos de reconciliação e fortalecimento das instituições. Ora, esta definição pressupõe o entendimento mútuo entre as partes, através de estratégias de diálogo e cooperação estratégica na resolução do conflito. Atualmente, tendo em conta o grau de crescente complexidade dos conflitos regionais, torna-se necessário a adoção de estratégias de resolução de conflitos sistémicas, multinacionais e multidisciplinares. Estas medidas acompanham o grau de complexidade dos conflitos, tentando neutralizar a combinação das ameaças que o país vive e encetar medidas de *peacebuilding* adaptadas ao contexto nacional e às necessidades da população. Para tal, importa, acima de tudo, proceder à análise individualizada da guerra e do contexto do país que a acolhe, para que as respostas atuem no cerne da questão conflituosa e promovam a cooperação consciente e fundamentada entre as partes dissidentes. A participação de uma terceira parte no processo é essencial para assegurar a boa condução do mesmo, bem como a sua credibilidade e transparência (Wallensteen 2005).

Os conflitos intraestado muitas vezes vêm-se internacionalizados pela ingerência da comunidade internacional alargada que intervém com vista a defender os seus interesses e os de uma das partes, apoiando geralmente um dos lados em conflito (aliados) para não perderem o conflito. Do mesmo modo, a ingerência internacional por parte de países terceiros, pode

também acontecer com vista a auxiliar o país em conflito na gestão e resolução do mesmo e na construção da paz no contexto de pós-conflito.

A experiência empírica de vários conflitos em diferentes partes do Mundo, sustenta que a ingerência da comunidade internacional nos conflitos armados de países terceiros, nem sempre é adequada ao local e ao seu contexto social, político e cultural. Dois aspetos que prejudicam particularmente a intervenção destas organizações e Governos estão relacionados (1) com o fraco conhecimento e insuficiente compreensão das condições locais e regionais e (2) com a relativamente baixa prioridade da comunidade internacional em apoiar na reconstrução das instituições nacionais (Fukuyama, 2006). A verdade é que sem sistemas governamentais funcionais e auto-sustentáveis, o processo de paz e de desenvolvimento não será senão de curta duração, tornando-se necessário referir que, em situações de pós-conflito, a ausência de guerra é frágil e não equivale necessariamente a paz real se não se investir em medidas de política que respondam a médio e longo prazo aos problemas que em primeira instância motivaram o conflito.

Assim, a primeira etapa das operações de paz levadas a cabo pela comunidade internacional em países terceiros, deve identificar como principal prioridade o estabelecimento de parcerias com as organizações interessadas e já a atuar no terreno e diferentes *stakeholders* nacionais (Fukuyama, 2006). É neste processo que o papel de liderança dos cidadãos nacionais deve ser reconhecido e promovido enquanto a grande mais valia e instrumento fundamental para a construção de uma paz sustentável. A verdade é que os nacionais são “especialistas” na cultura, contexto e situação do país, o que facilita a chegada e adaptação ao terreno e a compreensão do contexto por parte das organizações internacionais, tal como detêm também uma larga rede de contactos locais que deve ser colocada ao serviço do processo de paz de forma integrada e sistémica. Este é um trabalho que deve ser feito em parceria com as organizações internacionais no terreno, uma vez que estas são consideradas “neutras” e menos apegadas emocional e psicologicamente ao conflito, podendo, por essa razão, mais facilmente exercer pressão sobre as autoridades locais. Ainda que tal seja já amplamente aceite pela comunidade internacional, o que acontece, por vezes, é que os agentes externos a intervir no conflito tendem a impor os seus ideais e metodologias sobre as aspirações legítimas da população local, por considerarem que as suas são indispensáveis e mais valorosas para o plano nacional do que aquelas que já lá existem e nem por isso impediram a eclosão da guerra. Neste sentido, a comunidade internacional não deve esquecer que a sua permanência no país é temporária e que a sua grande contribuição para o mesmo assenta na mediação do processo de cessação do conflito e construção da paz através de uma abordagem holística que orienta a sua intervenção para o

apoio na construção dos Estados, recorrendo, maioritariamente, a forças de segurança, a ajuda financeira e a conhecimentos técnicos (Fukuyama, 2006).

Tendo como referência o relatório *Capstone Doctrine* das Nações Unidas (2008), que define os principais tipos de intervenção em contexto de conflito armado, é possível distinguir cinco formas de intervenção internacional em países onde decorrem guerra civis:

|                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Prevenção de conflitos<br/>(<i>conflict prevention</i>)</p> | <p>Estratégias e iniciativas dentro do campo da construção da paz que são implementadas para antecipar e subsequentemente neutralizar potenciais fatores de geração de conflito.</p> <p>Operacionalmente, a diplomacia preventiva enquadra-se em duas tipologias distintas:</p> <p>a) prevenção direta/ operacional – intervenções reativas e, frequentemente, de curto prazo levadas a cabo por agentes mediadores que visam a prevenção de um surto eminente de violência.</p> <p>b) prevenção estrutural – mudanças institucionais ou de base, concebidas a longo prazo para ajudar as comunidades a abordarem as causas subjacentes a potenciais focos de violência e a contribuir para a paz e para o desenvolvimento local sustentável.</p> |
| <p>Pacificação<br/>(<i>peacemaking</i>)</p>                    | <p>Iniciativas que visam a restauração da paz por meios pacíficos, recorrendo geralmente a ações diplomáticas neste contexto e a ações de mediação e negociação entre as partes em conflito.</p> <p>O Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU) atua primeiramente no sentido de garantir a resolução dos conflitos armados de forma pacífica, isto é, sem recorrer ao uso da força, sendo o <i>peacemaking</i> o primeiro estágio de resolução de divergências. Apenas quando não existe probabilidade de resolução pacífica dos mesmos, se poderá recorrer ao <i>peace enforcement</i>.</p>                                                                                                                                                 |
| <p>Imposição da paz<br/>(<i>peace enforcement</i>)</p>         | <p>Iniciativas de intervenção coerciva que recorrem à utilização de força militar para fins de proteção humana. Estas operações de imposição da paz ocorrem durante o mandato da ONU em determinado país em contexto de conflito armado. Estas operações estão regulamentadas pelo capítulo 7º da Carta das Nações Unidas, sendo necessária a autorização explícita do Conselho de Segurança. Realizam-se em contextos nos quais</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                     | <p>não existe o consentimento das partes a integrar o conflito, atuando por isso em ambientes onde não há possibilidade de acordo de paz ou processo de <i>peacemaking</i>. Apenas neste contexto se considera o uso da força militar, dispensando o consentimento das principais partes envolvidas no conflito, para a manutenção ou restauração da paz e da segurança internacional.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <p>Manutenção da paz<br/>(<i>peacekeeping</i>)</p>  | <p>Medidas que visam preservar o contexto de paz e assistir na implementação de acordos para a sua manutenção e consolidação. Atualmente, pela sua natureza multidimensional que visa acompanhar a complexidade dos conflitos e dos contextos onde estes surgem, estas operações visam apoiar os países em conflito a criar as condições para uma paz duradoura, facilitando também processos políticos, protegendo civis, apoiando na organização de processos eleitorais, restaurando o Estado de Direito, entre outros.</p> <p>As operações de <i>peacekeeping</i> são conduzidas pelas nações Unidas, respeitando três princípios: o do consentimento explícito das partes em conflito; o da imparcialidade dos agentes externos de intervenção e mediação; o do não uso da força.</p> |
| <p>Construção da paz<br/>(<i>peacebuilding</i>)</p> | <p>Medidas que visam a redução do risco de (re)ocorrência de conflitos e o reforço das capacidades nacionais das partes envolvidas no mesmo, para que se resolvam as causas que estão realmente no cerne das motivações para o conflito.</p> <p>A construção da paz é por isso um processo moroso e de longo prazo, que deve incluir no seu mandato não apenas a reconciliação entre as partes, mas sobretudo, para uma paz duradoura e sustentável, o fortalecimento institucional e a transformação política e económica.</p>                                                                                                                                                                                                                                                            |

Fontes: Branco, C.; Sousa, Ricardo; Oliveira, Gilberto, 2017; United Nations, 2008; Fisas, Vicenç (2004)

Na análise da dinâmica do conflito apresentada por DeRouen & Pospieszna (2011:664), após a cessação do confronto armado, as medidas de reconstrução nacional devem focar-se na tentativa de pacificação e garantia da manutenção da paz. Isto implica estratégias de mediação, negociação e compromisso, sendo este “*um processo de gestão de conflitos onde as partes*

*procuram o apoio ou aceitam a oferta de ajuda de um indivíduo, grupo, Estado ou organização para resolver o seu conflito ou resolver as suas diferenças, sem recorrerem à força física ou invocarem a autoridade de lei*” (DeRouen & Pospieszna, 2011: 664). Implica auscultar o efeito da guerra nas partes envolvidas, nas infraestruturas e compreender quais as necessidades mais prementes, a sua ordem de prioridade e os recursos disponíveis. A esta conceção subjaz a ideia de uma paz participada, isto é, da construção da paz como um projeto de todos. Esta é também a premissa que orienta o presente trabalho, assente na ideia de que é possível assegurar um processo de construção de paz sustentável, através de abordagens alternativas que enfatizem a importância da participação e promovam a representatividade real da maioria dos agentes nacionais dos diferentes setores, envolvendo-os diretamente em todas as etapas do processo. Entre 1946 e 2014, as missões implementadas na África subsaariana, Europa e Ásia Central foram partilhadas entre diferentes entidades, reforçando a expressão de novos mecanismos internacionais que concorrem com a intervenção das Nações Unidas no palco internacional, uma situação que cada vez mais tem sido recorrente, ficando estas missões maioritariamente sob a responsabilidade de organizações regionais intergovernamentais, bem como, ainda que com menos expressão, de Estados ou coligações ad hoc de grupos de Estado (Branco, C.; Sousa, Ricardo; Oliveira, Gilberto, 2017:38). Pela recorrência histórica de conflitos intraestado que se tem vindo a observar, é possível concluir que, embora a comunidade internacional esteja a agir de forma a responder às necessidades de manutenção da paz em países em contexto de conflito armado, a sua intervenção não tem sido suficiente para fazer face à emergência de novos conflitos e à resolução dos mesmos, sendo cada vez mais claro que as intervenções externas em países em conflito devem integrar o contexto e a complexidade das diferentes forças-motriz e atuar de forma sistémica. Na sua visão, a abordagem de conflitos supera a simples técnica de resolução de conflitos, sendo essencial que as operações de paz considerem os fatores sócio-culturais do país onde estão a intervir, reconhecendo que os pressupostos que constroem estes mesmos fatores, na sua generalidade, são mais resistentes à mudança que os indivíduos que os compõem (*in* Branco, C.; Sousa, Ricardo; Oliveira, Gilberto, 2017:64). Para que se possa intervir de forma contextualizada e adaptada à realidade dos novos problemas que vão surgindo, é necessário que a população, a sociedade civil e o Governo estejam capacitados para desafiar os pressupostos subjacentes e fazer frente a estes, através de um processo de planeamento participativo que permita a construção e a implementação de medidas efetivas de paz (Cooper, 2018). Do mesmo modo, importa que as ONG internacionais e entidades externas, quando em contexto de missões de *peacebuilding* e de intervenção num país que não o seu, reconheçam a importância de estabelecerem parcerias com organizações locais pois estas detêm melhor

acesso à comunidade e aos grupos-alvo, bem como um melhor conhecimento do contexto local (Jester et al., 2018:5).

Esta ideia subjaz da premissa marxista que expressa que a estrutura social é um produto do fenómeno da organização e participação comunitária. As experiências de veículos comunitários são os pressupostos estratégicos necessários para a manutenção ou transformação das políticas locais, promovendo deste modo o desenvolvimento comunitário, que quando integrado e pensado em parceria com entidades públicas e do terceiro setor, se desenrola em larga escala e com poder de agência e de repercussão ao nível regional e nacional (Roque Amaro, 1990). A ideia de mobilização local para a participação comunitária, começou a ganhar maior expressão nos anos 60, com a ascensão de movimentos da sociedade civil inspirados em abordagens de resistência e participação não violentas (Branco, C.; Sousa, Ricardo; Oliveira, Gilberto, 2017:65). É nesta altura, nos Estados Unidos, que as pessoas começam a adquirir uma maior sensibilidade para a prática de metodologias participativas não violentas, exigindo maior participação e poder de influência em matérias de direitos civis, participação em guerras e administração nacional. Nesta procura e vontade de participarem no processo de tomada de decisão local e resolução de problemas, começam a surgir, em maior número, os centros comunitários de resolução de conflitos/disputas (Byrne & Senehi, 2009 *in* Branco, C.; Sousa, Ricardo; Oliveira, Gilberto, 2017:65).

Por outro lado, nos processos de paz uma das questões que é imediatamente considerada é a reestruturação do ambiente político do país e a elaboração de uma constituição que responda às disposições previstas no acordo de paz (Fukuyama, 2006). Esta é uma dimensão especialmente importante se tivermos em consideração que as guerras civis são consequência de “*sistemas políticos falidos que não foram capazes de desempenhar as funções de governança essenciais, gerando insurgências políticas*” (Kumar, 1997:2). Assim, na reconstrução política do país, as eleições não se apresentam como o objetivo final do processo de paz nem como um fim em si mesmo, mas antes devem ser interpretadas como uma estratégia para a deliberação, para a participação e para a reconciliação nacional, em detrimento de demonstração pública e apressada de um processo de democratização. Do mesmo modo, a elaboração de uma constituição e a execução de eleições democráticas não deve ocorrer demasiado cedo, nem de forma imposta pelos atores externos, na medida em que um país em situação de pós-conflito dificilmente será capaz de mobilizar o consenso necessário para a implementação bem sucedida destas medidas, da mesma forma que novos partidos progressistas não terão o tempo necessário para reunir os recursos necessários para apresentar uma candidatura consistente e mobilizar o apoio da opinião pública. Este deve ser um processo impulsionado pelo diálogo político e fruto

de um consenso nacional que leva tempo, podendo mesmo, quando realizado demasiado cedo, reforçar as divisões dos grupos que se encontravam em oposição durante a guerra (Fukuyama, 2006). Neste campo, a assistência internacional deve submeter-se aos *timings* do contexto nacional, auxiliando, quando necessário, em questões relacionadas com logística, fortalecimento e capacitação das organizações da sociedade civil, monitoramento eleitoral e desenvolvimento de infraestruturas eleitorais independentes (Zeeuw, 2001:22). O apoio a este sector da vida em sociedade pode ajudar a reduzir o risco de fraude e, mais importante, contribuir para a credibilidade das eleições e consequente aceitação, por parte da população e dos partidos candidatos, dos resultados das mesmas (Zeeuw, 2001:22).

No seu projeto de investigação “*Building Peace in War-Torn Societies: from concept to strategy*”, Zeeuw (2001:12) propõe a construção da paz a partir de uma metodologia de cooperação para o desenvolvimento que se distingue em três etapas: “*relief, rehabilitation and development*”. À primeira etapa está associado o apoio material imediato, nomeadamente o fornecimento de bens de necessidade primária como a alimentação, abrigo, medicação e vestuário. De acordo com a hierarquia das necessidades de Maslow, a seguir às necessidades consideradas primárias, sucede a necessidade de segurança (Maslow, 1943). Assim, a etapa da reabilitação compreende medidas de desmobilização, desarmamento e reintegração, bem como atividades de reforma institucional e política e de reconstrução nacional de médio e longo prazo. Por último, o desenvolvimento prevê as atividades que são implementadas com vista à mudança estrutural das instituições nacionais e do contexto social, económico e político do país, com um impacto a longo prazo que reduz as vulnerabilidades da população e dá resposta às suas necessidades reais.

Em simultâneo, no contexto do pós-conflito, o país deve elaborar e implementar um processo de reintegração de ex-combatentes, mas também de refugiados e deslocados à força, inclusivo e abrangente, que possa garantir a sustentabilidade da segurança e a estabilidade estrutural a longo prazo. Para tal, torna-se necessário executar, numa primeira fase, medidas de desarmamento e desmobilização e, numa segunda fase, medidas de incentivo e oportunidades de inclusão económica (Fukuyama, 2006). Idealmente, este processo começa com um acordo de paz entre as partes, que determina como serão desmobilizados os combatentes para retornar à vida civil ou serem integrados em forças de segurança nacional, bem como serão descartadas as suas armas. A etapa mais complexa, no entanto, é a que advém desta e que visa a criação de oportunidades de inclusão social e económica para os ex-combatentes, reconstituindo deste modo o tecido nacional e gerando novas relações de cidadania. Esta é uma dimensão especialmente importante, pois a segurança do país não fica assegurada a médio e longo prazo

se não houver reintegração. A educação da juventude guerreira e a adequada reintegração dos ex-combatentes na vida civil do país são, por isso, fatores cruciais que influenciam criticamente o rumo do processo de paz, determinando-o pela via da consolidação da segurança ou do retorno à fragmentação da autoridade (Fukuyama, 2006).

É neste processo que o país trabalha a dimensão da reconciliação nacional, a par do qual deve garantir o livre acesso a serviços médicos, a reparação dos danos materiais e psicológicos infligidos à população, a imposição de medidas de justiça e a adoção de metodologias de transparência e de veracidade política (para o efeito, vários países recorreram à criação de comissões de verdade e reconciliação). Apenas assim se torna possível fortalecer o sentido de unidade nacional e de igualdade perante a lei e aos poucos criar a confiança nas estruturas de poder e lançar as bases para a legitimação das instituições do Estado (Fukuyama, 2006). Nestes termos, a longo prazo, o que se deseja é que a estabilidade se consolide através de um sistema de governança que responde às necessidades da população local de forma justa e equitativa e que sujeite todos os cidadãos à mesma lei. Para tal, importa também considerar a capacitação do sistema judiciário do país como uma frente importante e na qual se deve investir no processo de construção da paz, pois é neste eixo que recai a responsabilidade de restabelecer a lei e a ordem e, com isso a justiça, a responsabilidade e a confiança pública nos mecanismos públicos, contribuindo, possivelmente, para encorajar o investimento por parte de nacionais, instituições ou de outros *stakeholders* da comunidade internacional (Fukuyama, 2006).

Na investigação de Ginty & Richmond (2013), os autores focam-se em quatro grandes temas no que diz respeito à valorização da população, recursos e organizações locais como ferramentas-chave no processo de construção da paz. Mais concretamente, distinguem-nos entre: (1) liderança e relações humanas para a coexistência, (2) prestação de serviços e desenvolvimento económico, (3) relação entre o Estado e os cidadãos e (4) responsabilidade, transparência e legitimidade. Na primeira dimensão, os autores definem o conceito de coexistência como uma variável que caracteriza a interação entre dois ou mais grupos e/ou comunidades, que podem cooperar de forma pacífica com vista a um bem comum sem, no entanto, partilharem ideais ou formas de vida. Neste âmbito, os autores referem-se aos líderes locais como os principais facilitadores de relações de convivência e cooperação, afirmando mesmo que estes têm maior margem e potencial de impacto sobre as comunidades que os líderes nacionais, pois têm maior flexibilidade que estes últimos nos processos locais de reconciliação e de paz. Neste contexto, Lederach (1997:26) considera que uma das premissas centrais no processo de construção de paz parte do princípio de que “*o relacionamento é a base tanto do conflito quanto da sua solução a longo prazo*”. Isto não só é verdade dentro das comunidades

e entre grupos de diferentes etnias e culturas, como também entre os diversos atores locais, regionais e nacionais, que devem agir em consonância e parceria para que haja a capacidade necessária para a mitigação dos conflitos e construção da paz (Ginty & Richmond, 2013).

Na segunda dimensão, os autores consideram que uma prestação de serviços inclusiva e eficaz é um critério importante para a legitimação das estruturas locais no processo de pós-conflito, nomeadamente através da melhoria das condições socioeconómicas do país (Ginty & Richmond, 2013). Neste campo, mais do que os líderes comunitários e diferentes *stakeholders* locais, importa ao Governo assegurar as condições para a boa prossecução deste objetivo. Em primeiro lugar, pois ao atuar no contexto de um mandato, o Governo consegue mais amplamente planear e atuar neste sector. Em segundo lugar, porque as estruturas públicas e de governação detêm uma legitimidade que outros atores não possuem. Em terceiro lugar, porque podem regulamentar poderes e reordenar o sector de acordo com as necessidades nacionais. Em quarto lugar, porque o Governo tem acesso privilegiado a indicadores relativos às necessidades, preferências e nível de desenvolvimento do contexto. E, por último, por serem dotados de estabilidade institucional, quando num contexto de pós-conflito mais consolidado.

A terceira dimensão regula a interação entre o Estado e os cidadãos, propondo a constituição de múltiplas agências de autoridade estatal abertas à contestação política e à possibilidade de participação das minorias a nível local (Ginty & Richmond (2013). Nesta abordagem é fomentada a representatividade social através da participação *bottom-up* e da apropriação e responsabilização política e social do processo de paz por parte dos diversos grupos da sociedade. Esta metodologia não só aumenta as oportunidades de participação, como tem vindo a ser desenvolvido ao longo do presente capítulo, como possibilita a construção de relações de confiança inter-grupal, fomenta a inclusão social e permite a resolução de eventuais tensões ou conflitos através da discussão e compromisso entre as partes (Bland, 2007). Geralmente a participação comunitária é tida como um complemento à democracia, no contexto da qual é tida como um meio para superar um dos principais problemas na reconstrução nacional de um país em situação de pós-conflito: a inacessibilidade destes processos à grande maioria da população. Por último, os autores mencionam que a transparência e a responsabilização dos assuntos do Estado podem criar maiores oportunidades de proximidade entre “governantes e governados”, referindo mesmo que a viabilidade do sistema de governação de um país é alcançada e consolidada quanto maior a sua visibilidade e aceitação por parte da população, isto é, quando os cidadãos acreditam na adequação e eficácia do sistema, é maximizada a estabilidade do mesmo (Ginty & Richmond (2013). Ainda nesta dimensão, importa ter em consideração que a consolidação de instituições públicas legítimas facilitam a angariação de receitas e donativos

para o processo de desenvolvimento nacional, um importante fator na capacidade do Estado para suprimir as necessidades emergentes do contexto de pós-conflito e implementar estratégias para a paz.

Mediante o que tem vindo a ser exposto, importa referir que as organizações da sociedade civil são também elementos cruciais no desenvolvimento de uma cultura de paz nacional (Zeeuw, 2001:24). Estas, devidamente capacitadas e com o apoio da comunidade internacional, assumem-se importantes catalisadores de processos de democratização e participação civil. A verdade é que o impacto destas entidades no terreno e na construção de uma paz autónoma e sustentável tem vindo a ser reconhecido, o que tem levado ao crescente apoio às organizações locais e comunitárias por parte dos diferentes *stakeholders* internacionais, seja em matéria de transmissão de conhecimento e educação, recursos materiais ou financiamento. Cada vez mais a construção da paz se tem sedimentado na atuação das organizações da sociedade civil, beneficiando (1) do seu nível de assistência de base, isto é, constituída por locais e valorizando os recursos da comunidade, (2) da sua abordagem *bottom-up*, centrada nas pessoas e na reconciliação dentro das comunidades e (3) nos seus mecanismos e capacidade local para a paz. Estas organizações, no entanto, revelam algumas limitações que carecem do apoio da comunidade internacional para maximizar o seu potencial de atuação e impacto no processo de construção de paz. Mais concretamente no que está relacionado com: a falta de prestação de contas; a assistência tendenciosa e, muitas vezes, apenas focada nos grupos “excluídos” da sociedade e pouco inclusiva das demais frações civis; e, por último, com a influência relativamente pequena que ainda detêm no processo de paz, se não agirem de forma integrada e em rede, ficando-se apenas por uma atuação focada no local (Zeeuw, 2001:24). É neste contexto, entre outros, que a intervenção de potências externas é necessária e crucial e justifica o investimento da comunidade internacional na reestruturação, capacitação e autonomização dos sistemas nacionais dos países que saem de uma situação de conflito armado (Zeeuw, 2001:24).

Mais recentemente, com a administração de Obama nos EUA, começou a falar-se do conceito de “*light footprint approach*” no que à intervenção da comunidade internacional diz respeito em matéria de apoio na resolução de conflitos e construção da paz (Brabandere, 2009). Esta abordagem propõe um novo modelo de intervenção que coloca no centro da sua atuação a primazia da política doméstica, propondo uma intervenção externa “leve” (isto é, com o mínimo de ingerência possível), com preocupações de longo prazo, liderada pelas instituições nacionais e evitando a duplicação de processos e a criação de instituições paralelas que podem prejudicar a autoridade local e a coordenação entre os diferentes agentes envolvidos. Embora esta seja

uma abordagem valorizada pelos países em situação de pós-conflito, a sua apropriação e eficácia não é igual para todos os contextos, podendo ser bem sucedida ou mal sucedida dependendo dos recursos e nível de capacidade dos diferentes *stakeholders* de cada país (Lujan, 2013). Esta abordagem, no entanto, permite que os países que saem de uma situação de guerra possam mais facilmente construir os seus processos internos de paz, de forma autónoma e sustentável, não ficando tão dependentes de fatores relacionados com a divulgação dos meios de comunicação internacional e consequente angariação de financiamento e de envolvimento internacional. Se o processo de paz for *à priori* inclusivo, participado e focado na estabilidade e apoio às estruturas do Estado, este envolvimento internacional deixa de ser tão necessário, da mesma forma que, quando chegar a altura do seu “recuo” este também não será tão impactante. Para que este cenário se verifique, no entanto, é necessário que o país assegure, minimamente, as seguintes condições: experiência política, capacidade de gestão, recursos financeiros e liderança nacional participativa (Lujan, 2013). Do mesmo modo, é necessário que os países e organizações ingerentes possam ter em consideração as suas limitações e avaliar se não estão a deixar-se levar por estas na imposição de medidas que demonstrem uma visão de “*peace fixing*”, falta de apropriação do processo por parte da sociedade local, coordenação inadequada ou insuficiente, falta de prioridades ou assistência atrasada (Zeeuw, 2001:26-29).

#### **1.6.1. A abordagem participativa na resolução de conflitos**

Para além de se poder constituir uma estratégia de *peacebuilding*, a participação local pode ser também um mecanismo de prevenção estrutural de conflitos, no sentido em que fomenta o envolvimento da comunidade no processo de gestão das relações intergrupais, abordando, deste modo, as causas subjacentes a potenciais focos de violência. A mudança para uma abordagem preventiva do conflito tem vindo a ser crescentemente promovida por uma série de imperativos morais, políticos e económicos (Baltazar, 2007), sendo o sofrimento humano, a destruição de comunidades e a perda de vidas que ocorrem rotineiramente em conflitos violentos as principais motivações morais para a utilização de abordagens preventivas. Para além destas, a degradação económica, vivida pelos países em conflito através da perda de meios de subsistência, destruição de propriedade, perda de comércio e investimento estrangeiro, são também motivações que tornam imperativo a aplicação de métodos preventivos em contexto de potencial escalada de violência entre grupos. Ainda mais, sendo estes fatores que raramente prejudicam apenas quem vive dentro das fronteiras nacionais, mas influenciando também a comunidade internacional e o seu ritmo de desenvolvimento (Baltazar, 2007). Esta é a visão

multidimensional dos Estudos de Segurança Internacional que emerge após a Segunda Guerra Mundial, embora apenas se tenha tornado mais efetiva com o final da Guerra Fria, fazendo o *shift* para uma visão multidimensional mais alargada que prevê, para além das dimensões políticas e militares, as dimensões económicas, ambientais e sociais dos países a viver o conflito (Esteves, 2015)

Na proposição de paz proposta por Galtung, existem duas tipologias de paz: a paz negativa que pode ser experimentada na ausência de guerra (conflito violento) e, a paz positiva que se refere não apenas à ausência de conflito armado mas sobretudo à ausência de violência estrutural que é suprimida na medida em que subjazem os valores dos Direitos Humanos, a justiça social e o estabelecimento de mecanismos de prevenção de conflitos não-violentos (Galtung, 1969). Ora, esta perspetiva alimenta a consciência das pessoas para a mobilização coletiva e reforça, em certa medida, as iniciativas de resistência e participação não violenta que se propagaram pelo mundo, inspiradas no exemplo do Satyagraha de Gandhi e da desobediência civil e luta pacífica de Martin Luther King Jr. É neste contexto que subjaz o conceito de participação comunitária como uma ferramenta-chave para a transformação social e desenvolvimento local. De referir, no entanto, que para além de ser um mecanismo de resistência pacífica eficaz, a participação comunitária é também um modelo de governança que potencia o desenvolvimento local e a construção de sociedades pacíficas e justas. No caso das guerras civis, as metodologias participativas são especialmente necessárias, na medida em que, na maioria dos casos, o percurso vivido pelos países até ao momento de eclosão da violência armada, é também fruto de contextos pouco participativos ou com iniciativas frágeis, mal direcionadas ou mesmo inexistentes. Como tal, não deixa de ser importante para um processo de paz integrado e sustentável, a implementação de medidas de participação bem fundamentadas e inclusivas no contexto do modelo de intervenção e metodologias adotadas no processo de reconstrução nacional para a paz.

A verdade é que este tipo de atuação suscita ainda muitas dúvidas relativas à eficácia do método e capacidade de povos e grupos sociais, sem armas e reprimidos, se organizarem e desafiarem um adversário “poderoso” ou exercerem algum tipo de pressão social. A cada novo movimento a dúvida e o desafio é idêntico e, especialmente, quando em contexto de confronto a poderes instalados e grupos de opressão sistemática. No entanto, no livro “*Why Civil Resistance Works*” (Stephan & Chenoweth, 2012) os autores confirmam que, em casos de remoção de líderes nacionais ou reivindicação pela independência territorial, as campanhas de resistência política foram duas vezes mais bem sucedidas do que as suas congéneres violentas. Para muitos esta descoberta pode ser surpreendente mas a verdade é que estas formas de coerção produzem efeito

pois a sua natureza de confronto não violento tem maior potencial para mobilizar a participação em massa, bem como maior potencial de conversão pela sua dimensão criativa, assimiladora e de coação que está na origem de grandes mudanças estruturais no interior dos regimes vigentes (Stephan & Chenoweth, 2012). Neste sentido, a desobediência civil ganha afinidade com os direitos individuais que só podem ser exercidos coletivamente e no âmbito de uma ética comum e comunitária (King, 2014).

### **1.6.2. O papel do empowerment na mobilização para a paz**

Na resolução de conflitos, torna-se necessário adotar abordagens multidimensionais que permitam criar esquemas de ação integrados, participativos e adequados às necessidades e recursos do contexto (Jester et al., 2018). Ora, estas abordagens implicam a intervenção dos diferentes agentes nos diferentes níveis de análise (micro, meso, macro = inter-grupo, inter-estado, regional ou global) e nos diferentes setores da vida em sociedade (economia, social, político, cultural) (Omwenga, 2018). Neste âmbito, tem particularmente vindo a crescer o interesse na apropriação local (*local ownership*) como um elemento-chave na garantia do sucesso dos processos de construção da paz sustentáveis a médio e longo prazo. No entanto, para que este processo de apropriação possa desde logo ser fomentado e trabalhado com os atores locais, importa numa primeira fase promover a capacitação da população e dos diferentes agentes de liderança local e de intervenção comunitária, reforçando por esta via a capacidade de apropriação do processo de *peacebuilding* (Jester et al., 2018:2). Na medida em que situações de exclusão social e pobreza se relacionam com a falta de poder, o chamado “desempowerment”, segundo Esteves (2007), a intervenção de base local e comunitária passa grandemente pela capacitação da população para a criação de oportunidades de participação e de aquisição de competências que lhes permitam desenvolver a sua identidade social (no sentido de exercerem influência política, de serem capazes de se auto-organizarem e de criarem novas oportunidades de cooperação) (Esteves, 2007:34). No fundo as intervenções sociais contra a exclusão social e a pobreza, passam pela capacitação da comunidade para a aquisição de um sentimento comum, que lhes permita, em clima de entreajuda, adquirirem competências e voz ativa na emancipação das comunidades ou outros grupos sociais. Esta ideia de capacitação vai ao encontro do modo como Carmo (1999: 76 *cit in* Moreno, 2012: 30) se refere ao processo de intervenção comunitária como uma estratégia macrossocial que visa capacitar a população para a tomada de consciência das necessidades e recursos locais; para assumir uma posição crítica sobre a sua realidade e para organizar dinamicamente os seus recursos para responder às suas

necessidades. Nesta perspectiva, admite-se também o fomento de relações de coesão social entre os membros da mesma comunidade/grupo, na medida em que sociedades com maiores níveis de coesão social proporcionam “*um melhor marco de qualidade institucional para o crescimento económico e agem como fator de atração de investimentos por oferecerem um ambiente de confiança e regras claras*” (CEPAL, 2007: 26). Deste modo implica-se uma maior participação em ocorrências da vida social e uma consequente melhor apropriação do processo de transformação e desenvolvimento territorial, supondo igualmente a coesão como um veículo facilitador de mobilização social para a constituição de contratos sociais necessários à reforma de políticas orientadas para a equidade e inclusão social (CEPAL, 2007: 26).

No entanto, em contexto de guerra, para que a comunidade possa exercer o seu direito e dever de participação, o governo deverá garantir políticas locais que permitam uma melhor assistência à população e às organizações locais, entre as quais deverá alocar recursos para infraestrutura, financiar serviços de assistência médica de alta qualidade (tendo, para o efeito, de contratar mais profissionais qualificados), apoiar a população nas necessidades identificadas e implementar medidas que possam apoiar quem ficou sem emprego ou trabalha sem remuneração (Jester et al., 2018:17).

Neste contexto, têm vindo a ser criados programas de investigação que estudam e fundamentam a prática de abordagens participativas em contexto de instabilidade e/ou conflito armado. Mais concretamente, com vista ao estudo das formas de conflito atuais e mapeamento de estratégias de intervenção adequadas, surgiu recentemente o Peace Capacity, um projeto de impacto que se baseia na pesquisa do EU-CIVCAP para dar resposta ao número crescente de debates em torno de temas relacionados com o *peacebuilding*, a valorização do contexto local e da importância da capacitação dos diferentes *stakeholders* para uma boa apropriação e construção de processos de paz (Jester et al., 2018:2). Uma das principais descobertas deste projeto, assume a forma de confirmação de que programas de capacitação promovem o fortalecimento das entidades locais, influenciando positivamente, o modo como estas compreendem o contexto em que estão inseridas, o modo como se posicionam no terreno e o modo sistémico e integrado como adequam e implementam as suas ações junto da população e dos diferentes *stakeholders* locais (Jester et al., 2018:3). No entanto, e embora este trabalho de capacitação seja necessário para a garantia da qualidade das intervenções e sua eficácia e sustentabilidade no terreno, quando realizado num contexto de maior fragilidade política e social e de forma desgarrada com os diferentes objetivos políticos e entidades locais, a capacidade de influência e impacto destas instituições fica limitada perante o contexto de aplicação (Jester et al., 2018:3). Desta forma, o EU-CIVCAP propõe que se sigam as seguintes considerações: o contexto local deve

ser considerado o elemento fundamental para a ilação de conclusões, objetivos e medidas de intervenção; uma abordagem *bottom-up* é a solução mais indicada para este exercício de construção política, económica e social; as ambições dos doadores devem corresponder aos recursos que detêm; o reforço de elementos de infra-estrutura é mais valorizado pelos agentes locais do que a sua capacitação (formações, por exemplo) (Jester et al., 2018:3). Muito embora estes sejam aspetos já amplamente reconhecidos por outros autores, importa sublinhar que o trabalho de capacitação da população e das organizações locais detém uma enorme importância no processo de emancipação e desenvolvimento das comunidades, especificamente pelo seu impacto na literacia dos diferentes agentes e consequente melhoria dos níveis de participação local e da apropriação do projeto de paz e sua aplicabilidade consciente, consistente e sustentável (Jester et al., 2018:3). Neste sentido, são três as principais áreas de capacitação relevantes para o processo de construção da paz de base local: 1) liderança, comunicação e gestão de processos participativos para a boa governança local e promoção dos direitos humanos; 2) análise do contexto, desenho e gestão de projetos; 3) competências técnicas específicas relacionadas com a adequabilidade e sustentabilidade do projeto, mais concretamente em áreas relacionados com a criação de negócios, microssistemas de crédito, gestão e contabilidade, análise de marketing, estudos de viabilidade, entre outros (UNHCR, 2008:76).

## Capítulo II - A construção da paz

O presente ponto de desenvolvimento tem em vista a caracterização do conceito de paz e do processo que a antecede e constrói em situação de pós-conflito. Neste sentido, será tida em consideração a conceptualização de Odendaal (2013:9) que relaciona este conceito com “*a ausência de violência e de sobrevivência económica, com a cura da família e da comunidade, a resolução de disputas locais e a confiança nas instituições do Governo*”. No seu entendimento, a paz combina uma dimensão de governança e de paz liberal com uma dimensão humana focada na coexistência e na “cura” das relações sociais inter-pares na comunidade. A paz sustentável, por sua vez, segundo o prefácio de Salomão numa das obras de Lederach (1997: p. ix) “*requires that long-time antagonists not merely lay down their arms but that they achieve profound reconciliation that will endure because it is sustained by a society-wide network of relationships and mechanisms that promote justice and address the root causes of enmity before they can regenerate destabilizing tensions*”. Ora, para alcançar a paz sustentável, como Salomão a propõe, torna-se necessário assegurar o envolvimento de todos os níveis e grupos da sociedade no processo, pois para este ser bem sucedido os principais *stakeholders* devem unir-se num projeto comum, da sociedade como um todo, que visa a resolução de conflitos e a consolidação de uma paz duradoura.

Segundo Schia e Karlsrud (2012:22), a generalidade dos programas de construção de paz têm em vista os mesmos objetivos, entre os quais se destaca a necessidade de se identificarem e promoverem estratégias para lidar com as principais motivações do conflito, alterando a dinâmica do mesmo e impedindo o recurso à violência como meio para a resolução de divergências e de injustiças sociais, políticas e económicas. Como tal, em contexto de conflito armado, importa desenvolver o sentido de “sensibilidade ao conflito”, um conceito utilizado pelos autores para se referirem à capacidade das organizações locais para (1) compreender o contexto em que estão a intervir, (2) compreender a interação e a relação de reciprocidade entre a sua intervenção e o contexto onde estão inseridas e (3) atuar com base nessa mesma compreensão, atendendo ao fim último de evitar *outcomes* com efeitos negativos para as partes envolvidas e os diferentes *stakeholders*, bem como maximizar os impactos positivos que a sua atuação pode exercer no processo de resolução do conflito e construção da paz (Schia e Karlsrud, 2012:22).

Na conceptualização do termo “construção da paz”, proposta por Barnett e Zurcher (2009), os autores enfatizam a compreensão divergente que resulta do exercício de comunicação e definição de objetivos, assim como dos atores que deverão ser envolvidos no comando deste

processo de caminho para a paz. Na maioria dos casos, os autores acreditam que o principal desejo dos impulsionadores da paz é a implementação de reformas que promovam uma paz liberal cuja administração e gestão do processo é monopolizada pelas elites locais que “*querem preservar o seu poder político e garantir que o processo de implementação da paz fortaleça ou não prejudique os seus interesses políticos e económicos*” (Barnett e Zurcher, 2009). O que acontece nestes casos é que quando o processo é analisado de um ponto de vista mais macro, verificam-se situações de iniciativas locais para a paz pouco sintonizadas com as necessidades reais do contexto e com fragilidades graves ao nível do apoio multilateral. Por esta razão, acontece também que as medidas implementadas se verificam pouco coordenadas entre si e com os diferentes atores locais, nacionais e internacionais envolvidos, promovendo regularmente relações de concorrência direta, duplicação de respostas de emergência ou baixas taxas de implementação de medidas de natureza estrutural, o que vai implicar, inevitavelmente, resultados aquém dos propostos e a construção de uma paz superficial, frágil e pouco sustentável porque pouco apropriada pelos atores locais e pelas necessidades reais do contexto (Schia e Karlsrud, 2012:26).

No entanto, olhando para a complexidade do processo de construção da paz, na sua multi-setorialidade e necessidade de conciliação de inúmeros atores, agendas e prioridades, torna-se claro que a disciplina da construção da paz exige a gestão de tensões e atritos, vistos não como algo negativo, mas como fatores produtivos que se assumem uma mais valia no projeto para a paz no sentido em que podem fomentar a criatividade e a constituição de abordagens inovadoras entre os diferentes atores (nacionais e internacionais), dos quais são exemplo a implementação de comités para a paz na Libéria ou a constituição de *county support bases* no contexto da guerra civil do Sudão do Sul (Schia e Karlsrud, 2012:27). Estas bases de apoio municipais constituem-se iniciativas de referência da intervenção e do potencial da ONU, proporcionando plataformas de cooperação e de trabalho em rede entre atores nacionais e internacionais (Schia e Karlsrud, 2012:27). Mais especificamente em países em contexto de pós-conflito, as instituições governamentais enfrentam um desafio acrescido de capacidade, recorrendo tendencialmente à contratação de consultores internacionais que possam auxiliar no processo de reconstrução e de promoção de uma paz sustentável (Schia e Karlsrud, 2012:28). O que tem vindo a acontecer, no entanto, ainda que não expresse a maioria do panorama atual dos países em conflito, é que as intervenções externas tendem a promover o conceito de paz como condição de um contexto democrático (Caleiro, 2017).

Por via desta abordagem, a paz tem sido recorrentemente associada à democracia, havendo inúmeros autores a desenvolver o conceito de “paz democrática”, muitas vezes propagando a

ideia de que a construção da paz e da democracia são uma ambição e que a paz entre estados é garantida entre democracias (Burnell, 2006: 1). Esta visão da paz jaz na premissa de que uma sociedade com uma política democrática estabelecida raramente entra em guerra consigo mesma, uma vez que a política é participada e os interesses de todos se encontram considerados nas medidas de política e, como tal, salvaguardados (Burnell, 2006: 1). No entanto, e embora alguns autores concebiam um estado de desenvolvimento democrático como o instrumento ideal para produzir as condições económicas, políticas e sociais para a paz duradoura, este não é de todo o contexto que deva necessariamente existir para se construírem políticas para a paz, importando inclusive referir que em alguns países em desenvolvimento as condições económicas, políticas e sociais podem emergir de forma mais controlada e sustentável quando consolidadas em contexto de um regime semi-autoritário (Burnell, 2006: 3). Apesar de tudo, é possível afirmar, de acordo com os dados desenvolvidos nos primeiros capítulos do presente trabalho, que regimes democráticos revelam menos risco para a incidência de conflitos armados. Na maioria dos contextos, no entanto, quando estes existem, a regressão à autocracia ou o progresso para a democracia estão geralmente entre os resultados alcançados no período de cessação da violência armada e pós-guerra, não havendo uma relação causal suficiente entre o processo de democratização e a participação local ainda que ambas se assumam enquanto condição favorável para o reforço da outra (Kissane & Sitter, 2005).

Fruto de metodologias participativas e de democratização, tem-se vindo a assistir a um maior diálogo internacional que reconhece a importância dos diferentes atores no contexto de construção da paz, bem como do hibridismo que os caracteriza e às relações assimétricas que estabelecem entre si como uma mais valia e fonte de potencial para o processo (Tschirgi, 2014:27). Esta perspetiva admite que o processo de construção da paz seja partilhado entre os diferentes agentes envolvidos, nacionais e internacionais, sendo idealmente mediado pelos primeiros num esforço complexo de “*resistência local, cooptação, cumprimento e rejeição*” (Liden et al., 2009). Desta forma, o hibridismo redireciona o foco deste processo para a legitimidade do mesmo, em detrimento da sua eficácia, numa tentativa de desafiar a perspetiva tradicional que impõe ao Estado e às suas instituições formais o papel principal no processo de reconstrução nacional (Tschirgi, 2014: 28). É nestes termos que a construção da paz se assume um exercício complexo e participativo que vai além da simples necessidade de colaboração e alinhamento de perspetivas e esforços entre os diferentes intervenientes, implicando acima de tudo que as relações entre estes não se reduzam aos conceitos de “doadores” e “destinatários”, “nacionais” ou “internacionais” mas sejam antes consideradas como uma parte fundamental de um processo complexo e altamente político de participação, negociação e compromisso para a

paz, numa vasta rede de intervenientes internos e externos (Barnett e Zurcher, 2009). Existe, como tal, um *shift* na natureza dos processos políticos e sociais envolvidos na resolução de conflitos e construção da paz, que se desejam necessariamente mais abertos, transparentes e participados o que implicará, por essa razão, maior incerteza e imprevisibilidade, mas ao mesmo tempo maior adequação às perspetivas locais e às dinâmicas necessária e possíveis no contexto em questão (Tschirgi, 2014: 29). Não sendo possível garantir a partilha de agendas e perspetivas comuns entre os diferentes agentes envolvidos no processo, importa que as relações estabelecidas entre os mesmos se possam pelo menos fundamentar pelo mútuo empenho e vontade de construir a paz (Tschirgi, 2014: 31).

Assim, de forma concreta, importa também assegurar que a procura de soluções para os contextos em conflito violento com vontade de restabelecer a paz, seja um processo inclusivo e partilhado por todos os que vivem a situação direta e indiretamente, garantindo deste modo que o diálogo não se limite a um pacto entre a elite para pôr termo ao conflito, mas antes como um exercício pleno de cidadania que responsabilize todas as partes interessadas, envolvendo-as no processo e permitindo, desta forma, a melhor apropriação do mesmo, o aumento da coesão social e sustentabilidade futura da paz (Tschirgi, 2014: 37).

Posto isto, no processo de construção da paz e ao analisar as formas de organização social na sociedade contemporânea, torna-se necessário ter em conta as várias dimensões que permitem caracterizar os territórios, quer seja o sentimento de pertença à comunidade, quer seja a permanência no espaço e no tempo, quer seja a forma própria de comunicação entre os seus membros. Este último elemento é representativo da afinidade/unidade histórica, cultural, étnica, social ou linguística.

Embora os termos “local” e “comunidade” surjam tradicionalmente no âmbito de contextos geográficos, estes são conceitos que se podem também referir a “*um conjunto de redes sociais no qual o indivíduo se insere*” (Ornelas, 2008 in Morais, 2010: 7). Weber (1987: 77 in Recuero 2002: 221) vai mais longe na sua análise, afirmando que o conceito de “local” e comunidade” se constrói sob as relações sociais, justificando-o “*na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes*”. Ora, é no âmbito desta perspetiva que o presente trabalho desenvolve o conceito de participação local e comunitária, integrando-o numa visão de intervenção que atua sobre as populações, num processo contínuo que deve atuar sobre as populações, potenciando-as, para que haja melhorias ao nível do acesso a novas oportunidades e melhoria da qualidade de vida.

No seu estudo, Mascarenãs (1996:28) relaciona o bem-estar individual e social com o processo de reconstrução nacional, como a forma que materializa o desenvolvimento positivo. Para o autor, este é um sentimento que pode ser experimentado em várias dimensões: económica (associada ao funcionamento da atividade económica); social (associada ao acesso à educação e participação coletiva nos processos de produção); política (referente à organização da população de acordo com as ideologias do poder); e cultural (presente na capacitação global de cada indivíduo pessoalmente e por isso da população coletivamente). Neste âmbito, importa abordar um outro aspeto relacionado com a necessidade de se adotar uma visão dinâmica quando em contexto de intervenção sob a pobreza ou a exclusão social, isto é, a necessidade de se reconhecerem estes fenómenos como complexos e multi-dimensionais e abordá-los a partir do contacto direto junto da população (Perista e Baptista, 2010:8). Num relatório da Comissão Europeia (1999), a promoção da inclusão social é abordada a partir do estabelecimento de um objetivo máximo de intervenção comunitária que se concentra na *“melhoria das condições de vida, na participação e na proteção social dos grupos mais vulneráveis. Este objetivo pode traduzir-se em: apoiar os Estados Membros no desenvolvimento de condições de participação económica, social e cultural que promovam a igualdade de oportunidades, reforcem a solidariedade e a coesão social em sociedade, tornando assim possível que os grupos desfavorecidos melhorem o seu padrão e qualidade de vida na sociedade em que vivem”* (Ransom, 2000). Ora, na prática, no que é que estas estratégias se materializam?

Uma vez enquadradas as primeiras pistas de organização da intervenção, Silva Domingues (2006:136-138) refere alguns exemplos práticos da intervenção local no combate à exclusão social que devem ser implementados em contexto de exclusão social e reconstrução nacional: (1) controlo da taxa de natalidade e prestação de auxílio às famílias no planeamento e gestão familiar; (2) promoção de oportunidades educativas e de capacitação profissional; (3) promoção de dinâmicas de grupo que fomentem o sentimento de pertença e a ocupação social (por exemplo, a partir da criação de um clubes desportivos locais que tire os jovens da rua e lhes devolva a auto-estima e a auto-imagem e lhes permitam afirmar a sua identidade e autoria na defesa da sua comunidade); (4) dinamização de redes de parceria que tenham por fim a solidariedade e a justiça no emprego de recursos integrados.

Do mesmo modo, Borba e Lima (2011) abordam algumas medidas de promoção da inclusão social, aquela que é uma das principais preocupações dos processos de reconstrução e desenvolvimento para a paz, definindo-as mais concretamente em cinco campos de intervenção específicos: pobreza, desemprego, educação, saúde e população idosa. O primeiro e segundo pontos relacionam-se entre si uma vez que ambos se caracterizam por ser de cariz económico-

financeiro. Desta forma, os autores referem a importância de se adotarem medidas de promoção do emprego e integração das pessoas no mercado de trabalho. Uma vez que a integração no mercado de trabalho é também uma forma de *status social*, que segundo o autor, gera maior envolvimento participativo por parte do indivíduo na sociedade, torna-se crucial desenvolver medidas que criem oportunidades de capacitação e empregabilidade e consequentemente possibilitem uma maior “*capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização dos recursos sociais e de pleno exercício da cidadania*” (Borba e Lima, 2011: 231).

Por outro lado, os autores referem-se à baixa escolaridade e ao analfabetismo como fatores promotores de exclusão social e maior risco de conflito. Estipulando como importante “*a implementação de projetos com a participação de empresas e da sociedade civil*” como uma opção que contribui para “*a qualidade do ensino e estímulo à aprendizagem, proporcionando oportunidades de aprendizagem contínua ao longo da vida*” (COM, 2003 in Borba e Lima, 2011:232). De certa forma, este ponto complementa o anterior, referindo-se à importância de se envolverem atores locais, por meio de uma rede de parceria, na promoção de oportunidades de capacitação e inserção socioprofissional. Por último, tanto ao nível da saúde quanto ao nível da população idosa, os autores defendem que é importante criar respostas que acomodem as necessidades de todas as franjas da população, permitindo que o exercício da participação local e a inclusão na vivência da esfera social da comunidade sejam atividades acessíveis a todos (Borba e Lima, 2011:232-233).

Neste capítulo, entendemos que a intervenção local para a construção da paz sugere abordagens que integram metodologias de participação comunitária, referindo-se a estas na sua intenção pedagógica que parte para a ação a partir da capacitação das comunidades ao nível dos seus conhecimentos, saberes, capacidades e experiências que lhes permitem a apropriação e gestão autónoma dos processos de reconstrução nacional e construção da paz sustentável (Friedman, 1996). A este processo de capacitação dá-se o nome de *empowerment* e está intimamente relacionado com a valorização e promoção da participação comunitária enquanto veículo de emancipação e transformação social, uma vez que pessoas capacitadas e conscientes de tal e dos seus recursos pessoais, exercem maior liberdade, responsabilidade e poder para utilizarem as suas habilidades em prol de benefícios próprios, de um bem comum e da emancipação de uma comunidade em contexto de pós-conflito (Sem, Amartya, 2003 cit in Parreira, 2009: 27). É, como tal, um processo que se materializa na construção e capitalização das capacidades e recursos locais já existentes e da socialização dos mesmos em prol do processo de construção da paz.

## **2.1. O papel da Sociedade Civil: breve contextualização das funções e estrutura**

Embora o ímpeto para a construção da paz resulte principalmente de atores políticos e partidos em conflito, pesquisas comparativas mostraram que a sociedade civil tem o potencial de desempenhar um papel central no apoio aos processos de paz (Paffenholz, 2015). Mais concretamente, a sociedade civil ocupa uma posição-chave no diálogo para o desenvolvimento, uma vez que cria as oportunidades necessárias para que as comunidades se articulem, mobilizem e manifestem em temas de preocupação local, nacional e internacional. Ora, para Paffenholz, a paz só é possível quando é projetada numa abordagem inclusiva que envolve atores locais e nacionais através de um diálogo nacional que permite uma negociação multisectorial integrada para a paz. Neste sentido, a autora identifica as sete funções que a sociedade civil deve exercer no processo de construção de paz, entre os quais: (1) garantir a proteção dos cidadãos contra a violência das partes em conflito; (2) monitorizar as violações de direitos humanos e a implementação de acordos de paz; (3) promover a paz e os Direitos Humanos; (4) promover a socialização dos valores de paz e democracia, bem como desenvolver e reforçar a identidade intra-grupal de grupos marginalizados; (5) promover a coesão social entre grupos; (6) facilitar o diálogo a nível local e nacional entre os diferentes agentes da sociedade e (7) garantir a prestação de serviços que possibilitem e fortaleçam o processo de construção de paz (Paffenholz, 2014).

Integrando estas funções em eixos de intervenção social e política, Cooper (2018:2) propõe um modelo de organização das organizações da sociedade civil que reconhece as suas cinco principais responsabilidades: a) enquanto entidades provedoras de serviços à comunidade; b) enquanto entidades ativistas que devem praticar o seu poder de influência para fazer lobby junto de empresas e entidades governamentais em prol de uma causa comunitária; c) enquanto entidades de controle que devem assegurar a monitorização dos procedimentos governamentais face à constituição vigente e aos Tratados de Direitos Humanos; d) enquanto entidade promotora da mobilização e participação comunitária em matérias de desenvolvimento e governança local, regional e até mesmo nacional; e) enquanto elemento ativo da rede comunitária que dinamiza e lidera, incentivando a população através do exemplo.

Posto isto, importa identificar os diferentes tipos de agentes que compõem o ecossistema da sociedade civil, de entre os quais, segundo o relatório do World Economic Forum (2013:7), constam os seguintes:

- Organizações Não Governamentais, Organizações Sem Fins Lucrativos e Organizações da Sociedade Civil;

- Grupos e comunidades online, sem estrutura legal, física ou financeira, mas organizadas em torno de um tema comum e com potencial de mobilização e *advocacy*;
- Movimentos sociais e/ou de identidade que se constituem para a execução de uma ação coletiva em prol de um bem comum;
- Líderes religiosos, sindicatos e organizações trabalhistas que representam os interesses de um grupo da comunidade;
- Empreendedores sociais que criam projetos com abordagens inovadoras para fazer face aos desafios sociais e ambientais que a comunidade enfrenta;
- Associações de base local e comunitária, coalizações e grupos de vizinhança
- Cooperativas constituídas e geridas de forma democrática e alinhada com os interesses e as necessidades da comunidade;
- Instituições académicas e clubes de jovens;
- Meios de informação e comunicação social, entre os quais: rádio, televisão, jornais, internet e outros instrumentos dos *media*;
- Organizações de povos indígenas e de grupos marginalizados.

## 2.2. Principais limitações

Atualmente, no entanto, assiste-se à limitação da capacidade de atuação destas organizações, em grande parte devido à promulgação de medidas de política que impõem restrições regulatórias, legislativas ou até mesmo práticas ao ecossistema das organizações da sociedade civil, nas quais se destacam, entre outras, medidas que limitam o financiamento estrangeiro ao sector e outras relacionadas com a desvalorização dos direitos de liberdade de associação e expressão (Cooper, 2018:3). A implementação de medidas desta natureza teve início no panorama internacional após os ataques do 11 de setembro, tendo estas sido reforçadas após a Primavera Árabe e, mais recentemente, ganho um novo ênfase no contexto da comunidade internacional atual (Rutzen, 2015).

Neste âmbito, o sector enfrenta desafios que deverão ser urgentemente considerados na agenda estratégica e política destas organizações, nomeadamente no que respeita a questões relacionadas com a melhoria dos modelos de resiliência e sustentabilidade das organizações, que se encontram fragilizados pela alteração dos regulamentos dos instrumentos de financiamento e pela influência mutável e cada vez mais crescente do papel da tecnologia e dos grupos religiosos no esquema das organizações da sociedade civil (Cooper, 2018:3). Ora, estas

alterações têm levado a que o sector se tenha adaptado às novas exigências do “terreno”, implicando que os líderes destas organizações saibam também assumir o papel de facilitadores, gestores e inovadores (WEF, 2013). Neste contexto, VanDyck (2017:1) refere-se à sociedade civil como *“um ecossistema de relações sociais e culturais organizadas e orgânicas existentes no espaço entre o Estado, o Mercado e a Família, que se baseiam em conhecimentos, valores, tradições e princípios indígenas e externos para fomentar a colaboração e a realização de metas específicas por e entre os cidadãos e outras partes interessadas”*. Ora, nesta definição, Vandick pressupõe a variedade de atores que participa no espaço cívico, reconhecendo, mais concretamente, a sociedade civil como o sector que une e possibilita o contacto entre a esfera pública e privada com vista à promoção do bem comum, indo ao encontro da premissa de Cooper abordada anteriormente no presente trabalho de investigação (2018:6).

No seu estudo, VanDyck (2017:2) reconhece que o expetito da sociedade civil é diverso e multidimensional, argumentando que a sua natureza tem vindo a complexificar-se devido a uma lacuna crescente que não relaciona a sociedade civil com os agentes que a compõem e os constituintes que representam. Para o autor, esta situação reflete o panorama que caracteriza o sector na maioria dos países, mais concretamente naqueles que vivem contextos de conflito armado ou pós-conflito, e que se revelam, entre outros, ao nível da crescente desconfiança da população na relevância e legitimidade das organizações da sociedade civil, ao nível do não cumprimento dos mandatos destas organizações, por incapacidade de dar resposta aos desafios que caracterizam o contexto de intervenção, bem como, no crescente *shift* a que se assiste no âmbito destas organizações que cada vez mais privilegiam o acesso a instrumentos de financiamento, aceitando em muitas situações intervir com programas que respondam aos critérios de atribuição, em detrimento de programas alinhados com o seu mandato inicial.

Ora, muito embora a sustentabilidade das organizações seja fundamental para garantir a sua intervenção e o seu impacto a médio e longo prazo, a preocupação com a garantia do financiamento para a sua atividade não deve ser um fator que influencie e altere a natureza destas entidades e os objetivos a que se propõem, muito menos criar nestas organizações um modelo de negócios orientado para as doações. Do mesmo modo, o financiamento público não deve limitar a atuação da sociedade civil nem intimidar os seus esforços de mobilização para decisões de governança local e alterações políticas (VanDyck, 2017:2). É neste âmbito que o relatório Green (2017), define a cada vez mais recorrente orientação económica das organizações da sociedade civil como uma das principais causas de insucesso do sector, argumentando que enquanto estas organizações se moverem por abordagens orientadas “para cima” (doadores) estarão a desvalorizar a natureza “de base” do ecossistema (orientada para a

comunidade e gerida pelos seus destinatários), sobrepondo a satisfação das necessidades dos doadores acima das metas reais das organizações e do sector. Para além desta, o relatório refere outras duas causas para o fracasso das organizações da sociedade civil, entre os quais: (1) a fraca apropriação das organizações ao contexto local e às comunidades onde se inserem e (2) a exigência dos doadores para a apresentação de resultados quantificáveis, o que tem levado ao desenvolvimento de um conjunto limitado de projetos, que sobressaem pela sua capacidade de dar resposta aos pedidos dos financiadores e não pelo seu foco de transformação e capacidade de intervenção e mudança sistémica.

Por esta razão, a emergência de novas formas de ativismo cívico, como a organização de movimentos sociais e políticos através das redes sociais, têm vindo a desestruturar o ecossistema da sociedade civil tradicional, provando mesmo melhores resultados em indicadores relativos à capacidade de divulgação e acesso à informação, capacidade de mobilização e capacidade de ação e impacto nos organismos visados (Green, 2017). Ora, com o que tem vindo a ser desenvolvido até ao momento, importa referir que esta revelação não implica, no entanto, que se devam valorizar estes movimentos em maior grau que as organizações mais tradicionais da sociedade civil, mas antes que se devem assumir abordagens de natureza sistémica e integrada que crie as pontes e as sinergias necessárias entre as duas para a maximização do potencial de influência e impacto do sector na construção da vida social, política e económica do país.

Posto isto, a University College of London desenvolveu um estudo com vista ao mapeamento de leis e práticas restritivas em 177 países, no período 2000-2014, tendo aferido que as contingências impostas ao sector da sociedade civil são maioritariamente promovidas pelo Estado, com especial incidência em contextos de risco e/ou fragilidade nacional, revelando-se nos seguintes indicadores (Kreienkamp, 2017:3-6): a) Estados que cometem violações dos Direitos Humanos têm maior incentivo para silenciar a sociedade civil; b) Regimes híbridos, isto é, que não são totalmente democracias nem autocracias, são mais propensos a impor restrições ao sector; c) Contextos de ameaça interna estão diretamente relacionados com uma maior probabilidade de restrição da liberdade de organização e atuação da sociedade civil. O mesmo estudo afirma que, nos contextos em que se verificam as premissas anteriores, os órgãos estatais tendem, na sua maioria, a implementar estratégias formais e informais de descredibilização, fragilização e ameaça legal das organizações da sociedade civil. Na generalidade, este parece ser o contexto vivido no Sudão do Sul, sendo possível afirmar que para o processo de reconstrução nacional e desenvolvimento de uma paz sustentável, é determinante que as organizações da sociedade civil de base local e comunitária sejam apoiadas

e valorizadas, não apenas pela população e por mecanismos de intervenção internacional, mas acima de tudo pelos órgãos do governo que devem facilitar o desenvolvimento do sector em detrimento de o restringir, por motivações com base no medo de pressão, ameaça ou perda de legitimação derivada da atividade da sociedade civil. Mbote (2016) argumenta que o financiamento das organizações que atuam em representação dos grupos marginalizados da sociedade é crítico para o seu sucesso, uma vez que é mais improvável que estas entidades consigam angariar recursos através dos seus membros ou até mesmo de mecenas.

Posto isto, o capítulo seguinte abordará os pressupostos conceptuais da apropriação comunitária e da participação local e o potencial de impacto destas na emancipação das comunidades e na construção da paz em contextos de guerra civil.

### Capítulo III - Introdução ao conceito de participação local

A participação local é uma dimensão especialmente relevante a ter em conta no estudo de conflitos armados, uma vez que, como tem vindo a ser abordado, a sua execução revela o tipo de orientação política do país e o papel dos cidadãos no processo de desenvolvimento do mesmo. Na sua aceção, a participação pode ser compreendida como um processo no qual homens e mulheres se identificam como sujeitos políticos, capazes de exercer os seus direitos e deveres, de forma consciente e fundamentada, em prol da cidadania. Para Souza (1991:8), a participação “*é requisito de realização do próprio ser humano que para o seu desenvolvimento social requer participação nas definições e decisões da vida social*”. Neste sentido, Alves (2013:25), refere-se ao conceito como a possibilidade de os cidadãos fazerem parte do processo de planeamento, mobilização e implementação de decisões que envolvem temas que lhes digam respeito (sejam políticos, económicos, culturais e/ou sociais). É, portanto, a partilha de poder na tomada de decisões que se querem representativas e justas. Este conceito, quando definido no contexto da participação local, caracteriza-se pela mobilização dos cidadãos nos processos de decisão a favor da comunidade, contribuindo significativamente para o aumento do sentimento de comunidade. De facto, uma das realidades mais associadas a este conceito, é o de sentimento de comunidade, que quando experimentado em fortes níveis de relação a esta, potencia nos membros do grupo, a vontade de mobilização/participação social como um novelo consecutivo de consequências que parte do desenvolvimento de dimensões associadas ao bem-estar, ao sentido de justiça e capital social, à qualidade e satisfação de vida e a um menor isolamento social ou cultural (Elvas & Moniz, 2010: 451).

Para Arnstein (1969), a participação social processa-se como um mecanismo de redistribuição de poder que possibilita aos cidadãos excluídos dos processos políticos, económicos e sociais, integrarem posturas ativas de envolvimento e participação no planeamento e projeção do futuro que querem para si próprios e para a comunidade da qual fazem parte. É neste envolvimento das pessoas no processo de intervenção local, base para um projeto maior de reconstrução nacional e implementação da paz, que se vão estabelecendo relações de confiança entre os membros que permitem a consolidação de uma rede assente nos princípios de coesão social com um fim comum concreto. Por esta razão se considera a participação como um elemento-chave na articulação entre diferentes esferas e atores da sociedade, no fortalecimento da coesão dos grupos sociais e na melhoria das medidas implementadas, que passam a ser mais eficazes e adaptadas às necessidades e aos recursos reais do país.

Ora, este sentimento de comunidade é também relevante quando a participação se restringe a uma área territorial concreta, a um grupo social específico ou a um tema em particular. Neste âmbito, surge o conceito de participação comunitária, com maior desenvolvimento no século XX, cuja definição incide sobre a participação nas comunidades, referindo-se estas a um agrupamento de pessoas que coabitam no mesmo meio ambiente e partilham as mesmas condições ecológicas, independentemente da multidisciplinaridade das condições estruturais e conjunturais que lhes dão origem (Carvalho, 1997). Deste modo, a participação deve ser entendida como *“o ato e efeito de um processo em que a sociedade civil, a sociedade política e a sociedade económica tenham tomado uma decisão em conjunto”* (Doniak, 2002). Ora, isto apenas é possível quando existe uma partilha de poder efetiva e o acesso igual dos envolvidos a oportunidades de sensibilização e de informação relativa ao tema em questão e ao processo de planeamento, execução e avaliação das ações.

Pinheiro (1997), classifica este conceito em sete tipologias distintas: (1) participação passiva (o processo de decisão é unilateral e as pessoas apenas participam sendo informadas da decisão tomada); (2) Participação informativa (as pessoas participam através de questionários fechados, não recebendo feedback dos métodos de aplicação ou retorno dos resultados); (3) Participação consultiva (as pessoas são consultadas por terceiros para prestar a sua opinião, sem no entanto ter qualquer poder na tomada de decisão); (4) Participação material (as pessoas participam em troca de recursos); (5) Participação funcional (as pessoas participam em grupos para endereçar um tema da sua realidade); (6) Participação interativa (as pessoas participam em conjunto, de forma colaborativa, na elaboração de propostas que poderão ser implementadas localmente em parceria com serviços da comunidade); (7) Participação por auto-mobilização (as pessoas participam coletivamente para alterar os sistemas vigentes, de forma independente de organizações públicas ou externas).

A participação comunitária enquanto estratégia de reconstrução nacional e construção da paz tem ganho uma relevância crescente em contexto de países subdesenvolvidos, pelo seu potencial de inclusão e capacitação das estruturas sociais para a resolução de desafios internos (Brito, 1997). A população e a sociedade civil deixam de ser consideradas como simples beneficiárias dos resultados do processo de desenvolvimento e passam a ser convidadas a participar nas suas diversas etapas, enquanto agentes prioritários de liderança e mudança social, promotores do seu próprio desenvolvimento. Este processo apenas é efetivamente participado quando existe o envolvimento direto dos atores sociais (população, organizações locais) em todas as suas atividades, desde a conceção, à tomada de decisão, à execução e avaliação.

Nesta perspectiva, os recursos e os intervenientes externos surgem como instrumentos de reforço que devem ser concretizados numa lógica integrada, de parceria e multidimensional, em detrimento da substituição ou inibição dos recursos endógenos do território. Esta via de intervenção no contexto de pós-conflito visa, em última análise, mais do que satisfazer necessidades (que surgem como a primeira medida de assistência à população), colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento, isto é, serem as comunidades a gerirem o processo de reconstrução local e construção da paz. Posto isto, para que esta finalidade seja alcançada é necessário envolver os intervenientes numa dinâmica de cooperação e consciência coletiva para a articulação de necessidades e mobilização de recursos, o que surge como um dos principais desafios no contexto de desenvolvimento local. De acordo com Ander-Egg (1980:69), o processo de intervenção comunitária traduz-se *“numa técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, o estudo, planeamento e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida”*. A abordagem subjacente a esta ideia surge de uma perspectiva *“bottom-up”* ou de *“development from below”*, a partir da qual se atribui à população e a outros atores locais o papel principal no processo de criação de sinergias na descoberta e identificação de necessidades e/ou problemas e na apresentação de propostas de intervenção que permitam colmatar as fragilidades reconhecidas, através de respostas já existentes mas a precisarem de uma maior adequação ao território e/ou criação de novas (Parnwell in Desai & Potter, 2002).

Esta lógica de *“bottom-up”* exige uma preocupação com a qualidade e viabilidade e não com a maximização cega de benefícios materiais (Parreira: 2009). Cooperação em detrimento de competição. É neste contexto de intervenção que se aliam os conceitos de participação e cidadania e que se identificam como atores impulsionadores da intervenção local: a comunidade, os laços que unem as pessoas que a constituem e o sentimento de entreatajuda. São estes laços que se vão desenvolvendo entre os membros que potenciam o sentimento de pertença dos mesmos na comunidade e a consequente mobilização coletiva e participação ativa nos processos de reabilitação e emancipação do território, do capital social e do processo de paz. Segundo John Friedmann (1992), a participação no processo de emancipação e mudança social pode ocorrer em dois níveis distintos: (1) a nível micro, em que os cidadãos são motivados a participar localmente, atendendo às preocupações da sua comunidade e recorrendo às estruturas e recursos locais; e (2) a nível macro, em que os cidadãos participam em matérias de decisão nacional, através, por exemplo, da aplicação do voto em eleições democráticas. A teoria da participação social pressupõe a integração dos cidadãos na vida social, política e económica do

país e o consequente sentimento de *belonging* que promove a inclusão das minorias ao mesmo tempo que as responsabiliza para a tomada de posição para fins coletivos (Brito, 1997). Mais que um direito, nas conjunturas democráticas atuais, esta posição começa a ser considerada um dever de qualquer cidadão enquanto membro da sociedade. Na sua análise, Brito (1997) distingue três tipos de ações de participação, a saber:

- (1) A participação através da mobilização de recursos humanos e materiais para a prossecução de iniciativas socioeconómicas;
- (2) A participação a partir da descentralização do poder político do Estado para estruturas de diligência local;
- (3) A participação pela delegação de poderes, a grupos organizados, com intenções sociais, políticas e económicas.

Neste âmbito, são várias as estratégias que têm vindo a ser identificadas para a promoção da participação social, centrando na população, nos recursos locais e na equidade da avaliação das necessidades, as medidas a serem desenvolvidas pelos governos locais em conjunto com as comunidades (Brito, 1997). Para que estas medidas possam ser efetivas e atuar no cerne dos problemas de desenvolvimento dos diferentes países, importa assegurar a capacitação dos cidadãos para o exercício de uma participação informada, consciente e responsável. Sem informação, a participação não é eficiente, autónoma ou sustentável, pelo que para além dos incentivos à participação, o Estado deve promover o acesso livre à informação, assegurando que a exposição desta é acessível e descomplicada e de fácil interpretação para os diferentes grupos sociais da população (Brito, 1997).

Desta forma, o princípio de democracia representativa existe na medida em que prevê a representação da vontade popular (Zippelius, 1984) ilustrada por comunidades políticas que se organizam de forma voluntária para desenvolver soluções concertadas para problemas comuns. Na sua abordagem ao tema do desenvolvimento local, Roque Amaro (1990) define dois modelos de análise: o modelo funcionalista (que centra a sua visão numa abordagem top-down em que o poder centralizado e a unidade nacional são considerados os veículos para o desenvolvimento local) e o modelo territorialista (que considera o planeamento regional/local através de metodologias bottom-up). Esta segunda abordagem, como tem vindo a ser desenvolvido, é aquela que fundamenta o tema do presente trabalho de investigação, pois prevê a mobilização consciente dos cidadãos para a acreditação de soluções para problemas locais que respondam às necessidades das comunidades através dos recursos já existentes. Esta é a abordagem mais eficiente por ser a que promove uma maior capacitação das comunidades e apropriação destas ao processo de desenvolvimento e mudança social, promovendo, deste

modo, a participação e representatividade local e a mobilização para medidas de orientação económica, política e social.

Friedmann (1992) ressalva, no entanto, a função do Estado não enquanto estrutura de poder democrático dirigente e centralizador do processo de tomada de decisão política, mas enquanto agente de orientação, mediação e coordenação do processo de desenvolvimento local. Esta é uma visão que define o Estado como entidade parceira da população na regulamentação e controle da vida em sociedade, promovendo a partilha de responsabilidades de forma horizontal. É neste modelo de organização nacional que as pessoas são chamadas a exercer a sua autonomia e a sua cidadania pela intervenção coletiva na definição de prioridades da micro-política (Friedmann, 1992).

Considerando a participação como uma dimensão inerente à vida em sociedade, que implica os diversos subsistemas da organização civil, política, económica e cultural, é possível caracterizá-la na sua interdisciplinaridade como o exercício de cidadania que promove a articulação entre os diferentes atores sociais, fortalecendo a relação comunidade-Estado e melhorando a qualidade das suas decisões partilhadas (Buarque, 1999). Assim, as metodologias de participação comunitária buscam a ampliação do contacto entre setores da sociedade que possam participar em conjunto na construção de medidas adequadas e à medida do contexto (Buarque, 1999). É neste processo que se desenvolve uma visão coletiva da realidade social e do contexto dos diferentes atores sociais, permitindo a união necessária para a construção de um “local” manipulado pelo “global” (Pfeiffer, 2008). Neste contexto, a estratégia de desenvolvimento comunitário deve promover a consolidação da identidade local, mas também, o fortalecimento das estruturas organizacionais e a qualificação das mesmas para o exercício de novas metodologias de gestão local. Os projetos de intervenção local, quando participativos, implicam a democratização da vida social através da mobilização da comunidade para a gestão compartilhada do processo de desenvolvimento, a promoção de parcerias e a existência de metodologias de divulgação e informação abertas e descentralizadas (Buarque, 1999).

A presente análise teórica enquadra o estudo da participação comunitária enquanto veículo para a resolução de conflitos armados e construção de uma paz efetiva e sustentável. Como tal, a participação comunitária é tida na sua conceção democrática-radical, que define o conceito como uma dimensão essencial para o fortalecimento da sociedade civil e consequente construção de comunidades mais justas e igualitárias. Na sua conceção, a participação comunitária caracteriza-se, por isso, pela pluralidade de atores e estruturas sociais da esfera nacional, que de forma integrada exercem e ampliam a sua cidadania e constroem coletivamente os processos políticos do país (Gohn, 2003).

### 3.1. Ferramenta para a resolução de conflitos e construção da paz sustentável

A resolução de conflitos armados em contexto de guerra é entendida como “*a aplicação não coerciva dos métodos de negociação e de mediação, por terceiros, com vista a desarmar o antagonismo entre adversários e a favorecer entre eles uma cessação durável da violência*” (Fertherston *in* Oliveira, 2011). Nestes contextos, as metodologias de resolução de conflitos implicam a remoção das causas primárias e das fontes de incompatibilidade e de conflito entre as partes. Ora, para que isto seja possível, é necessário compreender as partes envolvidas, as suas aspirações e origem das manifestações de violência e os recursos envolvidos na ingerência armada. Só assim se torna possível equilibrar as desigualdades entre os grupos e incentivar a cooperação entre estes para a (re)construção de ambientes estáveis e seguros, pois é no contexto destes que se deve investir na construção de comunidades autónomas, justas e prósperas (Fertherston *in* Oliveira, 2011).

O processo de resolução de conflitos tem uma preocupação primária de curto prazo: cessar a violência armada e chegar a um acordo de paz, e uma preocupação secundária de longo prazo: prevenir a ocorrência de novos conflitos e situações de violência (Smith, 2008). Neste sentido, a resolução de conflitos prevê a prevenção e a intervenção precoce no contexto de eventuais futuras tensões que surjam como enquanto dimensões-chave na resolução destas de forma colaborativa e sem escalar para situações de agressão. Para tal, importa assegurar processos de participação comunitária que permitam a sinalização clara das necessidades da população e de potenciais motivos de revolução, possibilitando desde logo criar os mecanismos necessários para dar resposta às carências identificadas (Smith, 2008). Especificamente em contexto de guerra civil, onde a violência provoca danos materiais e humanos irreversíveis, a promoção da participação como ferramenta de *empowerment* tem uma relevância acrescida, pois promove o fortalecimento das relações sociais, da confiança nas instituições locais e no papel do Estado, bem como no sentimento de suporte comunitário (May, 1943). Ao criar oportunidades de representação dos interesses dos cidadãos, o Estado assegura uma política social integrada que promove a solução de problemas sociais e comunitários concretos (Ornelas, 2008). Ora, este processo é, no entanto, complexo e difícil e envolve um esforço prolongado de mobilização, capacitação e gestão da população na forma como esta compreende o conflito, prioriza necessidades e define estratégias de intervenção de acordo com os recursos disponíveis. A responsabilidade incutida na população através dos processos participativos, reflete-se na diversidade de etapas que vão além do simples exercício de identificação de necessidades, apresentação de propostas de ação ou tomada de posição em temas de decisão pública (através

do voto). Antes, a mobilização para a resolução de conflitos e construção da paz exige o envolvimento dos cidadãos e das organizações locais, bem como dos restantes *stakeholders* e partes interessadas, nas seguintes dimensões: mapeamento de estruturas de gestão comunitária; representatividade local; construção de mecanismos de proteção e de resposta às necessidades da população; capacitação da comunidade; planeamento da ação; constituição e gestão de equipas de intervenção; monitorização e avaliação dos projetos locais (UNHCR, 2008:55).

Para a EU-CIVCAP, projeto já abordado anteriormente no presente trabalho, uma sociedade civil envolvida é crucial para o sucesso da construção da paz, embora importe reconhecer que este é um processo trabalhoso e moroso que nem sempre dá frutos se a população não tiver vontade de se envolver na construção da paz, se não estiver capacitada para tal ou se não deter à sua disposição o acesso aos recursos necessários (*in* Jester et al., 2018:4). Acresce que na sua generalidade, principalmente nos países em desenvolvimento, os agentes locais interessados em fazer parte do processo são frequentemente excluídos do mesmo pela sua condição humana, cultural e/ou social (*in* Jester et al., 2018:4). Estes são fatores que limitam o processo de construção de paz, que apenas se assume possível e sustentável se existir o envolvimento dos diferentes grupos da sociedade civil e representantes do governo na discussão das prioridades e medidas de intervenção local. Quando este é um processo participado e integrado entre as diferentes frentes sociais, económicas, políticas e culturais, torna-se mais facilmente possível promover a apropriação local do processo por parte dos diversos grupos representativos das diferentes partes interessadas da sociedade e relevantes para o processo de construção de paz (*in* Jester et al., 2018:4).

Desde o início do século, o conceito de apropriação local tem vindo a ganhar maior importância, aceitação e reconhecimento por parte dos países afetados por conflitos e organizações internacionais de intervenção humanitária (Ejdus and Juncos, 2018). Este conceito surge de uma preocupação crescente na esfera da construção de uma paz nacional sustentável, podendo constituir-se liberal, quando a apropriação local (ou *ownership*) é impulsionada por um sentido de dever por parte de atores externos envolvidos na resolução do conflito e no processo de construção da paz, ou comunitária quando é conduzida pelas entidades locais presentes no terreno que, em conjunto com a população local, convergem a legitimidade local com a internacional (Ginty and Richmond, 2013:769).

Assim, o processo de participação comunitária que promove a apropriação local da construção da paz, não só permite que a população fique em melhor posição para entender os desafios que enfrentam e o contexto no qual as soluções devem ser implementadas, como possibilita que os esforços de paz, a médio e longo prazo, sejam bem sucedidos à medida que os diversos

intervenientes locais trabalham para um objetivo comum (Jester et al., 2018:6). Ora, para que este processo de “*buy-in*” da população ou de apropriação local possa garantir efetivamente a plena adesão da população ao processo de resolução de conflito e construção de paz, devem ser garantidos três pré-requisitos (1) a paz deve ser uma vontade comum a todos os atores locais, mesmo que os diferentes grupos não concordem com as medidas a implementar para a alcançar; (2) os intervenientes externos devem apreender o contexto local e as expectativas e visão da comunidade para o processo de construção de paz, devendo levá-las em consideração no desenvolvimento de medidas de intervenção local; (3) todos os grupos interessados no processo devem, tanto quanto possível, ser envolvidos no mesmo e constituírem-se parte integrante e ativa das medidas a implementar localmente.

Neste contexto, Jester et al. (2018:6) refletem no seu estudo três grandes críticas ao conceito de apropriação local, referindo nomeadamente que as “soluções locais” inerentes ao processo de *ownership* podem ter o efeito contrário ao pretendido, acabando por reforçar as estruturas de poder existentes e a exclusão de grupos mais vulneráveis que já se encontravam à partida marginalizados. Outra das críticas apontada pelos autores refere-se ao facto do desenvolvimento e promoção de políticas de participação e de inclusão concretas nem sempre coincidirem com a retórica das instituições, na medida em que estas poderão identificar-se com as políticas mas sentirem limitações na sua aplicação. Por último, os autores referem-se à complexidade dos termos “local” e internacional”, considerando que estes não devem ser entendidos nas suas definições mais simplistas, nem serem resumidas a soluções “ideais” ou de “último recurso”, respetivamente, pois na sua perspetiva o facto de estas serem locais, tradicionais ou indígenas não significa que sejam necessariamente justas ou sustentáveis (Jester et al., 2018).

O processo de participação e apropriação local, embora possa assumir as limitações identificadas no parágrafo anterior, tem um grande poder de capacitação, mobilização e construção para o desenvolvimento. Isto porque ao se promoverem oportunidades de participação comunitária, está-se a permitir que a população e os diferentes agentes locais desenvolvam a sua sensibilidade para o conflito (*conflict sensibility*) (Jester et al., 2018:7). Este conceito é definido pela KOFF como “*a capacidade de uma organização para compreender o contexto no qual está a operar, em particular para entender melhor as tensões intergrupais e as questões que provocam a divisão entre grupos com maior potencial para originar conflito, bem como as questões que conectam os grupos e têm potencial para mitigar conflitos e fortalecer a coesão social*” (KOFF, 2012). Ora, no fundo a sensibilidade para o conflito permite aos agentes locais reconhecer as suas forças, fraquezas e recursos, as suas oportunidades e os

riscos (análise SWOT), bem como entender de que modo as suas ações podem impactar o contexto específico em que pretendem intervir. Com base na identificação destas condições, a população e as organizações locais encontram-se mais capacitadas para intervir localmente a fim de maximizar o potencial da sua contribuição e evitar alimentar a divisão voluntária dos diferentes grupos (Jester et al., 2018).

De um modo mais geral, é importante, como já tem vindo a ser referido, incluir os grupos mais fragilizados no processo de construção de paz, pois em comparação com os principais intervenientes, vivem a situação de conflito e de paz de forma distinta, uma vez que são desproporcionalmente afetados pela aplicação destes conceitos (Jester et al., 2018:10-11). Esta inclusão não só é importante pela sua capacidade de apropriação e mobilização, como melhora a probabilidade de sustentabilidade e justiça das medidas de construção de paz, uma vez que estas serão mais fundamentadas e integradas no contexto e na realidade de todos os grupos sociais da comunidade. Neste sentido, e para que se consiga garantir um processo de construção de paz equitativo e adequado às reais necessidades locais, importa criar oportunidades para a participação destes grupos marginalizados, seja através da participação de indivíduos com posição de liderança dentro destes grupos, seja através de delegações representativas das diferentes coletividades. Esta é uma das dimensões mais importantes no processo de construção de paz, embora seja aquela que necessita de maior desenvolvimento. Expressão das fragilidades que se vivem ainda na implementação de medidas participativas e de inclusão, são os números expostos pela ONU, em 2016: entre 2000 e 2015, as mulheres representaram cerca de 7% dos chief mediators, 9% das testemunhas e 13% dos negociadores, em contexto de missões para a resolução de conflitos e construção de paz (ONU, 2016).

Neste âmbito, Jester et al. (2018:12) identificam, no seu estudo, algumas medidas estratégicas que permitem o maior envolvimento das comunidades e, em particular, dos grupos marginalizados, referindo, nomeadamente, as negociações, as consultas, o status do observador, workshops de resolução de problemas, e a tomada de decisões públicas como veículos de pressão política e promoção dos direitos humanos e de consequente investimento público em políticas oficiais mais participativas e inclusivas (Jester et al., 2018:12). De referir, no entanto, que este processo de participação e inclusão social apenas será bem sucedido se a base do diálogo estabelecido entre a população e o governo assentar numa perspetiva construtiva de desenvolvimento nacional comum (Rwamasirabo, 2007). Ora um diálogo inclui duas ou mais partes e não envolve apenas comunicação. Os diferentes intervenientes poderão ter visões, vontades e perceções distintas sobre o mesmo problema, o que implica que o diálogo para ser construtivo deva ter em consideração as opiniões de cada uma das partes, assumindo a

possibilidade da sua mutabilidade e adaptação face às perspetivas em debate (Rwamasirabo, 2007). Um diálogo para uma negociação significativa requer um número de pré-condições que incluem: regras comuns, possibilidade de entendimento mútuo e possibilidade de implementação de um potencial acordo. Num estado frágil, fracassado ou falido este diálogo é difícil mas especialmente importante para a criação de medidas de estagnação do problema e de desenvolvimento do contexto nacional (Rwamasirabo, 2007).

Nesta perspetiva, diálogo e paz implicam a existência e o reconhecimento daqueles que são diferentes e desejam coisas distintas, assim como implica reconhecer as diferenças localizadas no seio de um projeto comum que vai além dessas questões. Mais do que as próprias diferenças sociais, culturais, económicas, falando-se de paz, o que importa é colmatar as lacunas entre os grupos que partilham o mesmo espaço e tempo (comunidade, por exemplo) mas não as mesmas visões do mundo (Rwamasirabo, 2007). Neste contexto, para fomentar uma cultura de paz, deve-se em primeira instância proceder ao reconhecimento dos outros, ao reconhecimento das lacunas de comunicação e de participação social e à falta de um enquadramento comum do contexto onde se vive e daquele que se quer construir (Rwamasirabo, 2007). Ao invés de procurar tensões entre o global e o local, importa compreender de que modo os processos relativos à construção de paz estão interligados. A população local não é considerada nem vítima, nem agente de resistência mas antes, ator principal a desempenhar um papel ativo nos processos globais e a estabelecer relações com o resto do mundo através de práticas quotidianas em ambientes de pós-conflito e de construção de paz (Schia and Karlsrud, 2012:7). Como tal, a capacidade de adaptação e mudança está também diretamente relacionada com a capacidade e presença de outros parceiros institucionais internacionais no terreno, igualmente envolvidos no processo. Muitas vezes o que acontece e limita a intervenção dos agentes locais, é que a discussão de questões sociais, culturais, políticas e económicas é realizada não apenas à escala nacional mas acima de tudo à escala internacional, o que poderá reduzir o sentido de responsabilidade e de urgência em atuar por parte dos organismos locais que enfrentam o conflito ou outras fragilidades nacionais relativas a estas questões (Bourne and Fenne, 2011: 19). Do mesmo modo, estabelecer os limites sociais, culturais, económicos e políticos localmente, entendendo como estes interagem e afetam as comunidades de cada país torna-se um exercício necessário para a tomada de consciencialização de que, muito embora estes possam ser problemas de todos, apenas poderão ser trabalhados se houver vontade e capacidade de intervenção por parte do país afetado em primeiro lugar, ajudando deste modo a promover a paz e a qualidade de vida para as gerações atuais e vindouras (Bourne and Fenne, 2011: 19).

Assim, a participação local concentra-se maioritariamente em dois eixos de ação: grupos comunitários e governança local (incluindo autoridades locais, provedores de serviços públicos e parcerias locais). Através destes dois agrupamentos estratégicos torna-se possível colocar em contacto os diferentes agentes da comunidade, desde famílias, empresas, organizações, governo, todas as instituições que devem trabalhar em conjunto no processo de resolução do conflito e tomada de decisão no processo de construção de paz. Isto porque todos estes grupos desempenham um papel importante na proteção e promoção dos direitos humanos e na partilha de diferentes níveis de compreensão das diferenças locais e das diversas necessidades da população (Bourne and Fenne, 2011: 19). Esta perspetiva sistémica do processo de paz é especialmente relevante no sentido em que, muito embora todos os indivíduos e comunidades beneficiem dos direitos humanos e da paz, a ação individual não é suficiente. As coletividades, no entanto, garantem um maior potencial de reconhecimento e de consciencialização acerca dos problemas políticos, económicos e sociais que o país enfrenta, permitindo uma maior facilidade no processo de tomada de decisões coletivas, na angariação dos recursos necessários, na obtenção de financiamento e no desenvolvimento de parcerias com organizações e entidades públicas locais. Acima de tudo, no dar voz às populações, aos grupos marginalizados, aos nacionais que querem a paz e que estão empenhados em unir-se para apoiar o governo na gestão dos interesses e das necessidades das comunidades locais (Bourne and Fenne, 2011: 20).

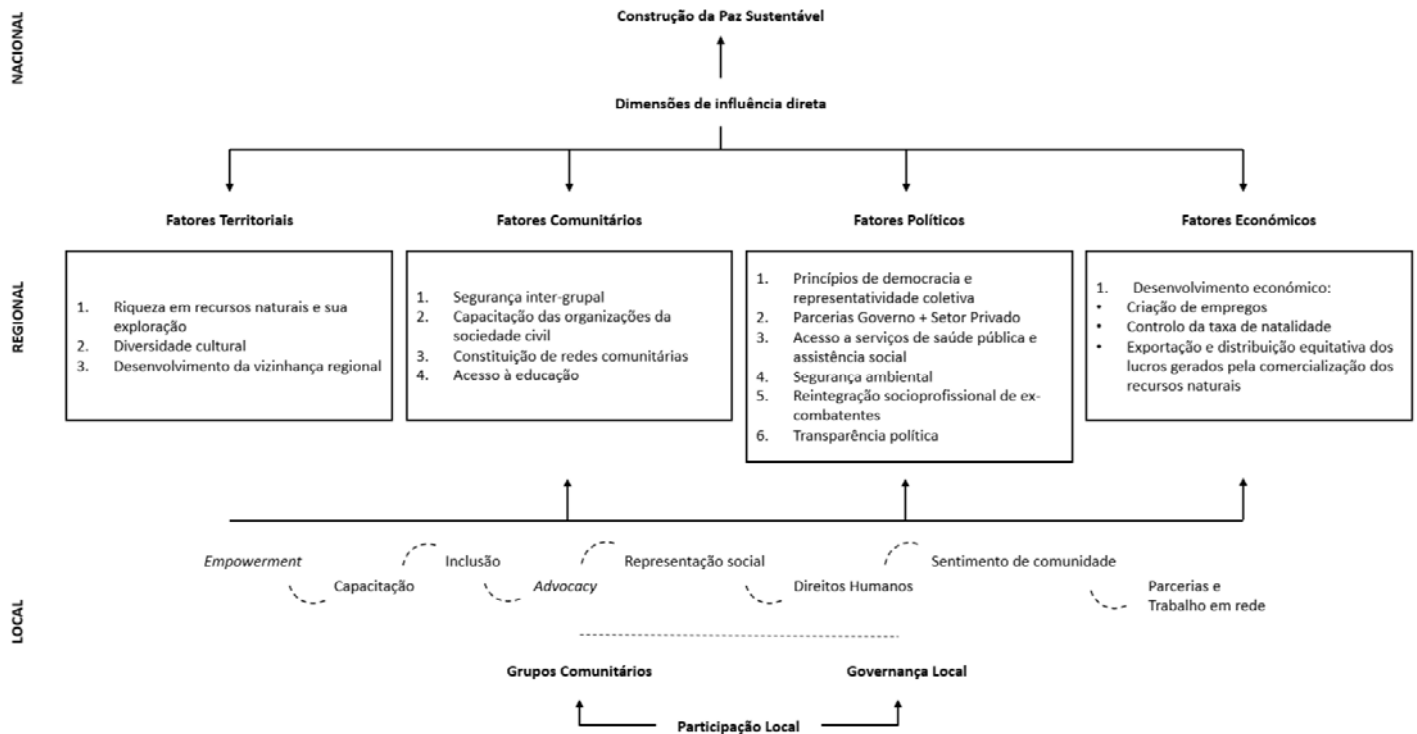
É neste sentido que os grupos comunitários detêm o potencial de transformação do conflito e construção da paz. Como tal, é da sua capacidade: (1) pressionar as autoridades locais e o governo central para a resolução do conflito e implementação de medidas de paz; (2) usar o conhecimento da área local, trabalhando com as autoridades locais para melhorar planos e estratégias de resolução de conflitos entre grupos armados; (3) reunir recursos e experiência para executar projetos de intervenção local, em parceria com entidades da comunidade; (4) estabelecer prioridades e exercer pressão nos organismos instalados localmente em representação do governo; (5) encorajar mudanças de comportamento dentro da comunidade, que promovam a coesão social e a mobilização para a resolução de conflitos e para a construção da paz; entre outros (Bourne and Fenne, 2011: 20).

Por outro lado, a participação local enquanto veículo para a transformação social e cultural do país, pode ser colocada em prática através da governança local (*local governance*), que se refere a uma variedade de estruturas e organizações que atendem uma localidade, incluindo, entre outros, os conselhos paroquiais e locais, as parcerias empresariais locais, os prestadores de serviços públicos e as associações (Bourne and Fenne, 2011: 21). Pela sua natureza multidisciplinar e sistémica, a governança local assenta em várias esferas importantes à escala

local, regional e nacional, incluindo o desenvolvimento económico, a melhoria da saúde pública e dos serviços de emergência e de assistência social. O modo como os serviços públicos são administrados localmente exerce uma influência direta sobre as escolhas e os comportamentos das diferentes comunidades, impactando a relação destas entre si, destas entre as organizações no terreno, destas entre o governo e o modo como este se posicionará, face ao contexto das suas funções no processo de resolução do conflito e na implementação de medidas que vão ao encontro das necessidades da população e permitam o desenvolvimento e a paz nacional (Bourne and Fenne, 2011: 21).

Neste âmbito, os organismos organizados para a governança local, têm poder para desenvolver, em parceria com a comunidade local, uma visão de longo prazo de desenvolvimento que promova a resolução de conflitos e a construção da paz a curto e médio prazo; sensibilizar para os mecanismos de participação social que podem ser utilizados para fazer exercer os direitos das populações, reduzindo deste modo a pressão entre diferentes grupos sociais e culturais que pudessem fazer escalar um conflito entre si e colocando, ao mesmo tempo, esta pressão no governo que deve atender às preocupações das comunidades para evitar a eclosão de conflitos violentos localizados que mais tarde possam dar vida a uma guerra civil (Bourne and Fenne, 2011: 21). É também da capacidade destes organismos, à semelhança dos grupos comunitários, embora com maior contacto e potencial de influência junto de entidades públicas de *higher level*, a implementação de projetos liderados pela comunidade; o agrupamento de orçamentos e o trabalho em rede para a maximização dos benefícios do investimento em participação local; bem como a avaliação e *report* dos resultados diagnósticos do processo de intervenção comunitária (Bourne and Fenne, 2011: 21).

Posto isto, numa lógica de incorporação dos contributos desenvolvidos nos dois capítulos de revisão de literatura e enquadramento conceptual, importa compreender de que modo é que as diversas dimensões abordadas formam um quadro teórico que explique e fundamente a questão de investigação do presente trabalho. Neste âmbito, o esquema seguinte apresenta o modelo conceptual que orienta a investigação e o desenvolvimento do estudo de caso sobre a guerra civil no Sudão do Sul, colocando em interação as variáveis que se assumem determinantes para o processo de construção de uma paz sustentável através de metodologias inclusivas e de participação local.



**Figura 1** – Esquema conceitual: a participação local enquanto veículo para a paz sustentável

### 3.2. Mecanismos e oportunidades de participação civil

Tendo em consideração os mecanismos de participação e governança local expressos no esquema conceitual, importa compreender de que forma é que o Estado, as organizações da sociedade civil e outras entidades de base local criam e disponibilizam aos cidadãos os mecanismos que permitem a sua participação e a representatividade dos diferentes grupos sociais nos processos de tomada de decisão pública em matérias de desenvolvimento, reconstrução nacional ou construção da paz.

Neste âmbito, Manola de Vos (2015) defende que o Estado e as organizações no terreno a intervir junto das comunidades devem trabalhar a participação local com todos os cidadãos, criando os mecanismos necessários para assegurar uma participação equitativa entre os diferentes grupos, garantindo desta forma que todos, sem exceção, têm as mesmas oportunidades de representação e envolvimento nas matérias públicas, ainda que tal possa ser garantido através de metodologias diferentes adequadas às especificidades de cada *stakeholder*. Neste contexto, o autor diz ser necessário reforçar, entre outros, o envolvimento dos jovens no processo de reconstrução nacional e da paz, através de medidas que lhes permitam compreender as causas e as consequências do contexto de violência civil e o modo como esta limita o desenvolvimento do país e, diretamente, as suas oportunidades futuras e o modo como podem gerir e desenraizar os comportamentos violentos da cultura das suas comunidades (Manola de

Vos, 2015). Para tal, o autor identificou seis práticas que possibilitam um maior envolvimento dos jovens nos processos de decisão local e nacional e enquanto agentes para a paz:

1. Criar espaços para os jovens se poderem informar, formar as suas opiniões e expressá-las, materializando-as em contribuições a reportar ao Governo;
2. Capacitar os jovens para a resolução de conflitos, liderança e construção da paz;
3. Fomentar a confiança dos jovens no Governo, e vice-versa, através da implementação de atividades e/ou instrumentos de atuação que permitam que ambas as partes contactem;
4. Promover o diálogo e a cooperação intergeracional como uma dimensão-chave para a construção de projetos e medidas de desenvolvimento e paz mais integradas e com poder de resposta aos diversos efeitos sentidos pelos diferentes grupos sociais;
5. Reforçar a monitorização e avaliação dos projetos liderados pelos jovens, na medida em que estes geralmente revelam mais limitações ao nível da sua capacidade de mobilização de recursos, avaliação de impacto e garantia de resultados eficazes, o que influencia diretamente a visibilidade e a sustentabilidade das iniciativas;
6. Apoiar os jovens que contribuem positivamente para o desenvolvimento das suas comunidades e para o processo de construção da paz.

Segundo Manola de Vos (2015), as seis medidas identificadas possibilitam que os jovens, e os grupos mais marginalizados, se sintam envolvidos e igualmente responsabilizados e com poder de decisão no processo de construção da paz nacional. Este processo é complexo e contínuo e para ser eficaz, eficiente e sustentável, exige que a comunidade seja envolvida nas suas quatro fases cíclicas: a fase da informação, em que o Estado e as organizações locais, e até mesmo os próprios cidadãos, devem procurar aceder e dar a conhecer à restante população informação acessível, clara e transparente relativamente ao contexto atual do país e/ou da questão em foco; a fase de debate, na qual a população local, sobretudo os grupos mais afetados, são convidados a participar num diálogo nacional e a apresentar argumentos, sugestões e iniciativas para fazer face às necessidades sentidas pela comunidade; a fase de retorno, em que as contribuições da população são transmitidas aos órgãos de intervenção pública e local e, mais tarde, devolvidas à população na forma de novas medidas, serviços e/ou iniciativas; a fase de monitorização, no contexto da qual existe uma preocupação em ir acompanhando a implementação, desenvolvimento e resultados das iniciativas/projetos implementados de forma a garantir os ajustes e as reformulações que se revelem necessárias para a eficiência, maximização e sustentabilidade do impacto das mesmas junto da população.

Tendo em conta o que tem vindo a ser desenvolvido, é possível afirmar que o processo de participação local e comunitária se constrói a partir de uma interação contínua entre os vários atores envolvidos: por um lado, pelos cidadãos e pelas organizações locais e de representação da sociedade civil e, por outro, pelo Governo que se faz representar, maioritariamente, por vereadores, presidentes de juntas de freguesia, conselheiros, ministros. Este processo de interação e representação de interesses para a construção de iniciativas públicas, revela a participação local como um exercício de envolvimento da população em cinco dimensões: na promoção de novas iniciativas; na construção e dinamização de um debate nacional acerca de questões que afetam o contexto nacional atual; na intervenção para o desenvolvimento e implementação de iniciativas locais que respondam às questões em debate; na co-produção, em conjunto com o Estado e com as organizações locais, de políticas públicas e processos de regulamentação do desenvolvimento nacional; na tomada de decisão em temas relativos às suas comunidades e gestão nacional (Dryzek, 2012).

Para que este exercício de cidadania possa ser executado pela população em prol de um projeto de paz comum, não só devem existir as preocupações já mencionadas de mobilização e capacitação para a participação comunitária, como, e sobretudo, devem ser assegurados os canais e os mecanismos para o devido envolvimento. Estes devem ser assegurados, na sua maioria, pelo Estado que em conjunto com as organizações locais e do terceiro sector facilitam o acesso dos mesmos aos cidadãos e aos diferentes grupos sociais (Rwamasirabo, 2007). Atualmente, existem três canais regulamentados na generalidade dos países: os órgãos, os processos e as consultas públicas (Dryzek, 2012). Os órgãos de participação assumem a forma de fóruns regulares em que representantes das autarquias e da sociedade civil debatem as políticas municipais com vista à melhor adequação das mesmas às necessidades da população e ao contexto territorial. Estes órgãos podem ser territoriais, isto é, dinamizados de forma fragmentada por bairros, cidades, distritos ou estados, como é o caso do Sudão do Sul, ou sectoriais, na medida em que se distinguem por área de intervenção consoante as políticas em debate (educação, saúde, transportes, cultura, entre outros). Os processos participativos, por sua vez, têm como objetivo recolher a opinião pública e a apresentação de propostas concretas relativamente a projetos/iniciativas municipais específicas. Para tal, as autoridades municipais, em conjunto com as organizações locais, dinamizam reuniões comunitárias, dentro de um prazo definido para o efeito. Por último, as consultas públicas são usadas para determinar resultados relativamente a determinada matéria, dando ao cidadão o poder de decisão através do voto, o instrumento mais popular no contexto da participação democrática. No entanto, para além do sufrágio direto e secreto em referendos ou eleições, existem outros mecanismos para assegurar

a participação e o envolvimento dos cidadãos e das organizações locais nos processos de desenvolvimento nacional, designadamente:

| <b>Propostas do Estado</b>                                                                                                                                                                                                                                        | <b>Propostas da Sociedade Civil</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conselho de participação da cidade<br>(organizado por setores / áreas de intervenção e bairros consoante as necessidades, as prioridades, os recursos e os diferentes <i>stakeholders</i> do contexto local)                                                      | Conselho de vizinhança / grupo comunitário<br>(mobilização dos cidadãos para a discussão de temas diretamente relacionados com as suas comunidades e elaboração e implementação coletiva de iniciativas para um projeto comum de desenvolvimento local; promoção de relações de coesão social e de sentimento de pertença) |
| Audiência pública distrital<br>(possibilita o diálogo e a discussão de temas com relevância social, entre os quais: definição do orçamento público, constituição do plano de ação municipal, aprovação de licenças, definição de medidas ambientais entre outros) | Associativismo / grupo de juventude partidária<br>(mecanismos de atividade política em representação e defesa dos interesses dos jovens (e de outros grupos sociais, no caso das associações); espaços de aprendizagem e experimentação cívica e política)                                                                 |
| Orçamento Participativo<br>(iniciativa que visa integrar as necessidades coletivas do município, cidade, freguesia no orçamento público municipal)                                                                                                                | Observatório cidadão<br>(iniciativa que visa acompanhar os planos de ação propostos pelos municípios e monitorizar os efeitos das políticas públicas nos diferentes grupos sociais presentes no território)                                                                                                                |
| Concurso municipal<br>(iniciativa que visa premiar e desenvolver respostas colaborativas para problemas do território, responsabilizando os agentes locais para a implementação e gestão das iniciativas propostas e apoiadas pelo Estado)                        | Movimento social / campanha / petição<br>(mobilização para a ação / sensibilização / pressão junto dos <i>stakeholders</i> envolvidos em questões desajustadas e/ou com impacto negativo na comunidade)                                                                                                                    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Grupo de estudo sectorial / temático</p> <p>(monitorização das políticas públicas e do modo como estas são experienciadas pelos diferentes grupos sociais presentes no território; estudo dos fenómenos da pobreza, exclusão social e guerra, de forma a mapear as principais necessidades da comunidade e consequentemente intervir para a resolução das mesmas)</p> |
| <p>Fórum temático</p> <p>(discussão de políticas públicas ou de temas locais com os quais a população não esteja satisfeita, por exemplo: resíduos sólidos, habitação, mobilidade urbana, acesso à saúde, entre outros)</p>                                                                                                                                              |
| <p>Consulta Pública através de questionários, boletins, sondagens</p> <p>(organizado por temas / sectores de intervenção / distritos)</p>                                                                                                                                                                                                                                |

**Tabela 1-** Mecanismos para a participação local (Young, 2002; Dryzek, 2012; Carreira, 2018)

Os sobreditos mecanismos de participação podem ser agrupados em quatro grandes níveis de relação entre o Estado e a Sociedade Civil, nomeadamente (Young, 2002; Carreira, 2018):

- Informação: relação unilateral somente assente na divulgação de informação, medidas de política e intervenção;
- Auscultação e consulta: relação bilateral que possibilita que grupos mais estruturados e com interesse direto nos temas em debate, possam expressar a sua opinião, identificar necessidades, apresentar prioridades e propostas de ação;
- Participação na decisão: relação bidirecional colaborativa que promove a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e acordo acerca das iniciativas propostas a desenvolver;
- Participação na gestão dos processos - delegação de poder: relação multisectorial entre os diferentes *stakeholders* (população, organizações do terceiro sector, empresas, Estado), com vista à partilha de responsabilidades de desenvolvimento, implementação, gestão e monitorização de projetos e iniciativas de base local.

Estes quatro grupos vão ao encontro da sistematização proposta por Davidson (1998) que contempla as diferentes características dos níveis supracitados, de entre os quais se refere à participação na gestão de processos como aquela que promove o *empowerment* da população.



**Figura 2** – “The Wheel of Participation” by Davidson, 1998 (Fonte: Davidson, S. (1998), spinning the wheel of empowerment)

Para além dos *stakeholders* e dos diferentes mecanismos já identificados, atualmente, tem-se vindo a assistir à preocupação e envolvimento crescente das empresas na promoção dos Direitos Humanos e de iniciativas de educação para a cidadania através de programas desenvolvidos no âmbito do eixo da responsabilidade social corporativa. Entre outros, são exemplos de mecanismos criados por estas identidades as aplicações móveis / digitais que permitem e facilitam a participação cívica através da sinalização de necessidades locais, exposição de opinião, organização de campanhas, mobilização de recursos ou reporte atualizado. A verdade é que é cada vez maior o envolvimento do mundo empresarial em temas de cidadania e a vontade deste sector em criar impacto positivo nas comunidades próximas, reforçando a premissa de que o processo de desenvolvimento e construção da paz é multidisciplinar e sistémico e exige a construção de redes colaborativas entre os diversos agentes para uma intervenção holística e integrada no contexto nacional. A par destes, também os meios de comunicação se assumem enquanto *stakeholders*-chave no processo de informação e consulta à população, revelando uma maior capacidade de impacto junto da população pela sua natureza universal e maioritariamente acessível aos diferentes grupos sociais.

Posto isto, para que o projeto de negociação e construção da paz se possa qualificar efetivamente enquanto inclusivo e participado, importa assegurar as seguintes estratégias: (1) garantir que as negociações são feitas na esfera pública, acessíveis à população e transparentes; (2) garantir o equilíbrio de poder e a equidade; (3) garantir a representatividade dos diferentes grupos sociais e culturais através de partidos políticos; (4) desenvolver e disponibilizar

mecanismos de consulta através dos quais a sociedade civil possa expressar as suas opiniões e formular recomendações e propostas de ação; (5) assegurar as oportunidades, os serviços e as iniciativas, geralmente de base local, adequadas à participação da população e das organizações locais num projeto comum de resolução de conflito, reconstrução nacional e desenvolvimento de paz (Accord, 2002).

### **3.3. Limitações da participação local: quais são e que estratégias implementar?**

Embora as indicações e as estratégias para a participação sejam claras, a sua implementação nem sempre é possível ou linear na medida em que a participação local para a paz apresenta alguns dilemas, relacionados mais concretamente com as seguintes questões (Accord, 2002):

- a) urgência na resolução do conflito armado - como tem vindo a ser referido, o processo de construção da paz participado é um processo complexo, sistémico e demorado, o que pode significar que, em situações de violência armada *ongoing*, o processo de chegar a um acordo para a resolução do conflito pode “desacelerar”;
- b) garantia de eficiência e confidencialidade – a participação dos cidadãos exige um esforço acrescido de facilitação e gestão dos processos locais para as organizações da sociedade civil e do sector civil, o que pode limitar a coordenação e a confidencialidade de dados, dois fatores cujos agentes de mediação consideram chave para a construção de relações de confiança e de negociações efetivas entre as partes em conflito;
- c) construção de um projeto comum representativo dos interesses dos diferentes stakeholders – uma vez que os mecanismos de participação local propostos pelo modelo *bottom-up* se pretendem inclusivos e representativos dos diversos grupos sociais, podem surgir dificuldades na gestão da heterogeneidade de interesses ou até mesmo de necessidades contraditórias. Neste sentido, importa também assegurar que os projetos locais respondem a necessidades grupais e não individuais;
- d) garantia de processos inclusivos – para que tal seja possível, na maioria dos contextos, revela-se necessária a capacitação dos grupos marginalizados para o processo de participação, de modo a assegurar que o mesmo é efetivamente genuíno e construtivo e não apenas espelho da elite da sociedade civil;
- e) garantir o reporte e a aplicabilidade dos resultados do processo participativo – por ser um processo construtivo que reúne várias dimensões, eixos de intervenção e *stakeholders*, pode acontecer que os agentes de mediação e facilitação local percam o controlo do processo e não consigam reunir os recursos e/ou as capacidades necessárias

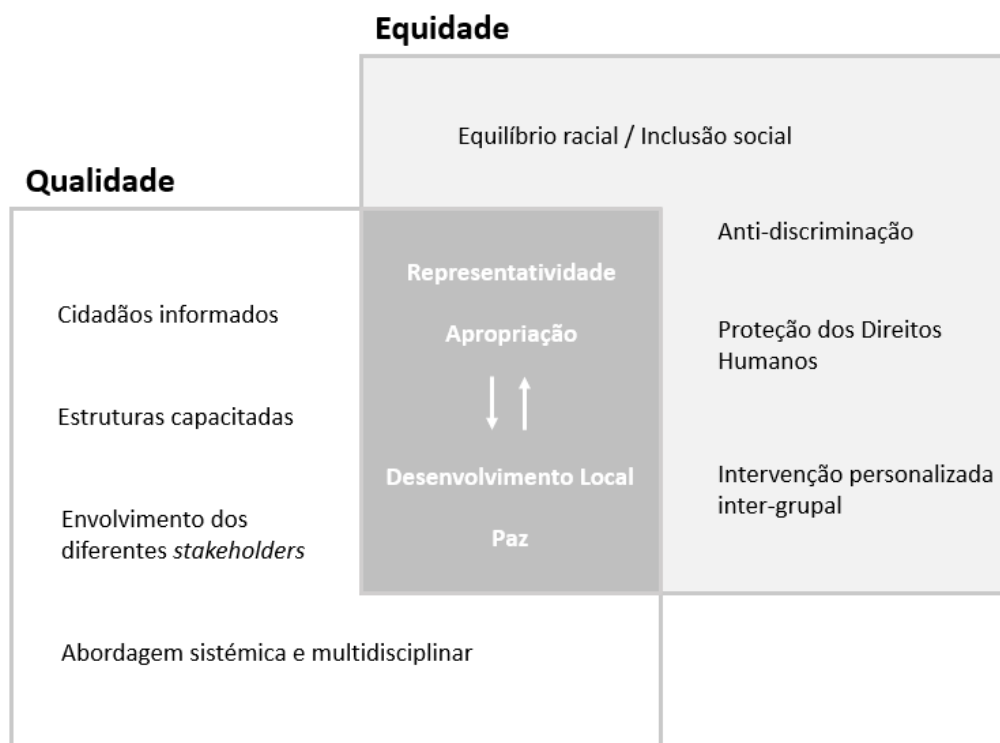
para o efetivarem na prática, acabando por contribuir para iniciativas de participação superficial consumidas pela complexidade do processo e por contextos de desequilíbrio de poder.

Estes dilemas são assoberbados em contextos de guerra, pobreza, exclusão social e subdesenvolvimento, como é o caso do Sudão do Sul. De forma concreta, quatro grandes fatores que devem ser trabalhados para a melhor apropriação do processo e para o desenvolvimento do país e que estão relacionados com (1) os níveis de alfabetização dos cidadãos. Segundo Anderson (1977), a educação é a base do desenvolvimento e um dos veículos determinantes para a participação cidadã, pelo que é em países com piores índices de educação que se assiste a uma maior dificuldade em implementar mecanismos de participação e colaboração junto das comunidades. Especialmente nas áreas rurais de países em desenvolvimento, onde as oportunidades de educação são escassas e as escolas mal equipadas e sem as condições ou os recursos necessários, assiste-se a uma maior taxa de abandono escolar e analfabetismo adulto, o que significa que os potenciais líderes para os processos de participação e desenvolvimento local não se encontram devidamente capacitados para assumir essa responsabilidade (Fourie, 2001:222). Ora, não só esta situação limita a compreensão destes cidadãos relativamente ao processo político, à tomada de decisões e aos seus direitos e deveres cívicos, como pode causar um complexo de inferioridade que leve a que estes cidadãos tenham medo em participar ou que acreditem que esse é um privilégio dos grupos que têm acesso à educação. (2) problemas logísticos de transporte e telecomunicações. Ora, esta é uma limitação ainda muito presente nos países em desenvolvimento, ainda mais quando estes se encontram em contexto de conflito armado. Isto porque as iniciativas de participação comunitária nem sempre estão descentralizadas, o que muitas vezes exige que os cidadãos interessados necessitem de se deslocar aos locais onde irão decorrer os fóruns, os debates, as campanhas, as reuniões, entre outros. É importante a sua presença para assegurar que os processos são inclusivos e efetivamente representativos dos diferentes grupos sociais, no entanto, em países em desenvolvimento onde muitas pessoas vivem em áreas remotas, as infraestruturas, os transportes e as telecomunicações são sectores que causam constrangimentos e entraves à participação da comunidade (Fourie, 2001:222).

Ademais, Fourie (2001:223) refere-se também a (3) falta de experiência dos agentes públicos de mediação e facilitação do processo para lidar com as solicitações e as necessidades da população. Na sua ótica, a grande maioria dos profissionais instruídos pelo Governo para estas funções, não detêm conhecimento técnico para compreender os fenómenos psicossociais e sociológicos com os quais trabalham ou as práticas de desenvolvimento que pretendem

implementar. (4) limitações impostas pelo contexto social, cultural e psicológico da população. Mais concretamente, o autor refere-se aos costumes e às tradições como obstáculos à participação da população, na medida em que a maioria dos países em desenvolvimento ainda vive contextos de autocracia que se caracterizam pela submissão aos líderes tradicionais e onde os direitos humanos são negados a diversos grupos sociais (mulheres, por exemplo). Mais ainda, são também limitações de natureza cultural e psicológica o sentido de dependência e de apatia perante os processos de participação e intervenção local. Em países em desenvolvimento onde se verificam os fatores já mencionados, as pessoas tendem a acostumar-se à posição de dependência a serviços prestados por organizações locais, não demonstrando qualquer interesse em assumir a responsabilidade partilhada pelo processo. Da mesma forma, os grupos marginalizados e em situação de maior fragilidade social, nos países em desenvolvimento, tendem a aceitar a sua condição de pobreza como algo inevitável e com o qual devem aprender a viver, desvalorizando os processos de envolvimento e participação social (Fourie, 2001:224). Ora, para fazer face a estas dificuldades e facilitar o envolvimento da comunidade, o autor considera que devem ser implementadas as seguintes estratégias: constituição de pactos sociais para o desenvolvimento através do estabelecimento de estruturas públicas permanentes para a coordenação de projetos de intervenção local; constituição de um Comité de Direção de Projetos enquanto estrutura representativa da comunidade responsável pela implementação das iniciativas locais e pela redação de propostas adequadas ao contexto local; nomeação de facilitadores comunitários com capacidade de relacionamento e comunicação com a comunidade de modo a garantir a partilha de informação mútua; definição de um agente oficial intermediário que possa assumir a função de mediador entre as diferentes partes e grupos sociais e gestor de conflitos e relações intergrupais; implementação e reforço de mecanismos de educação não formal para a cidadania (Fourie, 2001:225-226).

De acordo com o que tem vindo a ser descrito ao longo do presente capítulo, as metodologias participativas são tão eficazes quanto os níveis de equidade e de qualidade dos mecanismos de representação local e o processo de construção da paz. Neste sentido, a figura 3 assume a representação visual das principais dimensões a assegurar no âmbito do processo de reconstrução nacional e desenvolvimento da paz através da participação local.



**Figura 3** - Dimensões para a eficácia da participação local no processo de construção da paz sustentável

Posto isto, o presente projeto de investigação tem como objeto de estudo as dinâmicas de participação local e comunitária no Sudão do Sul e a compreensão do modo como estas podem, ou não, contribuir para a reconstrução nacional do país no período pós-guerra civil e para a construção de políticas de paz sustentáveis. Neste âmbito, o próximo capítulo procederá ao enquadramento genérico do país, debruçando-se mais concretamente sobre a caracterização do seu contexto histórico, político, social e económico desde o período da sua colonização até ao presente.

## Capítulo IV - Estudo de caso: Sudão do Sul

No presente capítulo do trabalho de investigação, procede-se à caracterização do ambiente político, geográfico, económico e social do Sudão do Sul, fazendo uma análise contextual que permita a identificação dos acontecimentos-chave na *timeline* da história do país até aos dias de hoje. Mais especificamente, os conflitos por si vividos serão tratados de forma a compreender os principais motivos, interesses, *stakeholders* e recursos envolvidos, de modo a, posteriormente, se poder aplicar e verificar a teoria da participação comunitária e o seu *input* no clima que o país vive no contexto atual.

O conflito armado que habita o Sudão do Sul, prolonga-se na sua história como parte do carácter de um país ambicioso, seguro das suas crenças, mas com poucas capacidades para administrar os seus recursos e se desenvolver política e economicamente (LeRiche & Arnold, 2012). O conflito no Sudão do Sul remete para um conjunto diversificado de frentes de tensão, mais concretamente no que diz respeito ao antigo conflito com o Sudão, ao atual conflito interno dentro do Sudão do Sul e às questões políticas e económicas pendentes entre os dois países (LeRiche & Arnold, 2012). Segundo os dois autores, conforme o contexto e o momento da história do Sudão do Sul, as causas dos conflitos ganham relevância diferente. Estas vão desde as tensões étnicas e religiosas entre os diferentes grupos culturais do Sudão e Sudão do Sul, a competição pela capitalização de recursos naturais e a luta pelo poder político (LeRiche & Arnold, 2012). O que é facto é que a persistência do conflito tem sido uma constante e assume-se como a principal característica do Sudão moderno. À primeira vista, a compreensão do conflito pode parecer óbvia, se tivermos em conta a complexidade das relações de natureza étnica e religiosa que durante tantos anos colocou em extremos opostos o norte (sob a influência árabe e maioritariamente muçulmanos) e o sul (sob a influência britânica e maioritariamente cristãos). Este, no entanto, é um conflito que quando analisado nas suas diversas frentes se assume maior e mais complexo, com aspetos a considerar não só a nível étnico e religioso, mas também a nível político (Johnson, 2006).

De acordo com Douglas Johnson, um reconhecido historiador da região do Sudão e Sudão do Sul, as guerras civis recorrentes nesta zona do continente africano devem-se à soma de vários fatores históricos que se realizaram antes da independência do Sudão do Sul e se perpetuam hoje, entre os quais importa destacar o padrão de governança Norte-Sul, as desigualdades no desenvolvimento económico, educacional e político, um movimento nacionalista entre a elite do Norte e a expansão de uma vertente do islamismo militante e a vontade de sobreposição de determinados grupos étnicos sobre outros (Johnson, 2006). Todos estes fatores são motivo de

tensão e hostilidade individualmente, no entanto apenas ganham relevância na compreensão do contexto do Sudão do Sul quando são analisados em conjunto. Embora existam diversos ângulos suscetíveis de análise para este tema, o presente capítulo abordará o conflito no Sudão do Sul, refletindo sobre o seu processo de emancipação do atual Sudão e dando ênfase, como tal, a questões relacionadas com a geografia, o seu contexto histórico (incluindo as duas guerras civis antes de 2011), os seus recursos, etnias e religião e o processo de independência e guerra civil até aos dias de hoje.

#### **4.1. Breve enquadramento histórico: da colonização à independência**

Antes da independência do Sudão do Sul, em 2011, o Sudão era constituído por um território uno que acolhia culturas distintas, tendo-se dividido desde logo informalmente no século XIX, quando foi colonizado por impérios distintos, primeiro sob o controle egípcio-otomano, entre 1821 e 1885, posteriormente com a invasão mhadista e, mais tarde, sob o domínio anglo-egípcio (Ersland, 2014:13).

O contacto e a interação do Sudão com o Médio Oriente remonta há milhares de anos, assumindo a forma de relações comerciais com o Egipto devido à exportação de marfim, ouro e outras mercadorias (LeRich & Arnold, 2012). Nesse contexto, comerciantes árabes estabeleceram-se no Sudão, entre a população indígena e integraram-se na comunidade explorando a riqueza do país, ideia à qual os sudaneses se queriam associar e se terão, como tal, identificado com os árabes e o seu estilo de vida (Deng, 1994). Este processo de integração intensificou-se com o advento do islão e a ascensão do império muçulmano, entre os séculos VII e VIII, tendo adquirido a sua formalização no Sudão com a implementação de acordos com os povos de Núbia e Beja, no Norte do país (Deng, 1994). Estes acordos deram controle aos árabes sobre o país, o que se espelhou na abertura de canais de comunicação com o mundo árabe, garantindo-lhes liberdade de movimento e de proteção do seu comércio em território sudanês (Deng, 1994). Primeiro pela Turquia, mais tarde pelo Egipto, a influência dos árabes no Sudão integra a sua história e cultura até aos dias de hoje. Ainda antes do Sudão se tornar uma colónia sob o domínio anglo-egípcio, que veio colocar a descoberto uma enorme discrepância de oportunidades de desenvolvimento entre o Norte e Sul do país, já quando se encontrava sob o controle árabe o Sudão era visto como um território de duas culturas (Deng, 1994). Desde logo a imigração e integração de árabes no Sul do Sudão foi desencorajada, não apenas pelas barreiras naturais e difíceis condições de vida, mas também porque sendo os sulistas mais escuros que os sudaneses do Norte, rapidamente foram desvalorizados na sua

dignidade e direitos e vistos como escravos (Deng, 1994). Arabizar e islamizar o Sul significava que estes seriam considerados na categoria da “terra do Islão”, o que os protegeria à partida da escravidão, dificultando o trabalho dos árabes na exploração do Sudão (Deng, 1994).

Em 1869, com a abertura do Canal do Suez, o interesse britânico pelo Sudão e pelo rio Nilo ganhou maior dimensão, tendo os britânicos colonizado a região do sul do país como estratégia para se aproximarem da Índia (Young, 2012:2). Em 1899 foi instituído o Condominium Anglo-Egípcio dando formalmente início à administração conjunta entre Egito e Reino Unido de uma vasta extensão do território africano, onde se constituem atualmente o Sudão, Sudão do Sul, Egito e Líbia (Bassil, 2009; Sharkey, 2012). A soberania do Sudão passou assim a ser partilhada entre ambos, estando formalmente sob o governo britânico, embora na prática o seu controle na zona meridional do país fosse inferior, o que acabou por refletir as diferenças do domínio egípcio e britânico que se espelharam em oportunidades de desenvolvimento díspares para a população do norte e a população do sul do país conforme os seus interesses. Os britânicos definiram no Sul a oportunidade de preservarem os seus valores e crenças, como o cristianismo e de, eventualmente, desenvolverem aquela parte do território como uma área geográfica segregada do Sudão, com entidade política autónoma e suscetível de integrar a África Oriental Britânica (International Crisis Group, 2002). No Norte, por seu lado, o Egito promovia a “arabização” do Sudão e incutia os valores islâmicos na população através do controle político que detinha no território. Adicionalmente, os britânicos temiam o ressurgimento de uma oposição mahdista no Norte, tendo os seus esforços primários sido alocados à criação de alianças com grupos sudaneses do Norte (Johnson, 2003). Já no Sul, no entanto, não havendo o mesmo risco e ameaça, a região viu-se sobreposta pelo centro de desenvolvimento do país, no Norte, assumindo a posição de periferia, evidenciando assim a divisão do Sudão em duas áreas geográficas distintas com identidades distintas compostas por diferentes administrações, níveis de desenvolvimento, religião e idioma (Johnson, 2003). Esta separação, fruto de uma administração colonial partilhada, deixou um legado de divisões na história do Sudão e no modo como este vive a multiculturalidade e a reincidência dos conflitos armados que lhe dão forma.

O Norte do Sudão constituiu-se assim o centro do Condominium Anglo-Egípcio, tendo a administração colonial sido estabelecida neste território, promovendo maiores oportunidades de desenvolvimento, benefícios e posições de poder aos sudaneses residentes nesta zona do país (Johnson, 2003; Young, 2012). Como referido, os esforços de desenvolvimento foram quase exclusivamente alocados às áreas em torno de Cartum, fomentando o crescimento urbano e a emergência de uma nova classe de agricultores do norte do Sudão, trabalhadores industriais e

profissionais do meio urbano (Young, 2012). O árabe foi instituído como língua oficial, tanto no governo como na educação, e o islamismo passou a ser promovido como a religião e cultura da maioria, em detrimento dos missionários cristãos que passaram a ser desencorajados do seu projeto de evangelização (Sharkey, 2012). No Sul, vivia-se o contraste. Os britânicos não criaram oportunidades de educação e desenvolvimento no Sul como criaram no Norte, sendo a sua principal preocupação nesta região a segurança (Young, 2012). Temendo a crescente influência dos egípcios e das suas crenças islâmicas e costumes árabes, os britânicos decidiram dificultar a passagem para o Sul através da aplicação de uma norma, 1929, que classificava o Sul do Sudão enquanto “*‘closed districts’, in order to keep jallaba (...) out and keep Southerners in*” (Holt & Daly, 2011: 96). A maioria dos sudaneses do Norte foi impedida de entrar e apenas missionários estrangeiros tinham acesso livre a entrar na região (Ahmad, 2010). Em contraste com o Norte, no Sul o inglês era a língua oficial e a principal religião era o cristianismo, tendo sido proibida a utilização de trajes árabes ou islâmicos e a proclamação de orações e nomes relacionados com a cultura do norte do país (Ahmad, 2010). Mais ainda, contrariamente ao sistema político emergente no Norte, os sulistas eram desencorajados a “*envolverem-se na política, no debate político ou na ação*” (Ahmad, 2010), sendo o registo de qualquer resistência devidamente punido.

Em 1953, o Egipto e o Reino Unido firmaram um acordo mediante o qual atribuíam aos sudaneses a oportunidade de se autogovernarem após um período de transição de três anos. Tendo em vista a sua independência da administração colonial, o Sudão colocou em marcha um processo de “sudанизação” com vista à preparação da saída dos ingleses do território. No mesmo ano, nas eleições para o Parlamento sudanês, o Partido Unionista Nacional ganhou o voto da maioria, tendo-se constituído a primeira vitória no processo de descolonização do país. Em 1954 foi instituído o primeiro governo composto por sudaneses, dando força ao processo de sudанизação já instaurado. Muito embora o governo fosse formado por sudaneses, dos 800 cargos existentes, apenas 8 foram atribuídos a sudaneses do sul, o que levou a que o processo de sudанизação mais se assemelha-se ao processo de arabização do Sudão como um exercício que visava a homogeneização do país mas que acabou por agravar ainda mais as diferenças económicas, sociais e geográficas entre o Norte e o Sul e colocar alguma tensão entre as duas partes (Sharkey, 2012). Os sulistas não se sentiam parte integrante do processo de emancipação e governação política do país (Ahmad, 2010). A 1 de Janeiro de 1956, a República do Sudão adquiriu oficialmente o seu estatuto de estado independente.

## 4.2. Os conflitos armados no Sudão

A primeira guerra civil, conhecida como “Any-Nya” teve início em 1955, ainda antes da independência do Sudão no ano seguinte. Conscientes da sua sub-representação no governo central e sentindo-se discriminados, a insatisfação dos sulistas deu origem a um movimento militar no sul do Sudão que começou a atacar os seus vizinhos do Norte, militantes e civis indiscriminadamente (Sharkey, 2012). A resposta do governo em Cartum foi imediata, mandando incendiar as aldeias do Sul, prender, torturar e matar civis, e demonstrar por qualquer meio a supremacia do Norte sobre o Sul (Holt & Daly, 2011). Segundo Mills (1977 em Akol, 1987), estima-se que mais de 25% da população do Sul se tenha refugiado nos países vizinhos, com maior incidência no Uganda, ao qual se somam as milhares de vítimas e de deslocados internos durante o período da primeira guerra civil.

Diversos foram os fatores que contribuíram para o despoletar do conflito sudanês, sendo necessário destacar a herança dos tempos coloniais que em tanto contribuiu para a disparidade de desenvolvimento e divisão entre os dois grandes grupos étnicos e religiosos do país (Sharkey, 2012). De 1955 a 1972, a guerra civil que afetou o Sudão centrava a sua disputa entre o governo sudanês e os rebeldes do Sul que exigiam maior envolvimento na economia e política e soberania para o Sul do país (Sharkey, 2012). Recusando-se a reconhecer a falta de poder político e económico do Sul, o governo do Sudão deu continuidade à disputa e intensificou as suas políticas de “sudanização” e perseguição religiosa que visavam a islamização do Sudão e favoreciam os mais instruídos nortistas, em detrimento das populações periféricas e com menos educação no sul do país (Ahmad, 2010).

Como exposto anteriormente, o bloqueio Norte vs Sul provocado pela colonização do Sudão, dificultou o desenvolvimento igualitário das regiões do país, bem como a integração e disseminação natural do islamismo e da cultura árabe. Em contraste, o que se sucedeu face à oportunidade de independência do Sudão, foi que o “problema do Sul” foi assumido pelos nortistas como um dano colonial cuja resolução dependia da propagação do islamismo e do árabe na região. Ora, enquanto parte desta sua estratégia de “sudanização”, os nortistas começaram a marginalizar os cristãos e em 1962 expulsaram do país todos os missionários estrangeiros residentes (Sharkey, 2012). Uma enorme quantia de recursos foi gasta pelo governo em políticas de islamização, na tentativa de pressionar os sulistas à conversão, no entanto os esforços dos nortistas não produziram os resultados esperados, revelando inclusive o efeito contrário (Ahmad, 2010). Segundo Johnson (2003), a expulsão dos missionários e os ataques dirigidos às igrejas apenas reforçaram a identidade cristã no sul do Sudão, com o registo

de mais conversões a esta religião durante este período. Contrariamente ao que era o objetivo, as políticas de arabização e islamização do Sul não fomentaram um sentimento de união e de pertença, mas sim de colonialismo cultural (Sharkey, 2012). Todos estes fatores contribuíram para o sentimento de discriminação e de insatisfação que os sulistas já sentiam no tempo da colonização, contribuindo para a manutenção de um conflito armado que durou 17 longos anos e revelou duras consequências para um país já por si frágil e pouco desenvolvido (Johnson, 2003). A guerra terminou em 1972, com a assinatura do Tratado de Adis Abeba que firmava uma série de compromissos que atribuíam ao Sudão do Sul uma maior autonomia regional em matéria de governação interna, bem como a aceitação do inglês como a língua administrativa no Sul (Collins, 2008).

Seguiu-se assim uma década de relativa paz, embora rapidamente se tenham verificado algumas fragilidades do Tratado firmado, com Cartum a não aderir a algumas das disposições acordadas e continuando a interferir no sul. As tensões, anestesiadas pela esperança imposta pelo Acordo, voltam a assumir a forma de um segundo conflito armado quando o ex-presidente do Sudão, Gaafar Nimeiry, introduz a lei islâmica, a sharia, em todo o território do Sudão, colocando um fim na relativa estabilidade que o país vivia (Collins, 2008). Deng (1994) defende que a oposição dos sulistas se deve não tanto ao ressentimento e à resistência à assimilação dos moldes árabes e islâmicos, mas antes ao sentido de dominação associada à imposição destes no território do Sul do Sudão. Por seu lado, os nortenhos olham para a cultura árabe como um símbolo de elevação e desenvolvimento na história do Sudão, entendendo que o Sul secularizado e africanizado é um insulto e uma ameaça ao “estatuto” alcançado sob a influência árabe (Deng, 1994). No fundo, o conflito surge na medida em que as partes em oposição experienciam o colonialismo e o domínio dos árabes de formas distintas.

Em 1983, um grupo de soldados sudaneses descontentes com a crise política e cultural que o país vivia, formou o movimento guerrilheiro SPLA – o Exército Popular de Libertação do Sudão (Sharkey, 2012). Mais tarde, juntaram-se a este movimento os rebeldes Anyanya que haviam liderado as forças armadas do Sul contra o Norte na primeira guerra civil do Sudão. Liderado por John Garang, um tenente coronel Dinka, o SPLA assumiu a luta contra o governo do Sudão. Rapidamente foi constituído o SPML – Movimento Popular de Libertação do Sudão, a ala política do SPLA que, contrariamente ao seu antecessor Anyanya I, lutava pela unificação do Sudão, um “novo Sudão” unido por todos os sudaneses independentemente da sua etnia, religião ou idioma (Johnson, 2003). O governo, por seu lado, lutava pelo controle do Sul e das vastas reservas de recursos naturais que se encontravam no seu território, entre os quais petróleo, água, solo arável e outros minerais (Johnson, 2003). Desde a sua descoberta que os

recursos naturais presentes no território Sul do Sudão passaram a ser motivo de tensão entre as duas regiões e a principal razão para a forte resistência do Norte à independência do Sul e divisão da riqueza nacional proveniente destes recursos. Num dos seus relatórios, o International Crisis Group (2002) afirma que *“the expansion of oil development has complicated the search for peace, raised the stakes of war and given both sides an increased commitment to the battlefield”*. Esta situação é especialmente preocupante quando vividas num país frágil como o Sudão cujas perspectivas económicas se baseiam em cerca de 98% na produção de petróleo (United Nations, 2012).

Sobre a eclosão da segunda guerra civil, LeRiche e Arnorld (2012) descrevem que *“the resumption of war fed off historic Southern resentments over the continuous underdevelopment, political marginalization and religious discrimination”*, referindo-se no fundo aos motivos que impulsionaram o primeiro conflito armado. O desejo do Norte de controlar os recursos do Sul veio aumentar significativamente as tensões da segunda guerra civil, elevando-a a um novo nível de oposição e violência (Johnson, 2003). A expansão da riqueza do petróleo contribuiu enormemente para a escalada do conflito, sendo que a partilha das receitas petrolíferas foi um dos compromissos firmados mais tarde no Comprehensive Peace Agreement em 2005.

Na sua perspectiva, Johnson (2003) sublinha que as divisões “muçulmanos” vs “cristãos”, “árabes” vs “africanos” não são por si só a resposta para os conflitos no Sudão. Para o historiador, a raiz do problema vai além das simples diferenças étnicas e religiosas e remete para uma questão muito mais complexa: a desigual distribuição de poder e oportunidades de desenvolvimento entre o Norte muçulmano dominante e o Sul cristão marginalizado (Johnson, 2003). No fundo, é porque as divergências culturais que existem no Sudão coincidem com a divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos que o conflito no Sudão ganhou as proporções que teve durante os inúmeros anos em que decorreu. Mais do que as questões de identidade, foram as questões estruturais que alimentaram este conflito.

Assim, a segunda guerra civil foi principalmente travada com a missão de equilibrar a partilhar de poder no Sudão como um todo (Collins, 2008). Segundo Johnson (2011), a segunda guerra civil revelou-se muito mais mortal que a primeira. As forças militares em oposição atacaram com mais frequência a população civil. As aldeias eram ateadas com fogo se se soubesse que algum residente apoiava o lado em oposição. Os estragos foram muitos, com mais de dois milhões de vítimas mortais, colheitas destruídas e famílias separadas (IOM, 2011). Este cenário levou ao deslocamento e fuga em massa de sudaneses internamente ou para países vizinhos (IOM, 2011). No entanto, fugir das zonas de guerra não garantia necessariamente a segurança dos sudaneses, fazendo antes parte de uma estratégia de guerra que beneficiou ambos os lados

do conflito. Segundo Johnson (2011), as pessoas tornaram-se parte integrante da luta por recursos. A deslocação interna de sudaneses promovia o empobrecimento das regiões mais afetadas, criando incentivos para a propaganda militar e recrutamento de crianças e jovens para os grupos de guerrilha (Johnson, 2011). Foi um período em que a escravidão foi revivida por muitos sudaneses, em particular do Sul, e utilizada como arma de terror. Os abrigos de deslocados em Cartum eram frequentemente atingidos, obrigando-os a reassentar à força em locais de produção de vários projetos do Norte. Apesar da emergência da crise humanitária que o Sudão vivia, a falta de infraestruturas e de cooperação com Cartum, limitaram desde logo o acesso das agências internacionais e organizações de assistência humanitária, isolando ainda mais este território do continente africano (Johnson, 2011).

#### **4.3. Comprehensive Peace Agreement de 2005 e o Referendo de 2011**

Após quase meio século de combates, diversas tentativas de diálogo e grande atenção no espectro internacional, o Governo do Sudão e o SPLM assinaram, em janeiro de 2005, o CPA – Comprehensive Peace Agreement, um marco político na história do Sudão que definiu o final da segunda guerra civil no Sudão, e previa a partilha de poder político, económico e segurança no país africano (Ahmad, 2010). O acordo de paz estabeleceu assim um cessar-fogo permanente e um compromisso formal sobre a partilha de riqueza e poder. Para além disso, foi definido um novo Governo de Unidade no Norte e um governo interino no Sudão do Sul, a partir dos quais o Partido de Congresso Nacional (PCN) e o SPLM, baseado no Sul, compartilhariam o controle de um Governo de Unidade Nacional. Mais importante para o Sul, no entanto, foi a aprovação do seu direito à autodeterminação. As partes concordaram em estabelecer um período interino de seis anos que seria seguido de um referendo no Sul que dava a oportunidade aos sudaneses de votarem por um Sudão unido ou pela independência do Sul (Ahmad, 2010).

A assinatura do CPA previa que John Garang, ex-líder rebelde do sul, continuasse a liderar o SPLM/A e o Governo do Sul do Sudão, ao qual incluiria as funções de vice-presidente no sistema de partilha de poder estabelecido com o governo central em Cartum no período de transição do CPA, formalizando, desta forma, a instituição de uma nova constituição sudanesa que concedia ao Sul um grande grau de autonomia (Ahmad, 2010). Em agosto de 2005, no entanto, o líder do Sudão do Sul é morto num acidente de avião, sendo sucedido no cargo que ocupava por Salva Kiir, que se tornou presidente do partido, e por Riek Machar, que ocupava antes o terceiro cargo mais importante no SPLM/A e que assumiu o cargo da Vice-Presidência do novo Governo Autónomo do Sudão do Sul (Ahmad, 2010).

Em abril de 2010 realizaram-se as primeiras eleições democráticas, às quais se seguiu o previsto referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, em 2011 (LeRich & Arnold, 2012). 98,83% dos votos exercidos no referendo votaram pela “separação” do Sudão do Sul, conquistando o direito dos sudaneses à independência do Sudão (LeRich & Arnold, 2012). A declaração de independência do Sudão do Sul, em julho de 2011, marcou o fim do acordo de paz, seguindo-se a nomeação de Salva Kiir (de etnia Dinka) enquanto primeiro presidente do Sudão do Sul, de Riek Machar (de etnia Nuer) no cargo de vice-presidente e o SPLA como o exército oficial do país (LeRich & Arnold, 2012). Idealmente, permitir que o Sudão do Sul se tornasse uma nação recém-independente teria aliviado as tensões entre as duas regiões. No entanto, várias dinâmicas continuam a sustentar anos de guerra civil, maioritariamente dinâmicas relacionadas com disputas sobre etnia e cultura, governança, recursos e autodeterminação, que serão abordadas no decorrer do presente capítulo (Reynolds, 2012). Como descrevem LeRiche e Arnold (2012) *“South Sudan is less a result of a deliberate process of asserting the differences between northern and Southern peoples, and more the result of a twentieth-century struggle over power, framed by the various geopolitical forces that defined the time”*. Não só é difícil construir um Estado Nação nas condições em que o Sudão do Sul se encontrava após o referendo como o país enfrenta também o desafio da integração dos inúmeros milhares de refugiados retornados após a independência do Sudão (Reynolds, 2012).

Após o referendo de 2011, a situação dos sulistas a Norte ficou dificultada, pois o governo do Sudão declarou que todos os sulistas seriam considerados estrangeiros no Sudão, dando-lhes a escolha de deixar o Sudão ou solicitar uma permissão de residência ou de trabalho como outros residentes estrangeiros no país (Assal, 2011). A implementação de medidas de acolhimento, (re)integração e oportunidades de subsistência para os emigrantes retornados no Sul tem sido um dos desafios da política interna do país desde a sua independência (Karlsson et al., 2018).

#### **4.4. O novo Estado independente: Sudão do Sul**

Quando o Sudão do Sul adquiriu a sua independência, em 2011, muitos foram os que manifestaram a sua preocupação com a instabilidade política do país e a fraca preparação para exercer a sua soberania (Jok, 2011). Esta preocupação revelou-se legítima quando analisamos os vários episódios de violência inter-grupal e rebeliões armadas no primeiro ano após a sua independência e as incluímos na análise ao contexto da guerra civil que assolou o Sudão do Sul nos últimos cinco anos. Durante a guerra civil de 1983-2005, os diversos grupos étnicos do Sudão do Sul constituíram uma frente armada una para se oporem ao Norte. No entanto, com a

autodeterminação do Sul surgiu um novo desafio: assegurar a unificação da nova nação com a complexa rede de grupos étnicos existente no país (Rolandsen, 2015).

Com o surgimento do Sudão do Sul, a própria Organização das Nações Unidas referiu que o contexto do novo país se constituía como ameaça à paz e segurança internacional (in Rolandsen, 2015). A aparente tranquilidade pós-independência não durou. Após a morte de Garang, a administração do Governo do Sudão do Sul, sob a liderança de Kiir, não foi capaz de garantir a plena integração de antigos militares, democratizar o SPLM nem separar as questões políticas das questões militares, fomentando a desconfiança dos sudaneses em questões relacionadas com a falta de transparência sobre a economia nacional, exclusão política e violações dos Direitos Humanos (Omwenga, 2018). As tensões vieram ao de cima com a independência do Sudão do Sul e pioraram com a tentativa de Kiir emendar a Constituição de transição para poder comandar o processo político à luz do que eram os seus ideais (Omwenga, 2018). A esta instabilidade soma-se a corrupção no partido e no governo, a falta de infraestruturas e liderança política para o desenvolvimento do país e o sentimento de insegurança que se fazia sentir recorrentemente, ainda que em período de relativa paz, em diversos focos do país (Brangwin, 2014). Esta conjuntura levou a que diversos membros do governo revelassem o seu descontentamento perante o cenário e a liderança elitista de Kiir, levando-os a começar a apoiar as reformas que Machar propunha (Brangwin, 2014). O apoio que Machar recebia por parte de vários membros do Governo e a sua oposição pública à política de Kiir, levaram à deterioração das relações entre os dois líderes da administração do Sudão do Sul, resultando na destituição de Machar do cargo que ocupava no Governo (Brangwin, 2014). Para além desta instabilidade, o Sudão do Sul vivia ainda atormentado pela antiga supremacia do Sudão sobre a sua região, que se continuava a fazer sentir com disputas pontuais nas fronteiras dos dois territórios e sobre a distribuição dos lucros petrolíferos, tendo o Sudão do Sul inclusive reduzido a produção de petróleo durante 15 meses depois de uma disputa sobre as tarifas da produção (Omwenga, 2018). Além das diferenças étnicas, a falta de saída para o mar para exportar o petróleo a partir do Sudão do Sul e as dificuldades para o transportar via Sudão foi um dos principais motivos da guerra entre as duas regiões, sendo, ainda hoje, motivo de tensão entre os dois países. Sendo a produção e exportação de petróleo o principal sector de crescimento económico no Sudão do Sul, esta suspensão teve um impacto devastador no PIB que declinou 48% em 2012, fragilizando ainda mais o desenvolvimento do país e sustentando a situação generalizada de extrema pobreza vivida pelos sul-sudaneses (Brangwin, 2014).

A guerra no Sudão do Sul alimentou-se das passadas tensões entre grupos étnicos e a violência começou em dezembro de 2013, no encontro do Conselho da Libertação Nacional, quando Riek

Machar e outros líderes da oposição se uniram para boicotar o encontro, criticando a administração política de Kiir (Omwenga, 2018). Na sequência deste incidente, o presidente Salva Kiir ordenou o imediato desarmamento de todas as tropas, tendo apenas autorizado o posterior rearmamento dos militares de etnia Dinka, acusando os seus opositores de conspirar um golpe de Estado (Omwenga, 2018). Os membros do exército de etnia Nuer rearmaram-se e, em resposta, deram início à violência entre as duas facções do exército que agora se havia dividido pela rivalidade entre Kiir e Machar (Omwenga, 2018). Os dois políticos, representantes do mesmo partido – o Exército de Libertação do Povo Sudanês – deram assim origem a uma série de confrontos entre membros do Exército do governo que lideraram militarmente a oposição de uma aparente divisão étnica e cultural que se assumia também, e acima de tudo, política (Brangwin, 2014). Machar negou a tentativa de golpe de Estado da qual era acusado de encabeçar, criticando veemente a incapacidade de Kiir de combater a corrupção e a sua aspiração à constituição de um governo Dinka no Sudão do Sul (Omwenga, 2018). Mandado deter, no final do ano de 2013, Machar refugiou-se num país vizinho e constituiu o Movimento de Libertação do Povo Sudanês – Em Oposição (SPLM – IO) (Brangwin, 2014). Foi o início de um período de violência em massa dirigida a soldados e civis da etnia Nuer (Omwenga, 2018). O conflito afetou principalmente as províncias de Upper Nile, Jonglei e Unity e, em 2014, devido à pressão internacional foram assinadas duas cessações de hostilidades na capital da Etiópia, Adis Abeba, ambas violadas nas semanas subsequentes (Omwenga, 2018). As hostilidades continuam, com as forças pró-Machar a saquearem a cidade petrolífera de Bentiu, matando centenas de civis e escalando o nível de violência e de violações dos Direitos Humanos no Sudão do Sul.

Em setembro de 2015, é retificado um acordo de paz com o objetivo de cessar os confrontos armados entre as partes, atribuir ao Estado o dever de transparência na gestão do petróleo e inclusão na política, bem como renovar a confiança da população para com a administração política do país e seus líderes, instituindo desta forma um período de transição até às eleições de 2018 (Omwenga, 2018). As acusações de violação do acordo foram, contudo, rapidamente surgindo, levando a que em outubro do mesmo ano fosse instituída pela ONU uma missão para investigar as violações aos Direitos Humanos no Sudão do Sul, concretizadas por ambos os lados em conflito (Omwenga, 2018). Segundo Virk & Ngange (2016: 23), o processo que levou à assinatura do acordo de paz no Sudão do Sul, em 2015, foi um processo maioritariamente dirigido às elites do país, fator que os autores consideram estar espelhado nos termos do referido acordo. Da mesma forma, apontam para a ausência da participação da sociedade civil no processo como um indicador de uma visão retrógrada que considera que os civis são vítimas e

devem ser compensadas pelos danos sofridos, não reconhecendo nestes o direito ou a capacidade para participar na construção do Estado.

No início de 2016, sob o olhar atento dos sudaneses e do mundo, Kiir chama Machar para ocupar novamente o cargo de Vice-Presidente, cumprindo com uma das recomendações da retificação do acordo de paz nos meses anteriores (Omwenga, 2018). Esta tentativa de reintegração não altera, no entanto, os pontos de divergência entre os dois políticos e os seus grupos de apoio, o que suscitou uma nova onda de revolta que desencadeou, em julho, um surto de violência de quatro dias na capital do país, tendo inclusive afetado as bases da Missão de Paz das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (Omwenga, 2018). Nesse mês, Machar é novamente destituído e exila-se na República Democrática do Congo após uma tentativa de assassinato (Omwenga, 2018). Taban Deng Gai, ministro de minas e negociador-chefe dos rebeldes, assume o cargo de Vice-Presidente e Kiir tenta equilibrar a instabilidade política e a aversão de que é alvo por parte dos seus opositores (Omwenga, 2018). A situação acabou por fazer com que a União Africana autorizasse o envio de tropas regionais, tendo estas um mandato mais forte para impor a paz, ainda que o governo sul-sudanês não se mostrasse a favor desse envio (BBC News, 2018). O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou o envio de uma força de proteção de mil militares, exigindo a Kiir que pusesse fim às limitações que impunha à ação dos *peacekeepers* no território, ameaçando um embargo de armas (Omwenga, 2018).

Em setembro, Machar propôs-se retornar ao país para retomar o processo de paz, ameaçando para o risco de um genocídio no Sudão do Sul caso não fosse reinserido numa posição do governo aquando o seu regresso (BBC News, 2018). A sua proposta não foi bem aceite por Kiir que comunicou que apenas aceitaria o seu regresso e possíveis negociações para a paz se Machar se assumisse nacionalmente enquanto civil e sem participação política. As ameaças latentes no discurso dos dois adversários incitavam à violência e ao ódio entre os grupos étnicos representados por Kiir e Machar, os Dinka e os Nuer respetivamente. A situação levou a que a ONU considerasse que estaria a ocorrer uma limpeza étnica no Sudão do Sul, próxima de um genocídio, contrapondo o argumento das partes que defendiam que as mortes apenas ocorreriam entre rebeldes e governo (Omwenga, 2018). Com a continuação dos confrontos e elevado número de mortes civis, a UNMISS foi criticada por não conseguir lidar com a situação no que diz respeito à proteção do sul-sudaneses, o que levou a que esta Organização demitisse o comandante queniano que chefiava a missão de manutenção da paz no Sudão do Sul, pela incapacidade de proteger os civis nos ataques que ocorriam em Juba e no restante território nacional (BBC, 2018). Na sequência desta resolução, o Quênia retira as suas tropas da missão

de manutenção da paz, em novembro de 2016, sendo de certo modo substituídas pelas forças de paz japonesas que chegam ao Sudão do Sul no final do ano (BBC News, 2018).

Os relatos de sequestros, assaltos e violência sexual no país foram crescendo, com o exército do governo a ser apontado como o principal percussor e ainda assim saindo impune (Omwenga, 2017). Em fevereiro de 2017, um general sul-sudanês pediu a demissão colocando a exposto o favoritismo étnico dentro do Exército e o abuso de poder e terror que os soldados, maioritariamente de origem Dinka, exerciam contra civis, cometendo crimes de guerra sem qualquer reconhecimento de tal ou punição (BBC News, 2018). Desencadeando a demissão de outros militares, o movimento levou a que fosse constituído um novo grupo contra o governo do Sudão do Sul - a Frente de Salvação Nacional – que visava a normalização da situação do país. Os confrontos entre as partes tiveram continuidade nos meses que se seguiram, levando a ONU a classificar o Sudão do Sul como um dos quatro países (além do Iémen, Iraque e Síria) no nível 3 (nível máximo) de emergência humanitária. Evidência deste cenário, são os cerca de 2.5 milhões de sudaneses que deixaram as suas casas, 1.6 milhões de deslocados internos e 830.000 refugiados.

Em maio de 2017, o Presidente Kiir declarou o cessar-fogo unilateral numa tentativa de lançar o diálogo nacional e as negociações para a paz. Um ano mais tarde, em setembro de 2018, é assinado o mais recente de uma série de acordos para a paz no Sudão do Sul que prevê, uma vez mais, a partilha de poder da administração do governo com Machar e outros grupos da oposição (BBC News, 2018). Numa cimeira organizada pelos chefes de Estado da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) – organismo que supervisiona o processo de paz - os dois rivais concordaram em formar um governo de transição de unidade nacional que contará com o contributo de Machar como um dos 5 vice-presidentes do país. O Pacto inclui dois documentos principais: o protocolo sobre os assuntos de segurança nacional e o compromisso de partilha de poder político, a parte principal do acordo. Neste está também previsto o cessar-fogo durante um período transitório de oito meses, posterior ao qual se deverá constituir o novo governo de unidade nacional, legítimo durante três anos e daí para a frente sujeito à realização de eleições democráticas. Adicionalmente, ficou acordada a constituição de um parlamento com 550 membros distribuídos respetivamente pelas seguintes fações: 332 lugares – pró-governo, 128 lugares pró-Machar, 80 lugares afetos a outros grupos opositores e 10 lugares para representantes do grupo opositor dos antigos presos políticos. É ainda estipulada a entrega de armas por parte do Exército e dos rebeldes, bem como a criação de um Conselho de Defesa conjunto que integre líderes militares dos dois lados e seja supervisionado por um comité composto por entidades terceiras, mais concretamente o Uganda e o Sudão por serem

países que participaram na mediação da ratificação do acordo de paz no Sudão do Sul (BBC News, 2018).

Permanecem, no entanto, questões sérias sobre a possibilidade de sucesso do novo acordo de paz, uma vez que este assume a forma de um “acordo revitalizado”, isto é, a reciclagem do acordo de paz de 2015 que acabou por ser violado poucas semanas depois da sua assinatura (BBC News, 2018). Apesar de tudo, o acordo atual tem menos mecanismos de prestação de contas, provisões limitadas para desarmamento e desmobilização de grupos armados e nenhum plano de reintegração nacional, ao qual se soma o facto de não estar previsto nenhuma penalidade para o grupo que não cumprir a sua parte. A maior preocupação, no entanto, é que o novo acordo de paz não parece abordar as disputas relacionadas com a partilha de poder dentro do SPLM – a causa que está na raiz do problema.

Desde setembro de 2018, data da assinatura do último acordo de paz, o Sudão do Sul tem vivido um clima de relativa harmonia, apesar de ambas as partes terem já desrespeitado alguns dos prazos-chave definidos no acordo (Reuters News, 2019). Pouco progresso foi conseguido em matéria de integração do governo e das forças rebeldes pelo que, findo o prazo proposto para a constituição do Governo de União no Sudão do Sul, previsto para maio de 2019, Kiir apelou à extensão do prazo por mais um ano, pedido que foi aprovado pelo Comité internacional de supervisão do processo de paz, embora ratificado sob os termos de Machar que concordou com a necessidade de se estender o prazo para a constituição do novo governo, mas por um período de seis meses apenas. Segundo Kiir, o governo não conseguiu desarmar, abrigar, treinar e integrar as várias forças do Sudão do Sul nos oito meses previstos inicialmente. Aproveitando o período de relativa estabilidade armada, o governo tem apostado na produção de petróleo para fazer crescer as suas receitas, não obstante os números que resultaram dos cinco anos de conflito: cerca de 300 mil mortos, 100 mil pessoas a passar fome, uma inflação de 800% ao ano e graves violações dos Direitos Humanos.

O acordo de paz assinado em 2018 trouxe uma esperança renovada aos sul sudaneses, quanto à constituição de uma paz social duradoura e da estabilidade económica. Segundo estimativas do FMI, o PIB contraiu cerca de -3,2% em 2018, após ter contraído -5,2% no ano anterior, valores suportados, em parte, pela ligeira recuperação nos preços globais do petróleo e no consumo público (Groupe Société Générale, 2019). O relatório publicado pelo African Development Bank Group (AFDB) refere que o aumento do imposto da renda, a elevada inflação, os conflitos internos, as interrupções na produção de petróleo, a queda dos preços do petróleo e a fraca produção agrícola foram os principais fatores que motivaram a queda do PIB, levando a que o país contraísse uma dívida pública correspondente a um valor estimado em 43,7% do PIB em

2018 (AFDB, 2018). É, por isso, urgente proceder às reformas necessárias para restabelecer a estabilidade e a credibilidade económica do país. O Sudão do Sul encontra-se numa situação de reconstrução urgente, devendo, para tal, ser implementadas medidas que permitam restaurar a disciplina orçamental do país, fortalecer a gestão e a transparência da exploração, produção e comércio do petróleo, aplicar prioridades rigorosas aos gastos públicos e normalizar o mercado de câmbio (UNCTAD, 2019). Neste âmbito, o acordo de paz em setembro, levou a que o país abrisse quatro passagens na fronteira com o Sudão, o que permitirá aumentar o tráfego comercial e consequentemente revitalizar a economia nacional.

De referir, no entanto, que o governo do Movimento de Libertação do Povo do Sudão não chegou ainda a fazer a transição de um movimento de libertação para um regime com órgãos de governo estatais adequados e funcionais, reforçando o poder de grupos militares que dominam, por isso, a política sem estruturas civis legítimas de segurança (UNCTAD, 2019).

Sendo este o atual contexto do Sudão do Sul, o país enfrenta a desconfiança e o ceticismo dos agentes internacionais na medida em que se espera que o novo acordo de paz seja quebrado a qualquer momento (Reuters News, 2019). Em primeiro lugar porque, num país com o historial de guerra do Sudão do Sul, onde existe uma cultura enraizada (fruto de largas décadas de conflito armado) que relaciona o poder militar ao controlo político, haverá à partida uma maior resistência por parte dos sudaneses em compreender que estas duas dimensões devem distinguir-se entre si. Em segundo lugar, porque embora Kiir e Machar estejam de acordo quanto à constituição de um governo partilhado, o mesmo não se pode afirmar quanto à distribuição dos cargos, nível de representatividade de cada etnia e proposta de política pública, questões que se têm revelado, desde 2013, motivo de discórdia e reincidência de conflitos armados. Outro aspeto que pode inviabilizar o caminho para a paz é a interferência do Sudão e do Uganda em lados opostos do conflito (CIA World FactBook, 2019). Sabe-se que Omar al-Bashir, presidente do Sudão entre junho de 1989 e abril de 2019, e o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, têm um histórico de apoio à guerra no Sudão do Sul, tendo-se descoberto recentemente que, apesar do embargo de armas imposto pela ONU ao Sudão do Sul, estas continuaram a chegar ao país através do Uganda (CIA World FactBook, 2019). Por outro lado, o Presidente al-Bashir é publicamente conhecido por apoiar diversos generais rebeldes de Machar (Reuters News, 2019).

Em quarto lugar, também as vastas reservas de petróleo alimentam internamente as crescentes tensões étnicas, sendo estas um reconhecido obstáculo à paz sustentável (Reuters News, 2019). Segundo Andrew Tchic (2019), enquanto os acordos de paz derem maior enfoque à partilha de poder do que à distribuição equitativa de recursos pelos grupos étnicos, estes continuarão a

falhar, como Tchie acredita que seja o caso do mais recente acordo de paz ratificado em setembro de 2018. Por último, dificultando a sua missão, o novo acordo de paz não prevê mecanismos de monitoramento e fiscalização para controlar a prestação do novo governo de unidade nacional. O acordo dá liberdade às partes para se auto-monitorizarem, o que limita o apoio da União Africana e da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) ao cessar-fogo. Embora suscetíveis de serem controlados, estes são aspetos que desafiam a fase de provisório planeamento e constituição do novo governo central no Sudão do Sul. Segundo o autor para que o acordo seja bem-sucedido, o governo e os seus parceiros devem adotar estratégias para o desenvolvimento económico e social do país, bem como de criação de uma paz sustentável. Isto exigirá o apoio da comunidade internacional em matéria de fortalecimento da coesão social, manutenção da estabilidade para o período eleitoral e implementação de mecanismos de monitoramento externo (Tchie, 2019). Também a comunidade internacional será necessária nesta fase de reconstrução do Sudão do Sul para garantir o apoio técnico às estruturas locais e reconstrução das instituições no terreno, promovendo outras fontes de receita e desenvolvimento económico do país para além do petróleo. Para o investigador, para garantir a construção da paz no Sudão do Sul, é crucial criar um novo exército nacional e reformular antigos rebeldes como forças militares imparciais a questões relacionadas com tensões étnicas, divisão de lealdade ou posições de poder pela hostilidade. A paz só será possível mediante mudanças estruturais que reformem as estruturas de poder militar e político no Sudão e deem voz aos sudaneses civis numa tentativa de liderança representativa e orientada para a construção de um Sudão do Sul unido e consequentemente próspero (Tchie, 2019).

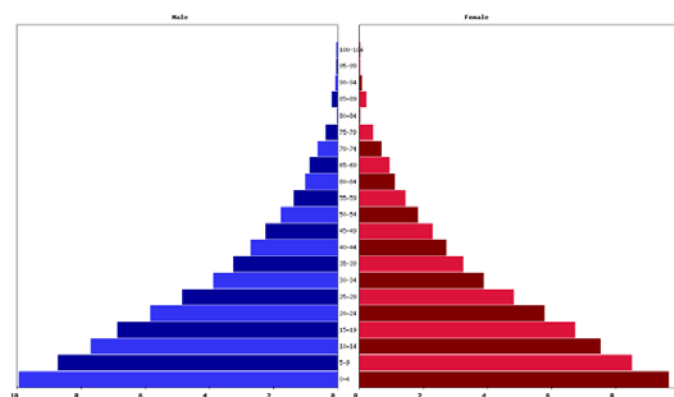
Apesar do esforço político visível para unir o país, por exemplo, com o slogan “*One People, One Nation*”, a unidade civil não pode ser imposta à população, devendo antes ser construída pelas bases, pelos diferentes grupos sociais e culturais e transformando o processo de paz política num processo socialmente fundamentado, participado e apropriado. Como tal, e perante o que tem vindo a ser desenvolvido no presente trabalho, é necessário que o processo de reconstrução e de paz sustentável no Sudão do Sul, reflita uma abordagem abrangente, holística e sistémica que inclua os diversos atores da esfera nacional na tomada de decisões políticas e sociais e na responsabilização pelos diversos domínios da vida em sociedade. A construção da paz leva tempo, pelo que o envolvimento dos locais no processo é crucial para uma paz autónoma e sustentável.

#### 4.4.1. Enquadramento sociodemográfico e económico

O Sudão do Sul é um país com um território que se estende por 6018 km de terra, fazendo fronteira com a República Central Africana, a República Democrática do Congo, a Etiópia, o Quênia, o Sudão e o Uganda.

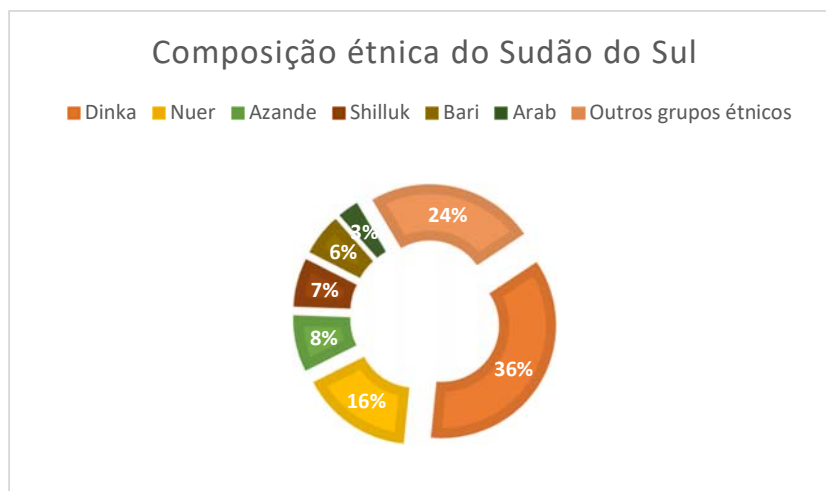


**Figura 5** - Distribuição geográfica Sudão do Sul (fonte: retirado de <http://www.africa-turismo.com/sudao/mapa-sudao-sul.htm>, em setembro 2019)



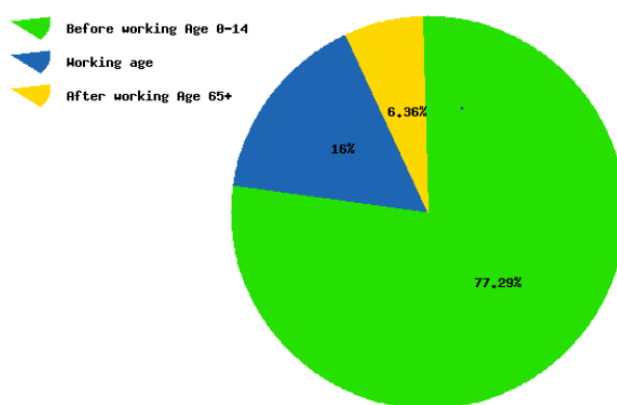
**Figura 4** - Pirâmide etária do Sudão do Sul (fonte: retirado de <https://www.livepopulation.com/country/south-sudan.html>, em setembro 2019)

Na sua extensão, o país acolhe cerca de 10 milhões e meio de habitantes, distribuídos por 28 estados e uma estimativa de 18 grupos étnicos, entre os principais: os Dinka (36% da população) e os Nuer (16% da população).



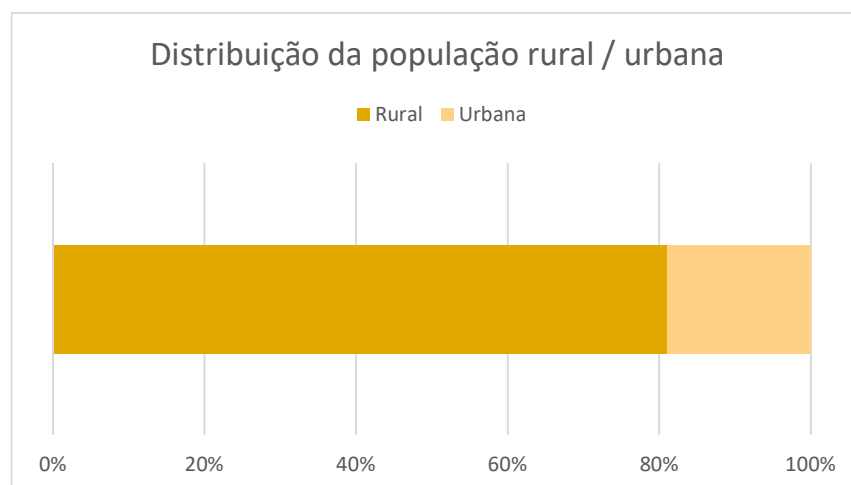
**Gráfico 1** - Composição étnica do Sudão do Sul (fonte: CIA World FactBook, 2019)

A língua oficial é o inglês, herdada pelos sul-sudaneses no tempo da colonização, assim como a religião cristã que é a mais praticada no Sudão do Sul, seguindo-se a prática animista. Pela longa história de conflitos armados e guerra civil, o Sudão do Sul é um dos países mais pobres do mundo, apresentando-se entre os mais baixos a nível de desenvolvimento socioeconómico, com um PIB per capita de estimadamente 234.34 USD, em 2017, face a um PIB per capita médio da África Sub-Sahariana de 4,003.73 USD no mesmo ano (The World Bank, 2017). Mais ainda, o país revela um elevado índice de dependência - o qual ilustra a relação entre a população jovem e a população idosa face à população em idade ativa, permitindo quantificar a pressão sobre a população produtiva do país - distribuído pelos seguintes grupos etários:



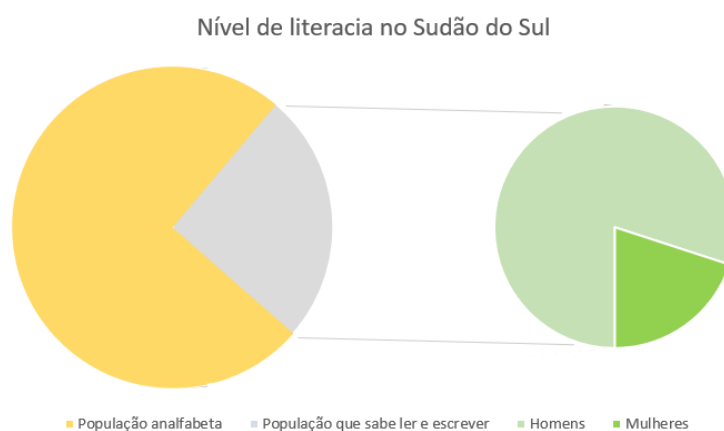
**Gráfico 2** - Índice de dependência no Sudão do Sul (fonte: retirado de <https://www.livepopulation.com/country/south-sudan.html>, em setembro 2019)

Os problemas são exacerbados pelas contínuas tensões com o Sudão sobre as receitas do petróleo e as fronteiras terrestres, a luta entre as forças do governo e os grupos rebeldes e a violência inter-comunal. Cerca de 80% da população vive em áreas rurais, sendo que a subsistência da maioria dos sul-sudaneses provém da agricultura, com números mais reduzidos a sobreviver da pecuária (UNICEF, 2016).



**Gráfico 3** - Distribuição da população rural vs urbana (fonte: CIA World FactBook, 2019)

A taxa de mortalidade materna está entre as mais altas do mundo face às consequências de décadas de guerra civil, entre as principais: falta de serviços sanitários e profissionais de saúde; infraestrutura deficiente; fracas vias de comunicação e transporte entre regiões; tradições e crenças culturais que promovem a maternidade precoce e sem assistência médica (UNICEF, 2018). O nível de educação no país é extremamente pobre com menos de um terço da população alfabetizada (a taxa é ainda menor no caso das mulheres) (CIA World FactBook, 2019). Segundo o último relatório da UNICEF (2018), 85% da população não sabe ler e mais de metade vive abaixo da linha de pobreza. No contexto do conflito armado, da migração forçada de um elevado número de sul sudaneses e da deterioração da economia nacional, a taxa de abandono escolar aumentou, atingindo os valores mais elevados a nível mundial: em 2018, cerca de 72% das crianças em idade primária não estavam inscritas na escola.

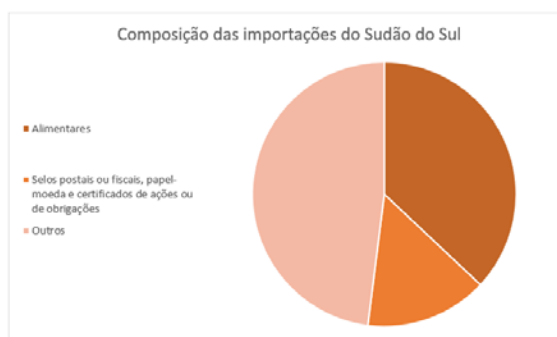


**Gráfico 4** - Nível de literacia no Sudão do Sul (fonte: CIA WorldFactbook, 2019; Groupe Société Générale, 2019)

Esta situação é premente e resulta da falta de infraestruturas, recursos e migrações provocadas pelos anos de violência armada (UNICEF, 2018). Segundo os dados divulgados pela CIA (2019), quase dois milhões de sul-sudaneses se refugiaram nos países vizinhos desde o início do conflito em 2013, estando outros milhões deslocados internamente. A crise humanitária e a reintegração de emigrantes e deslocados no país, são um dos principais desafios atuais do Sudão do Sul (UNICEF, 2018). Neste contexto, o Sudão do Sul enfrenta desafios de longo prazo complexos, nos quais se incluem: a erradicação da corrupção no setor público, a melhoria da produtividade agrícola, o alívio da pobreza e do desemprego, o controlo da inflação, a melhoria das receitas do governo, a constituição de regras que pautem os negócios e a melhoria da transparência fiscal – particularmente no que diz respeito às receitas do petróleo, que representam, tal como é possível consultar nos gráficos infra, a principal fonte de rendimento nacional (USAID, 2019).



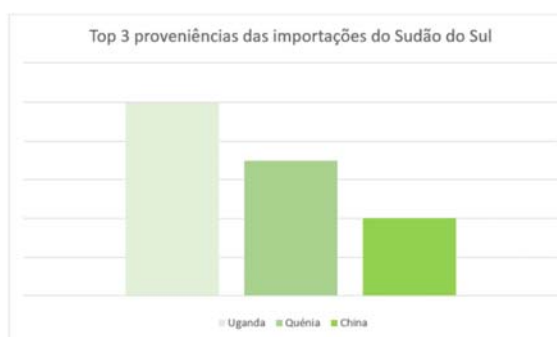
**Gráfico 7** - Composição das exportações do Sudão do Sul (fonte: Observatory of Economic Complexity, 2018)



**Gráfico 8** - Composição das importações do Sudão do Sul (fonte: Observatory of Economic Complexity, 2018)



**Gráfico 5** - Top 3 destinos das exportações do Sudão do Sul (fonte: Observatory of Economic Complexity, 2018)



**Gráfico 6** - Top 3 proveniências das importações do Sudão do Sul (fonte: Observatory of Economic Complexity, 2018)

#### 4.4.2. Internacionalização do conflito

Este capítulo visa apresentar, brevemente, o contributo da comunidade internacional na resolução da crise humanitária do Sudão do Sul e promoção de medidas para a construção da paz no país. O conflito entre Salva Kiir e Riek Machar absorveu diversos atores da comunidade internacional, incluindo as atuais duas principais potências: Estados Unidos da América e China (Garang, 2015). Estendeu-se também a organizações internacionais intergovernamentais, como as Nações Unidas e a União Europeia, bem como atores regionais, cujo apoio foi liderado sob a égide da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e da União Africana (AU) (Reuters News, 2019). Olhando para o percurso histórico do Sudão do Sul, torna-se claro que o país não é capaz de implementar as reformas necessárias para a construção da paz sem que tenha o *backup* e a imposição de medidas concretas por parte de entidades terceiras de controle e regulamentação internacional. Neste contexto, a comunidade internacional é frequentemente vista como a terceira força em combate que visa amortecer e equilibrar os confrontos entre as forças do governo e as forças da oposição. Embora estes atores sejam necessários e centrais na resolução do impasse político no Sudão do Sul, o seu envolvimento é frequentemente motivado por interesses económicos e políticos, no caso do Sudão do Sul relacionados com a riqueza em petróleo e outros recursos naturais presentes no seu território. Ao longo dos anos de conflito, a interferência de outros países tem-se assumido principalmente na forma de (1) esforços para a paz e segurança nacional, através de ações de mediação e missões de manutenção da paz, (2) missões humanitárias para combater a fome, a propagação de doenças e prestar apoio aos deslocados da guerra e (3) doações monetárias através da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento cujo fim último passa pelo alívio da pobreza a longo prazo (Tchie, 2019).

Posto isto, o presente capítulo expressa a internacionalização do conflito civil do Sudão do Sul a partir de uma análise que distingue e caracteriza a intervenção de organizações internacionais e entidades intergovernamentais, da intervenção das duas grandes potências mundiais, EUA e China, e dos Estados vizinhos e outros atores regionais, respetivamente. Neste sentido, os atores externos mais proeminentes, segundo Tchie (2019), incluíram a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a União Africana (AU). A IGAD é uma organização económica e de integração da África Oriental, que visa o desenvolvimento e integração económica dos países-membros através da promoção do comércio intra-IGAD, do desenvolvimento de infraestruturas e da aplicação de medidas de segurança alimentar. O Sudão do Sul é um dos países-membros, fazendo-se acompanhar do Sudão, Somália, Uganda, Quênia,

Étiopa, Jibuti e Eritreia (IGAD information sheet, 2016). No início de 2013, muito embora as inúmeras condições que se desenrolavam no Sudão do Sul faziam prever o desfecho violento que se seguiu, nessa altura a IGAD pouco fez para intervir preventivamente no contexto nacional apesar dos avisos prévios divulgados pelo CEWARN (Conflict Early Warning and Response Mechanism - IGAD) e pelo MSU (Management Support Unit - ONU) (Garang, 2015). O conflito no Sudão do Sul apresenta-se como um caso particular na história da intervenção da IGAD, na medida em que esta entidade exerceu um papel importante no rumo da história do Sudão do Sul, tanto no período de guerra civil do Sudão, no qual alguns dos membros da IGAD (Eritreia, Etiópia e Uganda) apoiaram publicamente o movimento do SPLM/A como, mais tarde, no processo de mediação e constituição do CPA, em 2005, no qual teve um papel crucial na inclusão de uma cláusula que previsse o Direito da Autodeterminação à região Sul do Sudão (Garang, 2015).

Em dezembro de 2013, o IGAD tentou aplicar medidas de diplomacia preventiva para conter a violência, mas esta já tinha escalado e a sua intervenção acusou-se atrasada. Não tendo cumprindo a sua função de *advocacy* e prevenção do conflito, a IGAD passou a assumir o papel de principal pacificador, tendo estabelecido emissários para mediar as conversações em Adis Abeba (Tchie, 2019). Com o apoio militar do Uganda aos rebeldes e a Machar, a IGAD viu-se obrigada a adotar posições de maior neutralidade com medo de ver a sua imparcialidade questionada, tendo chegado a excluir a representação do Uganda dos acordos de nomeação de militares representantes para o Mecanismo de Monitorização e verificação sob a sua gestão (Garang, 2015). Individualmente, também os países da IGAD desempenharam um papel significativo na mediação da crise em curso no Sudão do Sul. A Etiópia, o Uganda e o Quênia demonstraram o seu compromisso para com a construção da paz no país e na região, tendo-se disponibilizado para hospedar os refugiados do Sudão do Sul (Tchie, 2019). Entre outros, o principal contributo da IGAD residiu na sua força de mediação, promoção da negociação entre as partes e aplicação de medidas de acolhimento e apoio aos sul-sudaneses deslocados.

De forma articulada com a intervenção da IGAD, esteve a intervenção da União Africana (AU), a organização internacional que promove a integração entre os 55 países do continente africano (IGAD information sheet, 2016). A proximidade dos países-membros do IGAD deu a esta entidade a vantagem de liderar a mediação do processo para a paz no Sudão do Sul, no entanto, a AU assumiu o papel de apropriação e gestão macro do conflito, tendo ficado responsável pela mediação e controlo da ingerência internacional no Sudão do Sul, bem como reportar interna e internacionalmente a execução de investigações em matérias de Justiça, corrupção e alegadas atrocidades e violações de Direitos Humanos no Sudão do Sul (Tchie, 2019). A

responsabilidade global da AU em questões de paz e segurança em África, depende da intervenção da IGAD e do reporte que esta organização faz ao Conselho de Paz e Segurança da AU a cerca dos progressos, obstáculos e desafios que a IGAD encontra no território enquanto uma das entidades REC (Regional Economic Communities) do continente africano (Garang, 2015). A AU encoraja a resolução dos problemas no continente africano através do seu mecanismo de intervenção (Garang, 2015). No caso do Sudão do Sul, esta entidade recorreu à IGAD no sentido de ser esta última a responsável por gerir o processo de mediação no terreno e reportar, em última instância, à AU como entidade de liderança e promotora do processo de intervenção no Sudão do Sul. No entanto, com o crescente desconforto da presença da IGAD no terreno, fruto da deterioração do conflito e do contexto de pobreza e emergência humanitária, a AU apelou ao reforço do papel da IGAD que constituiu uma nova versão da sua intervenção através da “IGAD plus” a partir do qual as cinco regiões de África passaram a ser representadas pela decisão do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (AUPSC) e de outros parceiros como a Troika e a China (Tchie, 2019).

A Troika emergiu no contexto do Sudão do Sul como uma parceria entre a Noruega, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos para relançar as negociações de paz no Sudão do Sul e prestar apoio aos primeiros esforços da IGAD no país (Ruey, 2017). Os três países assumiram um papel instrumental nas iniciativas de construção da paz implementadas pelo IGAD e pela ONU no Sudão do Sul, exercendo pressão para a estabilidade política no país e promovendo vários momentos de negociação e encontros entre as partes em oposição desde 2013 (Ruey, 2017). A presença do Reino Unido no Sudão do Sul, apesar dos interesses económicos que continuam a subsistir por parte dos ingleses relativamente à antiga colónia, tem-se mantido na retaguarda alinhada com a política externa dos EUA. Este último, por seu lado, tem desempenhado um papel vital na supervisão do compromisso do governo central do Sudão do Sul para a implementação das premissas ratificadas no acordo de paz, fazendo uso do seu poder (juntamente com a ONU) para aplicar as sanções previstas para os responsáveis das guerras no país (Ruey, 2017). A Noruega, por sua vez, intervém no terreno através de ONGs norueguesas que estabeleceram projetos no país durante os anos da guerra civil, mais concretamente a Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA) e a Ajuda Popular da Noruega (NPA) que em conjunto com o Conselho Norueguês dos Refugiados (NRC) têm estado na primeira linha de auxílio aos deslocados e refugiados de guerra (Tchie, 2019).

Os esforços da Troika para impulsionar o processo de mediação no conflito do Sudão do Sul, resultaram até agora na imposição de sanções para alguns militares do Exército sul-sudanês com vista à aplicação de mudanças que possibilitem a partilha de poder entre os líderes do país,

bem como a extinção dos confrontos armados entre governo e rebeldes (Ruey, 2017). A força da Troika reside na sua natureza participada e integrada que soma o poder dos seus três membros: o Reino Unido enquanto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e antiga potência colonial com fortes interesses no Sudão do Sul; a Noruega com o seu input em matéria de liderança no desenvolvimento de processos de reconstrução nacional e de reconciliação; e os Estados Unidos, também como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e enquanto principal potência mundial (Ruey, 2017).

A Organização das Nações Unidas é também considerada uma organização instrumental pelo seu papel de intervenção humanitária, advocacy, investigação, promoção dos Direitos Humanos e apoio na mediação de conflitos e construção da paz (UNICEF, 2016). O seu papel no Sudão do Sul materializa-se na ação local levada a cabo pela missão por si implementada no Sudão do Sul, a United Nations Mission in South Sudan (UNMISS) (Ruey, 2017). Entre outros, a UNMISS tem como principais objetivos: o monitoramento de abusos e violações dos Direitos Humanos; a criação de um ambiente propício ao trabalho humanitário; o apoio à implementação do acordo sobre a resolução do conflito e construção da paz (UN Security Council Resolution, 2019). Uma das críticas de que a ONU é alvo, no âmbito da sua intervenção no conflito do Sudão do Sul, refere-se ao facto de a agência não definir como prioridade no seu plano de intervenção o envolvimento da sociedade civil no processo. O Plano de Consolidação da Paz das Nações Unidas, por exemplo, assume as prioridades da comunidade internacional para o Sudão do Sul como propriedade nacional, negligenciando o envolvimento local como uma dimensão chave na construção de políticas de paz que visem as questões internas de forma participada e apropriada. Esta situação leva a que o país viva o desafio da paz e da reconstrução nacional de forma pouco consolidada com o contexto e sustentada, revivendo políticas de exclusão e discriminação *from above*. Independentemente da limitação identificada, o trabalho da ONU enquanto agente de liderança para a cooperação dos povos tem sido imprescindível no contexto do conflito armado do Sudão do Sul e processo de reconstrução nacional e implementação da paz (Tchie, 2019). Também a União Europeia tem desempenhado um papel fundamental, enviando delegados, financiando o processo de paz e apoiando de forma próxima e frequente a missão das Nações Unidas no terreno (Un Security Council, 2019).

Para além das entidades e atores externos já identificados, também a China e os EUA têm assumido uma posição fundamental no processo de mediação e *peacebuilding* no contexto do conflito civil do Sudão do Sul. A China surge como um ator inesperado, uma vez que a sua contribuição vem contradizer a doutrina tradicional de Pequim e a política de não interferência nos assuntos internos de países estrangeiros (Ruey, 2017). A sua participação no movimento de

interferência internacional no Sudão do Sul tem-se revelado na forma de várias iniciativas diplomáticas e de manutenção da paz (Ruey, 2017). Para Ruey (2017) o envolvimento da China tem sido impulsionado pelos enormes interesses económicos que o país tem no Sudão do Sul, em particular no setor petrolífero. O seu envolvimento não deixa, por isso, de ser estratégico por duas razões: (1) a riqueza do Sudão do Sul em petróleo e outros recursos naturais e (2) a sua localização geográfica no leste do continente africano. Ora, o primeiro fator está relacionado com a estratégia da China em África, que se tem pautado pela sua disposição em arriscar estabelecer relações comerciais com países considerados “instáveis” pelas empresas ocidentais (Zhao, 2015). Concretamente, o contexto da guerra civil do Sudão do Sul tem levado a um desinvestimento ocidental generalizado no país, contribuindo para a fragilização da sua economia e consequente processo de *peacebuilding*. A China, no entanto, tem-se mantido fiel às suas relações com o Sudão do Sul, tendo em conta que este é um território de enorme interesse económico e estratégico para o país. Cerca de 80% das exportações de petróleo do Sudão do Sul são destinados à China, ainda que a importação de petróleo do Sudão do Sul apenas constitua 5% das importações de petróleo pela China, o que a torna no maior investidor e principal importador de petróleo no Sudão do Sul (Bodetti, 2019).

Com o estabelecimento da China National Petroleum Corporation (CNPC), em Juba, o país tem garantido a sua posição de liderança na comercialização de petróleo no Sudão do Sul, reforçando deste modo a sua posição em matéria de política externa, no continente africano e fazendo frente aos EUA. A sua posição tem, no entanto, sido considerada controversa, com as forças militares da China no Sudão do Sul a ocupar os campos de petróleo dos estados de Unity e Upper Nile. Se por um lado a guerra civil permitiu que a China pudesse “explorar” as reservas de petróleo do país sem a interferência e competição de países terceiros, por receio destes face ao risco inerente ao contexto de conflito armado, por outro lado, este tem trazido à China alguns dilemas económicos e militares, fruto da redução da extração de petróleo e insegurança para os soldados e funcionários chineses da CNPC, respetivamente (Zhao, 2015).

O segundo fator prende-se com questões que vão além do investimento económico no setor petrolífero sul sudanês, e que antes se relacionam com a posição estratégica do país enquanto possível veículo para a expansão da China na região da África Oriental (Ruey, 2017). Este é um fator especialmente importante para a China, não apenas porque o Sudão do Sul apresenta um setor petrolífero mais rico e desenvolvido mas, e sobretudo, se tivermos em consideração que a China tem investido economicamente nos países vizinhos do Sudão do Sul, nomeadamente, Uganda, Quênia e Etiópia nos setores de fabrico, infraestruturas e construção de ferrovias. Neste âmbito, importa à China controlar o conflito armado no Sudão do Sul não

apenas para proteger os seus interesses económicos no país, mas também nos países vizinhos e a sua posição na região da África Oriental. É portanto neste contexto que Zhao (2015) descreve a intervenção da China no Sudão do Sul como fazendo parte da sua estratégia de afirmação internacional. Para o autor, a posição chinesa atual no Sudão do Sul assenta numa estratégia de longo prazo que tem em vista o posicionamento de empresas chinesas no Sudão do Sul para o desenvolvimento de novos campos de petróleo no país. Esta potência mundial tem enviado anualmente centenas de militares pacificadores como parte da missão das Nações Unidas no Sudão do Sul, tendo contribuído com um destacamento total de 1054 *peacekeepers*, contabilizados ao ano de 2019 (Bodetti, 2019).

Por sua vez, os Estados Unidos da América têm um histórico de envolvimento nas guerras civis do Sudão do Sul que remonta ao tempo da pré-independência (Ruey, 2017). No contexto do conflito entre Kiir e Machar, os EUA apoiaram o processo de mediação liderado pela IGAD que levou à assinatura de um acordo de paz em 2015 (Omwenga, 2018). Adicionalmente, tem sido um dos principais países a contribuir para a prestação de ajuda humanitária aos cidadãos sul-sudaneses deslocados pela guerra, tendo investido mais de 720 milhões de dólares na ajuda aos refugiados em 2016 (Ruey, 2017). O seu papel tem sido reforçado pelo apoio que presta ao país também através do grupo Troika, no entanto tem havido algumas reservas sobre o papel proeminente dos EUA no Sudão do Sul, com alguns investigadores a justificarem a sua conduta como estratégia de rivalidade com a China (Ruey, 2017). Como mencionado nos parágrafos anteriores, a China tem investido fortemente no setor do petróleo no Sudão do Sul e a sua participação no contexto nacional parece ameaçar a posição dos EUA no país, levando a uma “disputa” internacional pela região do Sudão do Sul, liderada essencialmente pela China, através do controle da exploração petrolífera, e pelos EUA, pela sua influência política.

Para além destas duas potências, o conflito armado no Sudão do Sul tem contado com a intervenção dos países vizinhos da região, como tem vindo a ser referido ao longo do presente capítulo, sendo especialmente importante debruçar-nos sobre a posição do Uganda e do Sudão na guerra civil. A guerra civil agravou o contexto económico do Sudão do Sul, levando a um fluxo de refugiados e migração para os países vizinhos, a uma enorme inflação e à redução das importações e exportações do país, cujos efeitos se fazem sentir sobretudo no Sudão do Sul mas também nos países vizinhos como parte da região (Nicolaisen et al., 2015). Concretamente, o Uganda tem intervindo no conflito armado através da provisão de armas a grupos rebeldes e pela intervenção militar. Nos primeiros meses do conflito, o Governo do Sudão do Sul solicitou o apoio do Uganda, através das suas Forças de Defesa Popular (UPDF), para a proteção do aeroporto de Juba e apoio na evacuação de ugandenses do país (Rolandsen et al., 2015). O

Sudão, por seu lado, tem alimentado a guerra civil no Sudão do Sul, através do apoio público às forças rebeldes representantes de Machar (Mach, 2019). Contudo, a expulsão de al-Bashir do Governo do Sudão não foi bem recebida pelo Sudão do Sul, podendo mesmo limitar a implementação da paz no país, na medida em que o antigo presidente do Sudão desempenhou um papel crucial nas negociações para a paz em setembro de 2018. De referir, no entanto, que a posição do Sudão no contexto do conflito armado no Sudão do Sul é questionável, uma vez que os dois países contam com um histórico de desentendimentos recorrentes. Apesar das tensões que ainda hoje caracterizam os laços entre o Sudão e o Sudão do Sul, ambos os países beneficiam com o fim da guerra, tendo em conta que o seu desenvolvimento depende, em grande parte, dos lucros gerados pela atividade petrolífera (Mach, 2019).

Posto isto, não obstante os interesses que possam estar associados ao envolvimento dos diversos atores aqui referidos, o Sudão do Sul tem ganho recursos e modelos de atuação para a resolução das tensões nacionais, reformulação do governo e construção da paz (Tchie, 2019). Importa, no entanto, reconhecer que as abordagens de construção da paz adotadas pelos atores nacionais e regionais referidos neste capítulo, concentram-se, maioritariamente, na luta pelo poder político entre Kiir e Machar, constituindo-se por isso como inadequada para abordar os problemas estruturais do Sudão do Sul (Omwenga, 2018). Na génese desta questão está a valorização pessoal dos interesses de cada ator sob o interesse nacional do Sudão do Sul (Omwenga, 2018). O conflito contínuo no estado mais novo de África ameaça a segurança da região, ao mesmo tempo que consolida, internamente, dinâmicas de fragmentação social, pobreza e corrupção (Omwenga, 2018). No sentido mais amplo, o papel da comunidade internacional não só é importante como é necessário, pois possibilita a transferência de recursos políticos, económicos e a capacitação do país para reforçar o processo de negociação e reconstrução (Omwenga, 2018).

Atualmente, o Sudão do Sul está repartido por inúmeros grupos étnicos conflituosos que, mesmo que chegassem a um mútuo acordo, este podia não ser suficiente para garantir a paz (Omwenga, 2018). Uma solução duradoura para o conflito no Sudão do Sul exige a implementação de um processo holístico e sistémico que integre os atores da comunidade internacional num papel secundário, entregando assim o controle do processo a todos os sul-sudaneses (governo, militares, organizações locais, sociedade civil) envolvendo desta forma os diferentes grupos culturais e sociais do país na identificação das preocupações locais, das fontes de tensão e na construção de um caminho para a reconciliação e desenvolvimento, legitimando assim o processo de construção da paz (Omwenga, 2018).

#### **4.4.3. Organizações da sociedade civil e a sua contribuição para o processo de reconstrução nacional e de paz**

No Sudão do Sul, a Lei de Organizações Não Governamentais de 2016 reconhece e define a sociedade civil como uma organização não governamental e sem fins lucrativos que tem presença na vida pública, expressando os interesses e valores dos seus membros (e de outros) com base em considerações culturais, religiosas, científicas ou filantrópicas (Mohandis, 2018). Por seu lado, a Comissão da União Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos enquadra a sociedade civil no conjunto de associações independentes do Estado, sejam estas formalmente ou informalmente constituídas, e através das quais os cidadãos podem promover objetivos comuns, participar na vida política, social e cultural do país e representar os seus interesses em matérias de política pública (Mohandis, 2018). As duas definições reforçam-se e complementam-se, pois refletem dois elementos característicos da sociedade civil. Em primeiro lugar, o facto de a sociedade civil ser reconhecida como uma entidade, formal ou informal, independente do Estado, sem fins lucrativos e, subjacentemente, assumindo o lugar de uma ação pública voluntária. Em segundo lugar, ambas sugerem que o trabalho da sociedade civil se reflete, entre outros, essencialmente na promoção de um propósito comum, fomentando a participação do cidadão nos assuntos públicos e favorecendo, deste modo, a mudança e o desenvolvimento do país (Mohandis, 2018). Em suma, as organizações da sociedade civil têm o dever de desempenhar um papel construtivo na gestão das políticas públicas nacionais, contribuindo como tal para a promoção da paz e da estabilidade, para a proteção dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais e para a divulgação de informações e iniciativas de assistência humanitária e ação social (Paffenholz, 2015). O seu papel é especialmente importante em contextos de pós-conflito, como vimos nos primeiros capítulos do presente estudo, na medida em que organizações da sociedade civil mais facilmente estabelecem relação com as comunidades e com os grupos envolvidos no conflito. Como tal, num contexto em que o Estado é tido como corrupto e é descredibilizado pela população, como acontece no contexto do Sudão do Sul, as organizações da sociedade civil são vistas com respeito e apresentam-se à população como as entidades de primeira linha, permitindo uma interação privilegiada com a população, a projeção de medidas que vão ao encontro das suas necessidades e a coesão e reforço das relações inter-grupais.

Para O'Driscoll (2018), a sociedade civil africana é maioritariamente constituída por grupos de identidade religiosa ou étnica, incluindo formas tradicionais de organização social e de natureza indígena, revelando maior eficácia, em contexto de regimes autoritários, que as organizações

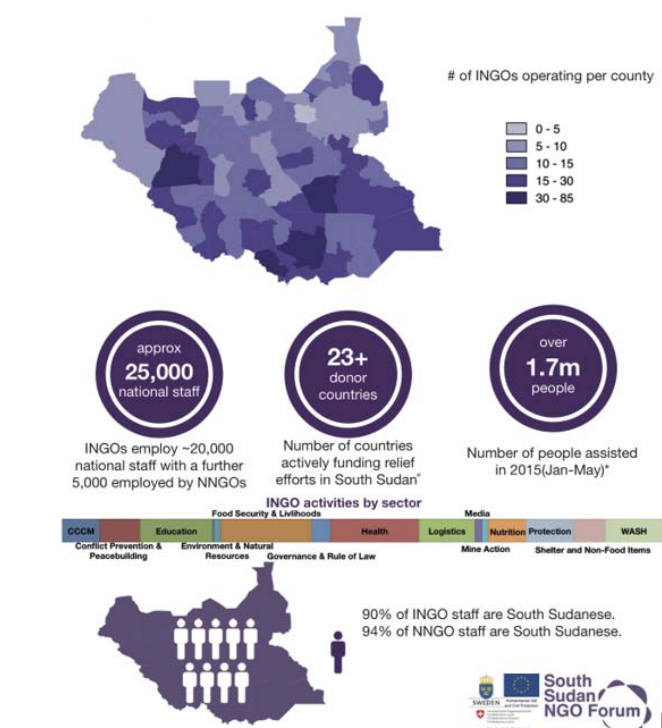
da sociedade civil consideradas “ocidentais”, essencialmente pelo maior potencial de mobilização e constituição de bases de apoio. No entanto, o autor refere que a conceção ocidental da sociedade civil é a dominante e a que caracteriza a realidade do sector no contexto africano, levando a que a sociedade civil africana seja consideravelmente constituída por organizações não-governamentais internacionais, acabando por excluir do processo os grupos de base comunitária e local, como os de representação religiosa, organizações profissionais e outras formas mais tradicionais da sociedade civil africana. A reforçar a exclusão dos agentes locais, subsiste o facto de os atores não estatais dos países africanos enfrentarem maiores provações nos processos de candidatura a medidas de financiamento e atribuição de apoios para a atividade das organizações e desenvolvimento das comunidades (O’Driscoll, 2018). Importa referir, no entanto, que a preocupação crescente do sector em garantir a sustentabilidade dos projetos e das organizações através do acesso a fontes de financiamento, deve também ter em consideração a vertente social da sustentabilidade, isto é, aquela que é garantida pela apropriação da população aos projetos e consequente liderança do papel da intervenção a médio e longo prazo.

No Sudão do Sul, no entanto, a compreensão internacional da sociedade civil tendeu a ignorar as instituições existentes no terreno, os chefes locais e as formas de autoridade tradicional, referindo-se a esta como uma lacuna que precisava de ser resolvida através da ingerência internacional para a criação e fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) no país (Virk & Nganje, 2016: 10). Desde 2005 que a natureza da sociedade civil do Sudão do Sul é moldada, sobretudo, por entidades doadoras ocidentais, de entre as quais importa destacar os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Noruega enquanto fiadores do Comprehensive Peace Agreement. A dominância da narrativa ocidental no Sudão do Sul tem igualado a sociedade civil às ONGs, promovendo o desenvolvimento do setor no país enquanto mecanismos de participação e influência na tomada de decisões do governo (Virk & Nganje, 2016: 10). Ora, o que tem acontecido é que grande parte do financiamento externo para este sector fica alocado à região de Juba, reforçando deste modo a discrepância e a desigualdade de oportunidades entre regiões e os grupos presentes em cada uma.

A sociedade civil do Sudão do Sul assume a mesma natureza polarizada e militarizada que caracteriza a orientação política do país, atribuindo ao sector um carácter partidário que apenas alimenta as tensões e contribui para minar a sua legitimidade e credibilidade (Virk & Nganje, 2016: 11). Adicionalmente, a liderança “de cima para baixo” exercida pelo governo e pelas elites militares do Sudão do Sul limita a atuação das organizações da sociedade civil, tendo as autoridades governamentais inclusive regulamentado o trabalho destas através de legislação

(Virk & Nganje, 2016: 11). Esta situação não só limita a liberdade destas entidades, como reduz o espaço para a condução de diálogos genuínos entre o Estado e o terceiro setor e a consequente prossecução de medidas efetivamente participadas e adequadas às necessidades do país (Paffenholz, 2014).

Posto isto, o Sudão do Sul acolhe uma comunidade alargada de organizações da sociedade civil, com mais de 200 entidades registadas no South Sudan NGO Forum de entre as mais diversas áreas de intervenção: direitos humanos, saúde, educação, empoderamento feminino, participação jovem, capacitação do terceiro setor, entre outros, tal como podemos observar no mapa do anexo 1, bem como nos números representados no gráfico infra:



**Gráfico 9 - ONG's no Sudão do Sul: Factsheet** (fonte: South Sudan NGO Forum, 2018)

Num estudo levado a cabo por um consórcio de organizações não governamentais internacionais com intervenção no Sudão do Sul, são identificados as quatro principais categorias de organizações da sociedade civil sul sudanesas: (1) organizações com capacidade financeira superior a US \$ 1 milhão – estas são organizações, maioritariamente, de natureza internacional com intervenção local, bem estruturadas e com capacidade de atender às necessidades da comunidade e do contexto de forma sustentada e integrada. (2) organizações não governamentais locais com atividade no cluster da intervenção humanitária. Esta categoria

de organizações da sociedade civil é mais reduzida, limitando-se às entidades que têm programado projetos no âmbito da assistência humanitária e que se tentam profissionalizar através de parcerias com organizações internacionais para a retenção de mais fontes de financiamento. (3) organizações para a implementação dos projetos. Estas encontram-se, maioritariamente, entre as organizações que materializam no contexto a intervenção de doadores e/ou de outras organizações internacionais com sistemas de financiamento e capacitação dos sectores políticos e sociais. (4) organizações de base local. Estas são organizações mais pequenas, de natureza comunitária, compostas por líderes locais e especificamente direccionadas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população do local onde estão inseridas (Tanner & Moro, 2016: 11).

Neste mesmo estudo, onde é abordado o papel das organizações da sociedade civil no contexto de reconstrução nacional e da paz no Sudão do Sul, os autores partilham as seguintes conclusões (Tanner & Moro, 2016: 11-22):

- As organizações nacionais sul sudanesas têm fortalecido a relevância e adequação das respostas levadas a cabo pelas entidades internacionais no terreno, pela sua compreensão do contexto local e facilidade de ultrapassar barreiras culturais e de comunicação (idioma);
- As organizações sul sudanesas e algumas igrejas e grupos locais têm sido cruciais na implementação de respostas de apoio imediato às vítimas dos confrontos armados e sua proteção, sendo geralmente as primeiras entidades a intervir em contexto de emergência;
- O Sudão do Sul é um país caro para a implementação de operações de natureza humanitária, pelo que o trabalho das organizações locais é crucial para garantir a sustentabilidade do processo de construção da paz, uma vez que detêm custos indiretos e com recursos humanos inferiores aos das organizações internacionais, bem como uma maior capacidade para captar mais facilmente funcionários voluntários;
- As organizações nacionais sul sudanesas desempenham um papel crucial na intervenção humanitária em áreas mais remotas, perigosas ou de difícil acesso;
- As organizações locais sul sudanesas são capazes de responder, com maior flexibilidade, às lacunas da resposta humanitária mais ampla das organizações internacionais e de outras entidades externas;
- As organizações nacionais sul sudanesas apresentam, no entanto, alguns desafios concretamente relacionados com questões de neutralidade (entre as partes em conflito)

e independência, questões que são exacerbadas pela dimensão étnica do conflito e pela fraca coordenação e capacitação dos recursos humanos. Estas limitações são expressas no estudo através da fraca apropriação e envolvimento nos projetos locais pela população feminina, bem como pelo fraco envolvimento e colaboração entre as organizações locais e as internacionais a atuar no terreno.

Um segundo estudo a ter em consideração para o presente capítulo, foi publicado em janeiro de 2018 pelo IPC – Integrated Food Security Phase Classification, levado a cabo por um conjunto de investigadores e técnicos de organizações locais e internacionais a intervir no Sudão do Sul, entre as quais a Aid Works, uma das organizações internacionais com maior relevância no contexto de mediação e resposta às vítimas do conflito armado, bem como o Humanitarian Policy Group e três consultores independentes sediados em Juba. No seu estudo estimaram que cerca de 5,3 milhões de sul sudaneses, o equivalente a 48% da população sul sudanesa, se encontrava a viver em contexto de extrema pobreza e insegurança alimentar (Ali et al., 2018:2). A somar a estes dados, foram também divulgadas as estatísticas do Ministério da Saúde do Sudão do Sul, em 2018, que revelaram que a população enfrentava desde 2017 o maior e mais longo surto de cólera desde o período da sua independência, resultando em 20.438 casos de cólera e 436 mortes registadas devido à doença (Ali et al., 2018:2). Estes são alguns dos números que caracterizam o contexto nacional atual e que servem de base para o mapeamento de recursos e implementação dos serviços das organizações da sociedade civil a atuar no terreno. Neste contexto, num documento compilado por alguns representantes da sociedade civil do Sudão do Sul (Seeka et al., 2017), foi definida a matriz que orienta as linhas estratégicas e os princípios de intervenção do sector para o desenvolvimento nacional e a construção de uma paz sustentável, no período de 2017 a 2020, priorizando seis grandes eixos de intervenção e cinco metodologias estratégicas para a prossecução das metas definidas para cada eixo. Neste sentido, a tabela infra compõe de forma sucinta e esquemática a proposta de modelo conceptual da sociedade civil no Sudão do Sul para a reconstrução nacional e implementação da paz, nos últimos três anos:

| Sociedade Civil sul sudanesa, 2017-20 |                                                |      |                                                                                                                                         |
|---------------------------------------|------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O QUÊ                                 | Prioridades de Intervenção                     | COMO | Estratégias e metodologias de intervenção                                                                                               |
|                                       | 1. Criar oportunidades para o diálogo nacional |      | 1. Promover a criação/reforço de redes entre organizações a intervir no mesmo sector, com vista à conciliação de um plano de ação comum |

|  |                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                                                                                                                                                                                                          | para o desenvolvimento sustentável do Sudão do Sul e construção da paz                                                                                                                                                                                                   |
|  | 2. Promover a construção participada da Constituição                                                                                                                                                                                                     | 2. Reforçar as medidas de <i>advocacy</i> junto dos órgãos de representação pública e outros <i>stakeholders</i> e agentes de tomada de decisão nacional, regional e internacional, através da apresentação de fundamentos concretos com evidência científica comprovada |
|  | 3. Restaurar e (re)implementar os pressupostos do acordo de paz de 2015                                                                                                                                                                                  | 3. Capacitar as organizações da sociedade civil, os seus destinatários e os órgãos de governança local para o processo de construção da paz                                                                                                                              |
|  | 4. Assegurar a segurança humana                                                                                                                                                                                                                          | 4. Direcionar os esforços de financiamento, mobilização e captação de recursos para o processo de construção da paz e desenvolvimento nacional                                                                                                                           |
|  | 5. Garantir a proteção da camada jovem de meninas e mulheres sul-sudanesas de toda e qualquer forma de violência, bem como, promover maiores oportunidades de participação para o seu envolvimento no processo de tomada de decisões e construção da paz | 5. Capacitar as comunidades para viverem em clima de paz e reconstruírem os laços de confiança e coesão entre si                                                                                                                                                         |
|  | 6. Liderar medidas de acesso à saúde, ao tratamento psicológico e a traumas infligidos à população durante o período de violência armada                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                          |

**Tabela 2** - Sociedade Civil sul sudanesa: estratégias de intervenção 2017-2020

Ora, como é possível consultar no quadro-síntese criado para o efeito do presente capítulo, as organizações da sociedade civil sul sudaneses compreendem um conjunto de prioridades e estratégias de intervenção para aquele que se assume o principal objetivo do sector e preocupação nacional: o desenvolvimento do país assente num contexto de paz sustentável.

De forma a melhor entendermos cada uma das dimensões mencionadas, importa descrever, brevemente, as premissas que as sustentam e orientam o atual trabalho da sociedade civil no Sudão do Sul. Assim, relativamente à prioridade número 1 “criar oportunidades para o diálogo

nacional”, a sociedade civil pretende atuar a um nível micro de criação de oportunidades para a participação de todos os agentes sociais, económicos e políticos da sociedade num processo macro de diálogo nacional, orientado pelos princípios de inclusão, transparência e participação para um projeto de desenvolvimento e paz comum (Seeka et al., 2017:3). Para que isto seja possível, a sociedade civil sul sudanesa considera que o processo deve ser liderado por um partido neutro no contexto do conflito atual, que promova uma abordagem de

construção pela base, isto é, envolvendo os cidadãos e os diferentes grupos sociais do país (perspetiva *bottom-up*) num caminho para a paz que é longo e ao qual antecedem necessidades mais básicas de reconstrução da confiança nacional no processo, de reconstrução do tecido social do Sudão do Sul, de promoção de respostas de crescimento e inclusão social e da criação de oportunidades genuínas para restaurar a paz. Se este for um processo bem orientado pelos agentes da sociedade civil, em conjunto com outros *stakeholders* relevantes, o diálogo nacional permite que todos os cidadãos possam participar na vida cívica e de reconstrução nacional, expressando as suas necessidades, perspetivas e propostas de ação. De referir, no entanto, que para que a participação seja frutuosa e efetiva precisa de ser fundamentada, isto é, assente em perspetivas informadas, o que implica que exista, em primeiro lugar, uma preocupação primária em garantir a capacitação dos agentes sociais e a sua educação cívica para o pleno exercício da cidadania.

Ora, o sucesso do diálogo nacional dependerá não apenas da capacidade de mobilização e envolvimento dos *stakeholders* mas também, e acima de tudo, da vontade política dos órgãos do Governo Central. Neste sentido, a sociedade civil sul sudanesa fez, em 2017, um apelo ao Governo de Transição da Unidade Nacional pedindo que este possa garantir um ambiente seguro e favorável à liberdade de opinião da população e envolvimento da mesma num processo de diálogo nacional para um projeto de paz comum. Neste âmbito, a sociedade civil propõe que o processo se contrua por duas vias distintas: (1) pela via política, no qual os partidos políticos são parte integrante do diálogo e criam oportunidades de debate inclusivo; (2) pela via social, no qual todos os atores não estatais são chamados a participar e a expressar a sua posição relativamente ao processo de construção de paz e desenvolvimento nacional. Em qualquer uma das vias, a sociedade civil pretende executar abordagens *bottom-up* que garantam a informação cívica, a educação e empowerment e a construção de uma confiança comum no processo que promove a participação e a responsabilização de todos os agentes da sociedade em interação. Mais concretamente, a sociedade civil sul sudanesa reconhece que o papel de liderança deste processo possa ser conduzido por si, tendo definido, para o efeito, as seguintes atividades: capacitar as organizações da sociedade civil para a condução de consultas à população,

organizar conferências regionais de paz nas três maiores regiões do Sudão do Sul e convocar uma Conferência de Diálogo Nacional com os diferentes *stakeholders* nacionais e vizinhos regionais.

Relativamente à prioridade número 2 “promover a construção participada da Constituição”, a sociedade civil refere-se ao processo de reformulação e elaboração da Constituição do país, enfatizando a sua natureza inclusiva, representativa e justa que deve ser assegurada num esforço conjunto que coloca em contacto a população e o Estado num projeto de paz partilhado (Seeka et al., 2017:5). Este processo de construção, para que seja efetivamente integrado e comum a todos os elementos que o compõem, deve promover a educação, a partilha transparente e clara de informações entre as partes e a facilitação de medidas de *advocacy*, para que se possa considerar coordenado, apropriado ao contexto nacional e, acima de tudo, pró-povo. Neste contexto, as organizações da sociedade civil desempenham um papel essencial não só na mobilização da comunidade, como na recolha das suas necessidades e perspetivas futuras e na transmissão destas enquanto recomendações aos órgãos governamentais. Ao identificar esta prioridade, a sociedade civil sul sudanesa está a colocar no centro da sua missão o desenvolvimento da paz sustentável, da democracia, da prosperidade económica e da estabilidade política.

Quanto à terceira prioridade da sociedade civil do Sudão do Sul, “*restaurar e (re)implementar os pressupostos do acordo de paz de 2015*”, torna-se clara a vontade do sector em fazer valer os oito capítulos do referido Acordo de Paz como uma oportunidade para a reforma institucional no Sudão do Sul, que deve incluir a sociedade civil e o Estado num processo de decisão e compromisso comum para a reestruturação dos diversos setores da legislação, governação e segurança pública. Este último sector surge como uma das prioridades identificadas pela sociedade civil sul sudanesa, que enfatiza a responsabilidade do Governo em garantir serviços de necessidade básica à população, particularmente em contexto de pobreza, doenças, desastres naturais e guerra (Seeka et al., 2017:6). Esta é uma dimensão especialmente importante, uma vez que ao assegurar o igual acesso a serviços aos cidadãos, o Estado estará a certificar-se que cumpre um dos principais requisitos no processo de desenvolvimento humano e construção da paz. No Sudão do Sul, no entanto, os serviços disponibilizados pelo Estado não vão de encontro às necessidades da sociedade civil, existindo uma desconexão profunda entre os dois sectores e a consequente má direção e gestão dos recursos públicos. É neste âmbito que as organizações da sociedade civil consideram urgente a construção de um diálogo nacional que coloque em contacto os diferentes intervenientes e possibilite o desenvolvimento e implementação de respostas integradas que atuem no contexto de forma adequada, eficiente e sustentável. Ora,

para que tal se verifique torna-se necessário que o Governo do Sudão do Sul disponibilize recursos para a reconstrução das áreas mais afetadas pelo conflito armado e assegure medidas permanentes de cessar-fogo que permitam o regresso da população deslocada e o início de um processo de reconstrução das comunidades. A contribuição do Estado, quando alinhada com a intervenção das organizações locais para a capacitação das comunidades, reforça a confiança da população nos mecanismos nacionais e a consequente apropriação e responsabilização no processo de construção da paz.

A quinta prioridade de intervenção da sociedade civil do Sudão do Sul, refere-se à necessidade de se implementarem medidas de proteção das mulheres sul sudanesas, bem como de maior envolvimento destas nos mecanismos de decisão pública como dimensões-chave para o processo de desenvolvimento e construção de uma paz sustentável no país (Seeka et al., 2017:7). Mais concretamente, a sociedade civil propõe que sejam implementados acordos nacionais e até mesmo internacionais que garantam a proteção das mulheres contra toda e qualquer forma de violência. No contexto do Sudão do Sul, onde a guerra se prolongou durante anos e gerou um clima de militarização normalizada, as normas de género são maioritariamente interpretadas através da crescente desigualdade entre géneros e níveis de violência sexual contra meninas e mulheres. Segundo o boletim divulgado pela OCHA (2015), o número de casos reportados referentes a violência com base no género aumentou até cinco vezes o número de casos após o início da guerra civil, pelo que a garantia dos direitos fundamentais das mulheres sul sudanesas é uma questão urgente que está no centro das preocupações e projetos de intervenção das organizações da sociedade civil sul sudanesas. De referir, no entanto, que acresce a este panorama o facto de o Sudão do Sul ser um país com vincadas posturas de cultura patriarcal, o que se revela, entre outros fatores, na elevada taxa de analfabetismo da população feminina, com maior incidência nas áreas rurais, contribuindo para a sua falta de informação, capacitação e poder de decisão e agência no processo de tomada de decisões para a paz. Neste âmbito, os representantes da sociedade civil no Fórum da Sociedade Civil do Sudão do Sul têm dinamizado medidas de *advocacy* para a união das meninas e mulheres sul sudanesas e das organizações locais num movimento de educação, mobilização e tomada de poder do papel deste grupo social nos processos internos do país. Ora, para reforçar este eixo de intervenção, faz parte das medidas de *advocacy* da sociedade civil sul sudanesa apelar ao cumprimento do sistema de quotas nos mecanismos de representação pública, o qual prevê a atribuição de 25% dos lugares a representantes do sexo feminino.

Por último, a sociedade civil sul sudanesa considera que o processo de construção da paz sustentável apenas se torna exequível quando são implementadas medidas que assegurem que

a existência e o acesso da população a serviços de saúde psicológica e de tratamento de traumas. Para a sociedade civil, não só o Estado tem um papel crucial na disponibilização de recursos para estes serviços de apoio psicossocial, como também as próprias organizações da sociedade civil têm a responsabilidade de liderar o processo de mediação e acesso da população aos serviços, com principal enfoque para entidades de cariz religioso e/ou de âmbito regional ou internacional (Seeka et al., 2017:8). Subjacente a esta prioridade de intervenção, encontra-se a premissa que reconhece que a construção da paz só é possível através de medidas que intervenham no contexto e na população afetada de forma holística e sistémica, indo ao encontro da reconciliação e cura das diversas dimensões fragilizadas e em necessidade.

Face aos eixos de intervenção abordados, a sociedade civil sul sudanesa definiu cinco estratégias, descritas no esquema precedente, com vista à construção de um plano de ação comum que se revele na intervenção articulada de cada uma das organizações no terreno, quer ao nível da sua prática, quer ao nível da sua estratégia e modelo de mobilização e capacitação das comunidades onde intervêm. Estas estratégias vão ao encontro do que já vem vindo a ser desenvolvido no presente capítulo, podendo ser sintetizadas na referência às seguintes dimensões-chave: *advocacy*, capacitação, trabalho em rede, captação e partilha de recursos, abordagem sistémica e relações de confiança e *empowerment*.

Posto isto, o relatório aborda quais são as prioridades de intervenção do sector e o modo como este pretende responder aos seus objetivos, ficando em falta referir os atores que devem fazer parte no processo. Neste sentido, Edelman (2013) propôs um modelo conceptual para a construção da paz que definia os quatro principais *stakeholders* do processo: (1) Estado, assegurando a prosperidade económica do país, investigando a corrupção e garantindo a proteção da população pobre e socialmente excluída. (2) Organizações Não Governamentais, nas quais se incluem todas as da sociedade civil, através da intervenção junto dos eixos mais desfavorecidos da sociedade, da denúncia de situações de abuso de poder e da construção de relações de coesão entre os diversos grupos sociais e de um sentimento de comunidade. (3) Sector Privado, através da proteção da privacidade dos seus clientes, do impulsionamento da prosperidade económica e da criação de oportunidades de emprego e formação. (4) Meios de Comunicação, através da produção de conteúdo informativo sobre o contexto a intervir, bem como pela capacidade de informar, educar e entreter.

Ora, nestes quatro sectores de organização política, económica e social do país, a sociedade civil sul sudanesa tem interpelado os seguintes atores a participar no processo de construção da paz no Sudão do Sul (Seeka et al., 2017:9):

- A nível micro/comunitário: cidadãos sul sudaneses (residentes, deslocados e refugiados), grupos socialmente marginalizados ou categorizados como mais vulneráveis (crianças, mulheres, pessoas com deficiência), grupos e autoridades tradicionais, partidos em guerra, partidos políticos, grupos armados, organizações comunitárias, igrejas, organizações da sociedade civil. Nestes incluem-se as ONGs, mencionadas no paragrafo anterior como um dos principais *stakeholders* do processo.
- A nível meso/nacional: Governo de Transição da Unidade Nacional, Aliança Nacional, Agenda Nacional e outros partidos políticos, comunidade empresarial, grupos de oposição armados, organizações da sociedade civil, nos quais se incluem os *stakeholders*: ONGs, Estado e Sector Privado, mencionados nos parágrafos anteriores.
- A nível macro/regional: Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, com especial enfoque para os países vizinhos: Quênia, Uganda, Etiópia e Sudão), Comissão Africana, Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, Comunidade da África Oriental, Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS), Comissão Conjunta de Monitoramento e Avaliação. Neste nível estão representados os quatro *stakeholders* principais para o processo de construção de paz: ONGs, Estado, Sector Privado e Media.

#### **4.4.3.1. Principais desafios da sociedade civil**

As principais características de uma sociedade civil bem-sucedida emanam de indicadores relacionados, entre outros, com contextos em que se verifica a separação do Estado e do Mercado, em que as organizações da sociedade civil são lideradas por representantes dos próprios grupos em representação, em que os processos de paz são construídos de forma integrada e baseados nos princípios da tolerância, transparência, inclusão, igualdade e cooperação a partir de abordagens endógenas e de emancipação autónoma e sustentável (Tomilayo et al., 2017:54). Para Bratton (1994), os valores que devem orientar a sociedade civil no processo de construção de paz sustentável resumem-se aos seguintes: (1) confiança, pois este é um requisito-chave para os cidadãos se associarem e apropriarem ao projeto de forma voluntária; (2) reciprocidade, pois reduz o custo de transação da ação coletiva; (3) tolerância política e (4) inclusão, pois ambas se assumem enquanto dimensões essenciais para a promoção de novas formas de associação e interação dos diferentes grupos sociais, culturais e *stakeholders* nos processos de desenvolvimento nacional.

Ora, por muito bem instruídas e munidas de recursos se revelem as organizações da sociedade civil, na prática surgem diversos obstáculos que testam a sua capacidade de agência junto da população, nomeadamente os seguintes: a) restrições ao desempenho efetivo das organizações da sociedade civil (que pode ir da própria legislação e regulação da liberdade de associação, como já vimos, à dificuldade de aceder a fontes de financiamento ou de construir relações de confiança com a população; b) limitações orçamentais; c) interferência do governo nas propostas de ação das organizações e/ou capacidade de captação de recursos; d) apropriação incorreta e desvio dos recursos financeiros das organizações para a prática de projetos pessoais de elites, grupos ou dirigentes; e) fragilidades na definição de identidades claras e transparentes das organizações face às perceções da população (Tomilayo et al., 2017:59).

Estas limitações, quando associadas à ingerência internacional e à forte dependência que esta gera no seio das organizações da sociedade civil, leva a que uma grande parte das ONGs não consiga estabelecer uma agenda independente baseada nos interesses dos cidadãos do Sudão do Sul, acabando por se estabelecerem programas de intervenção local baseados nos pressupostos dos modelos de governança e desenvolvimento ocidental que em muito limitam o espaço para a sociedade civil implementar as mudanças no país através das suas próprias soluções e recursos locais (Paffenholz, 2014). Em simultâneo, esta ingerência internacional promove um clima de disputa e competição por doadores, encorajando desde modo ao ressentimento e ao começo de relações hostis entre organizações da sociedade civil e entre estas e o Estado (Paffenholz, 2014). Neste contexto, o que acontece é que as ONGs estrangeiras têm maior facilidade em aceder a fontes de financiamento, o que implica que o investimento externo seja na maior parte das vezes direcionado para estas organizações que, posteriormente, implementam os seus próprios programas no Sudão do Sul subcontratando, apenas ocasionalmente, organizações locais (Paffenholz, 2014). Ainda mais, de um modo geral, a sociedade civil do Sudão do Sul revela escassez de experiência, conhecimento, infraestruturas e recursos e, em alguns casos, as organizações por si direcionadas encontram-se sobrecarregadas e sem objetivos claros, impedindo desta forma a eficácia do seu trabalho num contexto já por si limitado em capacidades e recursos (Paffenholz, 2014).

Os desafios que a sociedade civil do Sudão do Sul enfrenta são consideráveis, dada a complexidade e o impacto do conflito armado prolongado no país. Ora, isto inclui a larga escala de refugiados e deslocados internos, consequência da guerra civil, que tem devastado o país e danificado ainda mais os laços sociais entre e dentro das diversas comunidades, incluindo sobretudo (mas não apenas) os Nuer e os Dinka (Virk & Nganje, 2016: 11). Neste contexto, a guerra civil alterou significativamente não apenas o contexto em que a sociedade civil trabalha,

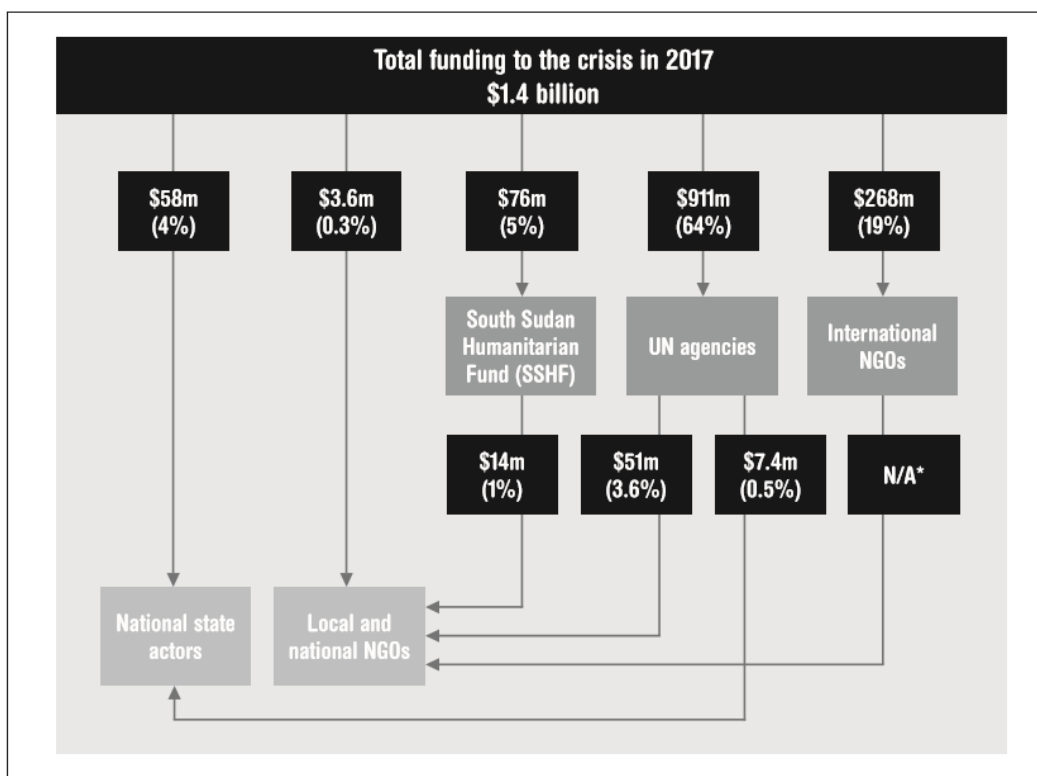
mas também as relações que se estabelecem entre as organizações, intensificando as divisões entre grupos por meio de afiliações políticas e étnicas (Virk & Nganje, 2016: 11). Segundo os autores, Virk & Nganje (2016), muitas organizações da sociedade civil são fundadas e constituídas por grupos étnicos, o que dificulta a sua influência para além das suas comunidades definidas, bem como a sua participação na construção de um Sudão do Sul unificado. A verdade é que, até ao momento, a resolução de conflitos e esforços de consolidação da paz no Sudão do Sul não têm tido o sucesso desejado, devido, em grande parte, à falha generalizada para identificar as motivações profundas dos conflitos e, em particular, dos que surgem no seio da população e não da elite (Virk & Ngaje, 2016:13). Segundo os autores, a sociedade civil tem um papel crucial na garantia de iniciativas para a paz menos orientadas para os interesses das elites, no entanto, para que tal seja possível, é necessária uma compreensão mais profunda acerca do impacto do conflito na liderança local (Virk & Ngaje, 2016:13).

No terreno, porém, os atores da sociedade civil do Sudão do Sul, tanto formais como informais, têm desempenhado um papel essencial na promoção da segurança humana e assistência humanitária, nomeadamente através da prestação de serviços básicos e levando a assembleia nacional e internacional preocupações de segurança e violação dos Direitos Humanos (Virk & Ngaje, 2016:13). Em particular, os grupos religiosos têm sido importantes agentes de *peacebuilding*, levando a cabo atividades de capacitação, sensibilização, *advocacy* e assistência social (Virk & Ngaje, 2016:13). No entanto, também a Igreja tem uma capacidade limitada de atuação pela natureza étnica do conflito do Sudão do Sul, sendo por isso necessária uma maior interação entre todas as partes interessadas na construção de um processo de paz sustentável (Paffenholz, 2014).

#### **4.4.3.2. Financiamento das organizações da sociedade civil sul sudanesa**

Em maio de 2016, 18 países “doadores” e 16 organizações de intervenção humanitária assinaram um compromisso mútuo que implicava a identificação e implementação de medidas de cooperação, trabalho em rede, partilha de recursos e maior transparência, entre outros, no processo de construção da paz dinamizado conjuntamente pelos dois sectores. Deste compromisso, surgiu um estudo relativo ao financiamento das organizações a atuar no contexto do pós-guerra no Sudão do Sul, tendo-se estimado no âmbito deste que apenas 4,3% do financiamento externo chega diretamente aos intervenientes de base local e comunitária, com o Estado a receber a maioria desse valor e as NNGOs (National Non-Governmental Organizations) a receberem apenas 0,3% dos 4,3% (Ali et al., 2018:7). Indiretamente, no entanto, o valor atribuído a estas organizações equivale a 5,9% do montante de financiamento

aprovado, perfazendo um total de financiamento (direto e indireto) de 10,2% dos fundos humanitários. Os 90% restantes são alocados diretamente a INGOs (International Non-Governmental Organizations) e a agências das Nações Unidas para subsidiar a UNMISS. Ora, estes números indicam que as organizações da sociedade civil sul sudanesa raramente captam os recursos financeiros previstos por fundos de ajuda humanitária internacional para as organizações locais. Para os autores, tal acontece, em parte, na medida em que o Sudão do Sul se encontra entre os últimos 10 países classificados no Índice de Percepção da Corrupção Internacional (Transparency International, 2017). A verdade é que esta classificação revela a fragilidade do sector no país, generalizando a falta de transparência e corrupção à maioria das organizações de base local e comunitária, incluindo as organizações da sociedade civil. Desde 2011, altura em que o Sudão do Sul conquistou a sua independência, que a Organização das Nações Unidas se assume como o principal órgão recetor de financiamento humanitário no país, tendo perfazido até ao momento um montante no valor de 62,1% do total das contribuições financeiras atribuídas ao país desde o início da guerra civil, entre 2013 e 2017 (Ali et al., 2018:7). No estudo, os autores sustentam o esquema infra, indicando o total destas contribuições, diretas e indiretas (apenas através de um intermediário) às organizações de intervenção local, no valor de US \$ 68,9 milhões, o equivalente a cerca de 4,9% do fundo total disponibilizado para a crise do Sudão do Sul em 2017. Adicionalmente, o Governo recebeu US \$ 58,3 milhões em financiamento direto para serviços de assistência à população, reedificação das infraestruturas e reconstrução do país, o equivalente a 4% dos 4,3% referidos no parágrafo anterior. O número de representantes de INGOs que responderam ao estudo foi reduzido, e como tal foi omitido por não apresentar valores verdadeiramente representativos acerca do financiamento alocado por intermédio de entidades parceiras.



**Figura 6 - Financiamento externo no Sudão do Sul em 2017** (Fonte: OCHA FTS and NEAR data set in Ali et al., 2018:8)

Ora, neste âmbito, a maior parte do financiamento para as organizações não governamentais nacionais é-lhes atribuído através de destinatários intermediários da Organização das Nações Unidas ou de outras organizações não governamentais internacionais. A justificação que é geralmente atribuída a esta dinâmica, prende-se com a vontade dos próprios doadores em reduzir custos de transação e contornar as suas limitações e/ou incapacidade ao nível da gestão de um grande número de contratos, ainda mais quando estes os colocam em contacto direto com organizações menos transparentes e certas (como são tidas, de forma generalizada, as organizações locais do Sudão do Sul) (Ali et al., 2018:6). Atualmente, o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional, bem como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Externo, assumem-se como duas grandes fontes de financiamento das organizações do Sudão do Sul, mais concretamente através do South Sudan Humanitarian Fund (SSHF), agências das Nações Unidas e Organização Internacional para a Migração (OIM) e Fundo de Resposta Rápida. Neste estudo, as organizações não governamentais sul sudanesas identificam como suas principais fontes de financiamento: Agências das Nações Unidas

(representando cerca de 45% do financiamento atribuído), Organizações Não Governamentais Internacionais e South Sudan Humanitarian Fund (Ali et al., 2018:9).

Os dados referidos no presente capítulo revelam que as organizações da sociedade civil do Sudão do Sul são desvalorizadas e frequentemente desconsideradas do processo de ajuda externa ao país, pela sua fraca participação nos clusters de doadores externos, levando a que sejam subestimadas face às organizações não governamentais internacionais a atuar no terreno. Ora, esta situação quando associada a contextos de limitação de financiamento às organizações locais, geralmente aplicadas pelos próprios Estados como já foi desenvolvido, leva a que estas sejam excluídas do processo de atribuição de financiamento (Ali et al., 2018:11). Importa também referir que as políticas e procedimentos dos doadores são complexas para qualquer que seja o destinatário, colocando desde logo em pé de desigualdade as organizações da sociedade civil e as organizações internacionais no terreno, na medida em que as primeiras dificilmente têm acesso aos mesmos recursos e equipa especializada para a elaboração de propostas de candidatura e aplicação do financiamento que estas últimas. Acontece ainda que as organizações sul sudanesas, quando recebem financiamento, vêm ser-lhes imposta a obrigatoriedade do cumprimento do regulamento dos doadores, pese embora estejam na maioria das vezes dependentes do cumprimento destas por parte da entidade intermediária (Ali et al., 2018:12).

O contexto da sociedade civil sul sudanesa complica-se quanto mais as organizações internacionais são valorizadas acima das primeiras, seja por serem consideradas mais imparciais face ao conflito, à comunidade ou ao Governo, seja por reterem mais recursos e capacidades de colocar em prática o financiamento. A verdade é que a comunidade internacional criou uma perceção generalizada da sociedade civil do Sudão do Sul que tem vindo a limitar a sua vontade e capacidade de atuação junto dos principais setores e no processo de reconstrução nacional e construção da paz (Ali et al., 2018:13). É também verdade que estas dificuldades se intensificam por fatores associados à maior vulnerabilidade destas organizações face ao Governo do Sudão do Sul, face à natureza inconstante dos donativos recebidos e, muitas vezes, face às dificuldades de comunicação e envolvimento entre as organizações locais e internacionais, em parte por diferenças a nível de prioridades, metodologias de intervenção e disputas por recursos. Para além destas, nos últimos anos a sociedade civil sul sudanesa tem assistido a uma enorme rotatividade dos recursos humanos das organizações, sugerindo que os profissionais quando se vêm capacitados e com maior experiência de terreno rapidamente se deixam aliciar pelas melhores condições das organizações internacionais, levando a um fluxo

de recursos que tem enfraquecido o tecido do sector da sociedade civil e fragilizado a capacidade de respostas destas organizações (Ali et al., 2018:14)

#### **4.5. Abordagens participativas no Sudão do Sul: estudos de caso**

Para ilustrar o impacto das metodologias participativas de base comunitária no processo de construção de paz, o presente capítulo apresenta, para efeitos de estudo de caso, uma análise comparativa de dois projetos de âmbito local a intervir em Juba através de metodologias participativas. O objetivo do estudo de caso é ilustrar os resultados destas metodologias enquanto principal estratégia para a capacitação da sociedade civil, promoção da coesão social e construção da paz sustentável. Para tal, foram escolhidos dois projetos que se distinguem entre si pela natureza da entidade promotora, sendo o primeiro implementado por uma organização internacional: as Nações Unidas, através do United Nations Development Programme (UNDP), e o segundo por uma ONG local: a Action for Conflict Resolution (ACR South Sudan).

Tendo em consideração que os dois projetos se encontram a intervir, entre outras, numa cidade comum – Juba - capital do Sudão do Sul, importa, num primeiro momento, fazer uma breve caracterização desta cidade para uma melhor compreensão do contexto da análise. Assim, Juba assume-se não apenas como a capital do Sudão do Sul, como também do Estado da Equatória Central (um dos Estados do Sudão do Sul) e como sede do Governo Autónomo e maior cidade do país, com uma extensão territorial de cerca de 52 km<sup>2</sup> (JICA, 2009). Com uma densidade populacional de estimadamente 525.953 (USAID, 2017), Juba tem vindo a registar um acelerado crescimento económico, fruto da exploração e comercialização de recursos naturais presentes no território. Da mesma forma, também a migração interna e o retorno de refugiados de países vizinhos têm contribuído para o crescimento da cidade que cada vez mais, pela expansão desmedida a que tem vindo a assistir, se caracteriza por níveis grandes de disparidade entre grupos sociais, fator que, tal como tem vindo a ser explorado ao longo do trabalho, pode contribuir para a fragilização da coesão social e para o reforço da discriminação dos grupos mais fragilizados e a sua consequente não representação nos processos de liderança e desenvolvimento local.

Do ponto de vista da distribuição cultural e religiosa, contrariamente ao que se poderia supor, o grupo com maior expressão em Juba é o Bari, representando cerca de 55% da população residente mas apenas cerca de 7% dos sul-sudaneses (Crowther et al., 2014). Fruto dos inúmeros anos de guerra civil, a capital apresenta níveis elevados de pobreza, desemprego e dificuldades de acesso a serviços de necessidade básica (entre os quais, saúde e educação), sendo um dos

Estados mais fragilizados com os conflitos armados. Neste âmbito, é também um dos Estados com maior incidência de projetos e organizações para o desenvolvimento local, sendo palco da intervenção de cerca de 90 organizações internacionais e 108 organizações locais que atuam no terreno nas mais diversas áreas de emergência social e reconstrução nacional para a paz (South Sudan NGO Forum, 2015). Estas organizações, no entanto, enfrentam muitas restrições ao nível da sua intervenção, quer pela presença de grupos armados no terreno, quer pela distribuição de diversos postos de controlo pela cidade, quer por impedimentos burocráticos, entre outros, acabando por apenas conseguir alcançar, aproximadamente, metade da população-alvo da sua intervenção (OCHA, 2018).

Posto isto, o presente capítulo tem como objetivo a análise de dois projetos, promovidos por uma organização internacional e por uma ONG local, respetivamente, com vista à análise comparativa do contexto da intervenção “antes” e “depois” do projeto ter sido aplicado junto da população. Para o efeito, proceder-se-á a uma breve apresentação dos projetos, seguido de uma análise individual à luz do impacto da participação local na construção da paz. Para este exercício foram definidos indicadores que expressam (1) o nível de envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisões comunitárias antes *vs* depois do projeto ter sido implementado; (2) as principais conquistas / resultados dos projetos a nível de: coesão intergrupar; participação local; inclusão social e desenvolvimento comunitário.

#### **4.5.1. Peace and Community Cohesion Project (PaCC Project)**

Numa primeira instância será caracterizado o PaCC – Peace and Community Cohesion Project e o seu trabalho no terreno, à luz das metodologias de participação comunitária que este implementa. O projeto é promovido no Sudão do Sul pela UNDP numa ação integrada que é financiada pelas Nações Unidas, pelo Japão e pela Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento (SIDA – Swedish International Development Cooperation Agency). Tendo como missão contribuir para a redução e mitigação de conflitos e situações de insegurança ao nível da comunidade, o PaCC investe em iniciativas que abordam os principais *triggers* para as tensões intergrupais de forma participada pelos diferentes agentes da comunidade (PaCC, 2018). Neste âmbito, o projeto utiliza a metodologia de segurança comunitária e coesão social do UNDP, a partir do qual valoriza o envolvimento das comunidades na identificação, de maneira inclusiva e participativa, das causas para os conflitos que vive, utilizando abordagens integradas de resolução dos conflitos assentes no diálogo, na inclusão social e no reforço das

relações de coesão entre os diferentes grupos enquanto dimensões-chave para a construção da paz.

O projeto desenvolve atividade em 17 zonas do país, incluindo, entre outras, Juba e os cinco principais Estados mais conflituosos: Aweil, Bentiu, Bor, Rumbek e Torit. Nestes contextos, o projeto assenta a sua intervenção para a construção da paz numa abordagem sistémica e holística centrada na agregação e interconectividade entre os diferentes agentes comunitários, bem como na implementação de modelos de participação e governança local *bottom-up*, liderados pela comunidade num contexto de capacitação e mobilização de recursos locais para resolução dos conflitos e construção da paz (PaCC, 2018). Em cada local de intervenção, os membros da comunidade formam comités de paz e recebem formação em liderança servidora, gestão de conflitos, prevenção de violência e estratégias de inclusão social, enquanto parte de uma estratégia maior de capacitação e mobilização comunitária para o desenvolvimento e para a paz. Uma vez formados, estes comités são convidados a participar em conferências, consultas públicas, diálogos para a paz, entre outras iniciativas de empoderamento económico e cultural, de modo a promoverem a representatividade dos diferentes grupos que constituem as suas comunidades, contribuindo para o *advocacy* dos seus interesses e necessidades e contribuindo para o processo de tomada de decisão política e construção da paz.

Os grupos-alvo e os *stakeholders* envolvidos foram selecionados com base na participação e nível de afetação destes no contexto dos principais focos de conflito internos do Sudão do Sul. O projeto atua no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, sendo fundamentado pelo objetivo 16 “*Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas*”, a partir do qual pretende dar resposta às necessidades dos grupos mais vulneráveis da sociedade civil sul sudanesa através de iniciativas participativas e de capacitação para a paz. Nos primeiros dois anos de implementação, o PaCC centrou a sua atividade no fortalecimento de estruturas de paz a nível local, na reconstrução de relações intergrupais mais fragilizadas ou com histórico de conflito e na promoção da reconciliação entre os diferentes grupos culturais e sociais das comunidades em que se encontrava a intervir, bem como entre estes e o próprio Governo. Para o efeito, o projeto dinamizou ações de formação em liderança e metodologias participativas, reuniões comunitárias, 71 fóruns para a paz e momentos de diálogo e mediação a nível local e nacional, envolvendo não apenas as comunidades locais, mas as organizações da sociedade civil, as organizações internacionais e representantes da administração pública.

O projeto tem apresentado resultados (1) ao nível da redução do número de conflitos intergrupais após a dinamização de reuniões comunitárias para o diálogo e a implementação de resoluções emanadas das mesmas, (2) ao nível da estruturação e fortalecimento de mecanismos

locais para a paz e resolução de conflitos, (3) ao nível da capacitação da comunidade para lidar com os efeitos e consequências do conflito armado prevalente no país, com especial incidência em grupos mais vulneráveis a traumas psicossociais derivados deste contexto (mulheres e jovens), (4) ao nível do *advocacy* e maior envolvimento das mulheres nos processos de tomada de decisão e participação para na construção da paz no Sudão do Sul, (5) ao nível do fortalecimento dos laços de coesão social entre grupos e comunidades anteriormente conflitantes, designadamente entre grupos residentes nos Estados de Aweil, Bentiu, Bor, Rumbek e Torit, e (6) ao nível da reconstrução de relações de confiança entre as comunidades locais e a capacitação de 720 jovens para a responsabilização na tomada de decisões da comunidade em busca de resiliência e participação no processo de construção da paz nacional (PaCC, 2018).

Estes resultados materializam-se nos seguintes números:

- Capacitação de 20 comunidades com mecanismos funcionais de diálogo para conflitos em torno de questões relacionadas com desigualdades de acesso a água, terra, mercado e rotas comerciais, através de comités de liderança local, reuniões comunitárias mensais e descentralização de agentes do governo às comunidades com visitas trimestrais;
- Criação de 9 comités de paz criados nos municípios com maior incidência de violência armada intracomunitária;
- Capacitação de 342 membros de 14 comités de paz, dos quais 88 membros eram mulheres, em matéria de liderança transformacional, gestão pacífica de conflitos e construção da paz. As avaliações do programa de formação revelaram uma melhoria significativa ao nível da compreensão do contexto no Sudão do Sul, das ferramentas para a construção de uma paz sustentável e da capacidade dos formandos para identificar prioridades de intervenção e mobilizar os recursos necessários para fazer frente aos desafios das comunidades que integram. Mais ainda, o programa de formação constituiu-se para muitas comunidades como o primeiro passo para a criação de grupos comunitários para o desenvolvimento local (exemplo disto foi a constituição de um grupo de jovens na cidade de Bentiu que atualmente mantém atividade, realizando reuniões semanais para debate de assuntos da comunidade e organização de atividades socioculturais);
- Constituição de 20 grupos de apoio psicossocial e de apoio a vítimas de violência sexual e de género, com vista à prevenção e mitigação de conflitos de base comunitária. Esta medida foi acompanhada por um programa de formação em violência intergeracional e

- de género que promoveu a participação dos diferentes grupos e *stakeholders* da comunidade, utilizando exemplos locais e dramatizações como estratégia de *empowerment*, construção de relações de coesão e de paz e assimilação de conteúdos;
- Resolução de 10 disputas locais intergrupais através da intervenção e mediação dos comités de paz constituídos pelo projeto nas comunidades;
  - Implementação de 10 iniciativas de integração social e económica especificamente direcionadas para as mulheres, as quais consistiram na construção de um poço solar e reservatório de água para atender às necessidades das comunidades de Misseriva e Dinka Malual durante o período de migração de gado; formação de 20 mulheres das comunidades de Kapoeta e Boma para a gestão de negócios comunitários e empreendedorismo, tendo sido distribuído, como parte do programa de formação, um kit com instruções para a dinamização de um negócio local de produção e comercialização de sabão e pensos higiénicos; constituição de cinco cooperativas de mulheres para a produção de negócios locais;
  - Capacitação de 8 grupos de jovens para a inclusão social e económica, mais concretamente, ao nível da integração em atividades de subsistência económica alternativas para ex-combatentes e grupos mais vulneráveis;
  - Constituição de um movimento de Diálogo Nacional (ND), o qual é promovido pela Nações Unidas, através de um processo que envolveu uma consulta inicial da população local para a posterior constituição de metodologias de debate e participação a nível regional, que aumentaram a transparência do processo participativo dos cidadãos. Este movimento materializou-se na constituição de comités locais para o diálogo, onde foram dinamizadas sessões de debate com o Comité Diretivo da iniciativa, bem como através da criação de uma plataforma online que possibilitou que cerca de 30.000 pessoas participassem e contribuíssem diretamente para a construção de medidas de política de integração social, de desenvolvimento e de paz (PaCC, 2018).

De entre os principais desafios com os quais o projeto se deparou, encontram-se a desconfiança e ameaça mútua que caracterizava as relações da franja mais jovem das diferentes comunidades, em particular entre os jovens das cidades de Bentiu e de Rubkona pela diferença de background étnico e cultural (os primeiros apresentam uma maioria Nuer, enquanto que os segundos apresentam um maior registo de população Dinka). Adicionalmente, o projeto encontrou na politização das atividades uma limitação à implementação do projeto dentro dos timings desejados e previamente previstos pelo UNDP. Para além destes, a fraca capacitação dos

agentes locais para a documentação e reporte das atividades, e impacto das mesmas junto da população, ao Comité de Paz Regional é um fator prejudicial à partilha de informação entre comunidades, ao trabalho sistémico e em rede e, consequentemente, à adequação e eficiência das atividades do projeto face aos objetivos e missão do mesmo no terreno. Este fator foi também muito notado no decorrer do presente trabalho, uma vez que a pesquisa documental e de avaliação de impacto e resultados do projeto é muito escassa e, quando existe, revelou-se incompleta e muito superficial no que ao reporte de resultados diz respeito.

No entanto, a recolha da informação previamente descrita remete-nos para o impacto positivo que o PaCC tem tido junto das comunidades sul sudanesas onde tem intervindo. De forma geral, os resultados demonstram que o projeto tem facilitado a reconciliação entre grupos culturais contrastantes, promovendo a coesão social, a inclusão dos grupos mais vulneráveis à dinâmica do conflito e da pobreza (jovens, mulheres e ex-combatentes) e, acima de tudo, a capacitação e mobilização dos diversos agentes comunitários para a constituição de grupos de liderança local para a construção da paz. Ora, como pudemos compreender nos parágrafos anteriores, estes resultados são parte de um processo que se tem construído nos pilares da valorização humana, da inclusão social e cultural e da participação como fatores-chave para a constituição de comunidades informadas, capacitadas, autónomas e mobilizadas para um bem comum: a paz. Desta forma, o projeto pressupõe a participação comunitária não apenas como uma forma de reação a um contexto com o qual não se concorda, mas também como um meio para a ação e para a responsabilização da comunidade para com o processo de construção da paz a partir do princípio da valorização social, inclusão e desenvolvimento que se repercute no bem-estar e melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O PaCC é um projeto implementado para o horizonte 2017-2020, estando atualmente na fase final de atividade e avaliação formal do impacto (a ser divulgada a partir de março de 2020). Neste âmbito, no último relatório publicado na página do projeto (referente ao ano de 2018), é possível encontrar um ponto de desenvolvimento que reflete acerca das principais conclusões fruto da atividade do projeto até ao momento, a saber: (1) a partilha de experiências, recursos, capacidades e trabalho em rede aumentam a capacidade dos agentes comunitários para atuarem sobre o contexto, resolverem conflitos e contribuir para a construção da paz; (2) os comités de paz revelaram-se uma via eficaz para a coordenação dos processos comunitários, permitindo uma maior inclusão e representatividade ao nível do debate, consulta pública e tomada de decisões, bem como ao nível da mobilização para a resolução de conflitos de natureza comunitária e construção da paz a nível local e nacional; (3) a cooperação e colaboração entre entidades parceiras melhora qualidade e o alcance das atividades de paz, uma vez que se

revelam mais eficazes que o apoio individual a iniciativas de paz da comunidade local. Ora, cada um destes três pontos materializa a participação como o principal meio para a construção de comunidades mais coesas, mais capacitadas e mais inclusivas e, por isso, mais responsabilizadas e mobilizadas para liderar o caminho para a paz.

#### **4.5.2. Action for Conflict Resolution (ACR South Sudan)**

A organização Action for Conflict Resolution (ACR) é uma entidade da sociedade civil que se constituiu em 2014 com a missão de contribuir para a redução do número de conflitos de base comunitária e promover o processo de construção da paz no Sudão do Sul. O projeto tem como principais pilares de atuação o trabalho integrado e em rede e a participação como mecanismos para uma intervenção holística, com aplicabilidade no terreno e efetivamente promotora da representatividade e inclusão dos diferentes agentes comunitários – fatores necessários para a plena eficiência, justiça e sustentabilidade dos processos de paz.

A organização desenvolve a sua intervenção nos Estados de Liech (Norte e Sul) e da Equatória Central (em Juba), recebendo financiamento, entre outros mecanismos de subsistência local, de entidades parceiras como é o caso das Nações Unidas (UNDP e UNICEF), do NPA e da USAID (através de um dos seus parceiros, a AECOM). Na prossecução da sua missão, o ACR envolve os líderes tradicionais das comunidades, os líderes religiosos, jovens, grupos de mulheres e comerciantes, colocando-os em contacto com as organizações locais e com agentes de representação do Governo para a tomada de decisões conjunta com vista a influenciar as políticas nacionais e subnacionais (ACR, 2018). As suas principais áreas de intervenção assentam (1) na promoção do *peacebuilding*, Estado de Direito e governança local, (2) na Educação, (3) na proteção das crianças e das mulheres vítimas de violência com base no género, (4) no acesso a WASH (Water, Sanitation, Hygiene) e (5) Segurança alimentar, sendo a primeira (1) a área de intervenção prioritária da organização.

Neste âmbito, a organização tem promovido projetos na área do desporto juvenil e da capacitação das comunidades ao nível da gestão de conflitos e participação local, como formas de promover a inclusão social, a coesão entre os diferentes grupos culturais e a responsabilização destes no processo de desenvolvimento local e construção da paz no Sudão do Sul. Através das suas atividades, o projeto tem identificado e desenvolvido indicadores de alerta e resposta antecipados que permitem a intervenção rápida e eficiente em situações de conflito local, agindo deste modo de forma preventiva através de metodologias participativas que prezam o diálogo entre os diferentes *stakeholders*, a priorização de necessidades e a

definição de um plano de ação comum estabelecido em prol da comunidade e da construção de uma paz sustentável. De forma complementar, o ACR produz recomendações de políticas para atores nacionais e internacionais, assegurando uma ação de *advocacy* a fim de representar os interesses e pontos de vista das comunidades no processo de paz e melhorar a capacidade de evitar conflitos entre grupos e/ou entre estes e o Governo. Do mesmo modo, o projeto trabalha em estreita colaboração com profissionais da área jurídica para promover a constituição de obrigações legais que protejam e valorizem os Direitos Humanos da população sul sudanesa, com especial preocupação para os grupos sociais mais vulneráveis (crianças, mulheres, ex-combatentes).

Através do seu trabalho, o ACR estabeleceu 14 TLS (Temporary Learning Spaces) nas comunidades mais afetadas pela violência armada, tendo apoiado por essa via cerca de 1500 crianças entre 2016 e 2018. Foram também organizadas 6 campanhas para a consciencialização das comunidades acerca das vantagens da educação e da participação social no processo de desenvolvimento e de paz nacional, bem como foram dinamizadas ações de formação direcionadas aos professores das escolas primárias, líderes religiosos e outros líderes locais em matéria de apoio psicossocial a grupos vulneráveis. Adicionalmente, o projeto intervém junto da população feminina, através da implementação de iniciativas de integração social e económica, nomeadamente no âmbito do apoio na capacitação e constituição de negócios locais e de empreendedorismo. O projeto tem também uma vertente de integração e participação comunitária através do desporto, tendo constituído equipas comunitárias no âmbito da iniciativa “Sports for Peace”, financiado pela NPA e com uma contribuição significativa na reconciliação e fortalecimento de relações de coesão entre cerca de 8000 jovens. Mais ainda, em 2018, o ACR formou 60 jovens em matéria de liderança e princípios dos direitos humanos enquanto embaixadores da paz nas suas comunidades, responsabilizando-os para a mobilização e envolvimento dos restantes grupos locais em iniciativas de construção da paz (quer através do desporto, da organização de festivais, de eventos culturais ou de campanhas, entre outros). A base do trabalho desenvolvido por este projeto jaz na sabedoria do ouvir, no poder da participação e na força do diálogo informado como veículos para a construção de um entendimento e confiança comuns, que são definidos pelo projeto como os fundamentos da educação e da construção da paz. Um dos principais efeitos do projeto junto da população tem-se revelado ao nível do reforço das relações intergrupais e promoção do respeito pela diversidade e inclusão através de um sentimento de identidade comum: *“previously we did not have a good relationship, but since we are bonded together by ACR in these groups, our relationship is good (...)”* (Nyayang in Juba Monitor News, 2019).

No que respeita às metodologias participativas promovidas pelo projeto, de acordo com a entrevista 1, estas baseiam-se na organização de fóruns comunitários regulares que colocam em diálogo diferentes grupos locais para a resolução de questões que sejam apresentadas por um ou mais destes grupos, bem como pelo envolvimento de todos os beneficiários do projeto no planeamento e execução das diversas etapas das atividades: *“to make people accountable we believe they have to be empowered and informed to participate, that’s why we try our best to involve the communities in the understanding of the political context and to give them complementary training on how they can be an active part in the construction of peace for South Sudan, starting locally to achieve it nationally. In all our activities we have the intention to involve the participants in the process of addressing the goals and to hold them responsible for the results proposed by the activities”* (Entrevista 1).

Neste âmbito, mais do que atuar a nível nacional, o projeto intervém junto das comunidades para a construção de uma paz no Sudão do Sul não apenas *“lead from below”* mas também *“lead by the local”* no sentido em que considera fundamental contribuir para uma mudança local para se poder multiplicar essa mudança a nível sistémico e nacional. É nesta premissa que reside o poder da participação local, partindo do *empowerment* e do envolvimento da população nas decisões com implicação direta ao nível da comunidade de modo a espelhar essas mesmas decisões num projeto nacional maior de paz e desenvolvimento. Esta foi a ideia que orientou a presente investigação e que se espelha, de certa forma, no testemunho do entrevistado do ACR quando este diz que *“(…) the main contribution of involving communities resides in their direct participation in the work CSOs do and in the feeling that contributions and the activities we do result in the people and in their everyday life. The truth is you can lead to a peacebuilding process if you engage locally with communities, by promoting the economic inclusion of all groups, the enrollment of the youth in school, the development of local trade, the cohesion between groups. These things are important when we talk about building peace nation-wide. Only if we have happy and developed communities and cultural and economic security will we have people motivated for the development of the country and empowered enough to make a stand against governments that don’t serve them and to fight for actual peace”* (Entrevista 1).

#### **4.5.3 Resultados**

A presente investigação concretiza a elaboração da dissertação de Mestrado em *“Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais”*, cujo estudo se centrou na compreensão do papel da participação comunitária na construção da paz sustentável. A definição do tema de

investigação teve como fundamento a premissa de que a participação de base local é uma dimensão-chave para o contexto de resolução de conflitos armados e construção de uma paz sustentável, no sentido em que ao se assegurarem processos participativos e de representatividade local efetiva, mais facilmente se torna possível assegurar sistemas políticos que satisfaçam as necessidades reais da população e do país, indo desta forma ao encontro dos diversos grupos sociais e culturais e assegurando os seus Direitos e deveres no caminho para a reconciliação, reconstrução nacional e paz sustentável. Na identificação da problemática, foram definidas 2 hipóteses de investigação que, no decorrer do estudo, se testaram à luz de um contexto real de conflito armado – a guerra civil no Sudão do Sul – e, mais concretamente, a partir da observação da intervenção de dois projetos a intervir em Juba através de metodologias de participação local e comunitária. Designadamente:

Hipótese a): quanto maior o envolvimento e representatividade das populações locais nos processos de construção de paz, maior a possibilidade de esta se constituir efetiva e sustentável a longo prazo;

Hipótese b): quanto mais partilhado for o processo de construção de paz, maior o nível de responsabilização e compromisso das populações locais para a paz.

Para esta análise, foi privilegiada uma metodologia qualitativa de recolha de dados que consistiu na pesquisa e análise documental de bibliografia relacionada com o tema da investigação, bem como no estudo empírico do trabalho de duas organizações a intervir no Sudão do Sul e na aplicação de duas entrevistas à ACR e à TEENCO, respetivamente.

Num primeiro momento, importa estabelecer uma análise comparativa entre as dimensões definidas no quadro conceptual, construído no âmbito da análise bibliográfica e enquadramento conceptual dos conceitos de referência do presente estudo, e os resultados descritos no âmbito da caracterização dos dois projetos do capítulo 4.5. Assim, para o efeito, foi elaborada a tabela 3 como ponto de partida para a análise comparativa que se procede.

## QUADRO CONCEPTUAL APLICADO À INTERVENÇÃO DO PACC PROJECT E DO ACR

|                            | <b>ACTION FOR CONFLICT RESOLUTION (ACR)</b>         | <b>PEACE AND COMMUNITY COHESION PROJECT (PaCC)</b> |
|----------------------------|-----------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| <b>Grupos comunitários</b> | Grupo “Sports for Peace” + Grupo de liderança local | Comités de paz comunitários                        |
| <b>Governança local</b>    | ACR em parceria com UNDP, UNICEF, NPA e USAID       | UNDP em parceria com o Governo do Japão e a SIDA   |



|                                                        | ACTION FOR CONFLICT RESOLUTION (ACR)                                                                                                                                                                                  | PEACE AND COMMUNITY COHESION PROJECT (PaCC)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MOTORES DE TRANSFORMAÇÃO                               | Empowerment + Capacitação + Inclusão + Advocacy + Representação social + Promoção dos Direitos Humanos + Sentimento de Comunidade + Parcerias e trabalho em rede                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| FATORES ECONÓMICOS                                     |                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Desenvolvimento económico                              | <ul style="list-style-type: none"><li>Implementação de iniciativas de integração social e económica, nomeadamente no âmbito do apoio na capacitação e constituição de negócios locais e de empreendedorismo</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>Construção de um poço solar e reservatório de água nas comunidades de Misseriva e Dinka Malual</li><li>Formação de 20 mulheres das comunidades de Kapoeta e Boma para a gestão de negócios comunitários e empreendedorismo</li><li>Constituição de 5 cooperativas de mulheres para a produção de negócios locais</li></ul> |
| FATORES POLÍTICOS                                      |                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Princípios de democracia e representatividade coletiva | <ul style="list-style-type: none"><li>Fóruns comunitários</li></ul>                                                                                                                                                   | <ul style="list-style-type: none"><li>Conferências</li><li>Consultas públicas</li><li>Diálogos para a paz</li><li>Reuniões comunitárias</li><li>71 fóruns para a paz</li></ul>                                                                                                                                                                                   |
| Parcerias Governo + Sector Privado                     | Sem informação                                                                                                                                                                                                        | <ul style="list-style-type: none"><li>Grupos comunitários integrados (comunidades, organizações da sociedade civil, organizações internacionais e representantes da administração pública)</li></ul>                                                                                                                                                             |

|                                                         | <b>ACTION FOR CONFLICT RESOLUTION (ACR)</b>                                                                                                                                                                                                                                                   | <b>PEACE AND COMMUNITY COHESION PROJECT (PaCC)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acesso a serviços de saúde pública e assistência social | <ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamização de ações de formação direcionadas a professores de escolas primárias, líderes religiosos e outros líderes locais em matéria de apoio psicossocial a grupos vulneráveis</li> </ul>                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>Constituição de 20 grupos de apoio psicossocial e de apoio a vítimas de violência sexual e de género</li> </ul>                                                                                                                                                                                                     |
| Segurança ambiental                                     | N/A                                                                                                                                                                                                                                                                                           | N/A                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Reintegração socioprofissional de ex-combatentes        | <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção da constituição de obrigações legais que protejam e valorizem os Direitos Humanos de ex-combatentes (entre outros)</li> </ul>                                                                                                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação de 8 grupos de jovens para a inclusão social e económica, com especial enfoque em ex-combatentes</li> </ul>                                                                                                                                                                                             |
| Transparência política                                  | N/A                                                                                                                                                                                                                                                                                           | N/A                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>FATORES COMUNITÁRIOS</b>                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Segurança intergruppal                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da coesão social e cultural, entre outros, através do programa “Sports for Peace”</li> <li>Reforço das relações intergrupais e promoção do respeito pela diversidade e inclusão através de um sentimento de identidade comum</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de comités de paz</li> <li>Resolução de 10 disputas locais intergrupais</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                          |
| Capacitação das organizações da sociedade civil         | <ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação ao nível da gestão de conflitos e metodologias de participação local</li> </ul>                                                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação de 720 jovens para a responsabilização na tomada de decisões da comunidade em busca de resiliência e participação no processo de <i>peacebuilding</i></li> <li>Dinamização de formações em liderança servidora, gestão de conflitos, prevenção de violência e estratégias de inclusão social</li> </ul> |
| Constituição de redes comunitárias                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>Constituição de grupos comunitários integrados (líderes tradicionais das comunidades, líderes religiosos, jovens, grupos de mulheres, comerciantes, organizações locais e internacionais e representantes do Governo)</li> </ul>                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Parcerias entre organizações locais, internacionais e Governo</li> <li>Constituição do ND (movimento National Dialogue)</li> </ul>                                                                                                                                                                                  |
| Acesso à educação                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Constituição de 14 TLS</li> <li>Campanhas de sensibilização para a educação</li> </ul>                                                                                                                                                                 | N/A                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

|                                               | <b>ACTION FOR CONFLICT<br/>RESOLUTION (ACR)</b> | <b>PEACE AND COMMUNITY COHESION<br/>PROJECT (PaCC)</b> |
|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| <b>FATORES TERRITORIAIS</b>                   |                                                 |                                                        |
| Riqueza em recursos naturais e sua exploração | N/A                                             | N/A                                                    |
| Diversidade cultural                          | N/A                                             | N/A                                                    |
| Desenvolvimento da vizinha regional           | N/A                                             | N/A                                                    |

**Tabela 3** - O quadro conceptual aplicado ao conceito do Sudão do Sul

Posto isto, os estudos de caso elaborados, ainda que enormemente limitados na sua caracterização e análise de resultados e impacto junto da população e no contexto do Sudão do Sul, revelaram algumas contribuições correspondentes às dimensões identificadas no quadro conceptual, nomeadamente ao nível da organização de grupos comunitários e de governança local como os espaços para a ação participativa e de iniciativas no âmbito da integração económica, política e comunitária das comunidades onde atuam. Os projetos estudados revelaram a participação local como motor de intervenção e transformação social, sendo em ambos os casos a metodologia implementada para o trabalho com as comunidades onde se encontram a intervir. Do mesmo modo, os projetos revelaram ir ao encontro do plano de ação no que aos mecanismos para a transformação social diz respeito, mais concretamente, promovendo (1) o *empowerment* e a capacitação como ferramentas-chave para a mobilização da população para a tomada de decisões fundamentadas e informadas, (2) a inclusão e a representação social como dimensões importantes para a construção de planos de intervenção local e de paz adequados às necessidades da população e com potencial de impacto nas diversas dimensões da vida em comunidade e na responsabilização dos diferentes *stakeholders* para a liderança do processo, (3) o *advocacy* como estratégia para a promoção dos Direitos Humanos, (4) o trabalho em rede e parceria como principal veículo para a construção de intervenções integradas, com maior poder de atuação sistémica e com maior potencial de eficácia, eficiência e sustentabilidade, e (5) o sentimento de comunidade como fruto dos mecanismos já mencionados e motor para a mobilização social e liderança das comunidades num projeto comum para a paz.

Assim, importa abordar os resultados dos dois projetos no contexto de cada uma das 4 dimensões que compõem o quadro conceptual, de modo a revelar o contributo das suas intervenções para o processo de paz no Sudão do Sul, confirmando (ou refutando) a pertinência das mesmas dimensões no contexto do tema em estudo.

- **Fatores Económicos**

---

**Desenvolvimento económico** (criação de empregos; controlo da taxa de natalidade; exportação e distribuição equitativa dos lucros gerados pela comercialização dos recursos naturais)

Relativamente à dimensão do desenvolvimento económico, identificada no quadro conceptual como uma das esferas-chave na prossecução de uma paz sustentável, ambos os projetos revelaram intervir neste contexto, contribuindo concretamente para a integração e empoderamento económico das mulheres das comunidades onde estão integrados e de ex-combatentes. Através da construção de um poço solar e reservatório de água, o PaCC reforça a emancipação das mulheres das comunidades de Misseriva e Dinka Malual, permitindo-lhes o acesso a um recurso essencial – a água – para a execução de tarefas domésticas, proteção da saúde e integração económica através da dinamização de negócios locais (geralmente relacionados com pequenos negócios de cozinha, onde a água é um recurso importante). De forma complementar, o projeto promoveu a capacitação de 20 mulheres de duas comunidades distintas em matéria de gestão de negócios comunitários e de empreendedorismo (ligados, sobretudo, a negócios de cozinha comunitária, costura, lavandaria e produção agrícola). De modo a potenciar um espaço de encontro, trabalho comum e de criação de sinergias, foram constituídas 5 cooperativas de mulheres para a produção de negócios locais.

Através destas iniciativas, o PaCC trabalha não apenas a integração económica das mulheres das comunidades mencionadas, mas a inclusão deste grupo nas atividades produtivas da comunidade, o seu empoderamento e capacitação, a coesão entre mulheres de diferentes grupos sociais e culturais e a criação de um sentimento de comunidade, fomentado pelo princípio de pertença ao mesmo projeto, que se multiplica pelas restantes esferas da vida em comunidade e potencia o respeito mútuo e a mobilização destes grupos de mulheres para um projeto comum de paz.

Por seu lado, também o ACR tem vindo a desenvolver um trabalho significativo nesta matéria, através da implementação de iniciativas de integração social e económica dos diversos grupos

das comunidades onde intervém, em Juba, nomeadamente através da capacitação da população e dinamização de oportunidades para a constituição de negócios locais e de empreendedorismo. Na aplicação das duas entrevistas às organizações ACR e TEENCO, respetivamente, ambos referiram a integração económico dos sul-sudaneses como sendo um dos principais fatores influentes no processo de reconciliação e construção de uma paz sustentável no país. O primeiro, referiu-se a esta dimensão como crucial, a par do acesso à educação, para a integração dos jovens na sociedade sul sudanesa, sendo um dos fatores determinantes para a rutura da sua adesão aos grupos rebeldes que alimentam o conflito armado e para a sua adesão ao projeto de paz: *“the key players to prolonging the war in the country are the youths and this is because unemployment is at high height. This has rendered many with no future plans. When one has nothing to stand for, he can fall for anything. If roads and schools are constructed, markets erected and the youths engage in business ventures, they will be busy planning their futures and have not time to be used fighting a war whose objective they have no clue”* (Entrevista 1). Neste sentido, importa referir que a integração económica é uma das dimensões-chave para a satisfação das necessidades básicas dos sul sudaneses e consequente motivação para a satisfação de necessidades de 2º grau - ao nível da segurança - na conceção de Marlow já referida no presente trabalho: *“(…) people can only think of contributing to the peacebuilding process if they have their basic necessities covered first. Economic development is the first base criterion for the viability of peace (...)”* (Entrevista 2).

No âmbito do presente trabalho, e análise da intervenção do PaCC e do ACR nas comunidades do Sudão do Sul, não foi possível estabelecer uma relação comprovada entre o controlo da taxa de natalidade e a exportação equitativa dos lucros gerados pela comercialização dos recursos naturais, enquanto elementos fundamentais no caminho para a paz sustentável. No entanto, de forma indireta, e de acordo com os diferentes fatores que têm vindo a ser mencionados, é possível dizer que estes dois elementos podem ser consequentes da integração económica das mulheres (controlo da taxa de natalidade) e de outros grupos mais vulneráveis (distribuição equitativa dos lucros gerados pela comercialização dos recursos naturais), constituindo-se fatores que reforçam o empoderamento destes grupos e a sua inclusão no processo de desenvolvimento local e confiança no caminho da paz sustentável.

- **Fatores Políticos**

---

**Princípios de democracia e representatividade coletiva****Parcerias entre Governo e Sector Privado**

## **Acesso a serviços de saúde pública e assistência social**

### **Segurança Ambiental**

### **Reintegração socioprofissional de ex-combatentes**

### **Transparência política**

Relativamente à dimensão política e aos fatores identificados no quadro conceptual proposto no decorrer da presente investigação, importa referir que, de forma geral, os projetos intervêm nas diferentes esferas desta dimensão, ficando, no entanto, aquém em dois aspetos: segurança ambiental – o qual não se constitui como um eixo estratégico ou de intervenção em ambos os projetos, e a transparência política – a qual não foi possível avaliar (1) pela natureza do estudo de caso, que se centrou especificamente na análise de dois projetos locais (em detrimento da intervenção do Governo junto das comunidades e do seu papel na dinamização de mecanismos de participação local), e (2) pela ainda frágil participação do Governo nas iniciativas de intervenção local e, nos casos em que esta participação existe, fraca apropriação dos contributos das comunidades nos processos de decisão política e implementação de medidas para a paz. Pelas razões enunciadas, o presente estudo não apresenta resultados suscetíveis de ser compreendidos à luz das duas dimensões mencionadas, importando, para o efeito, estabelecer uma análise comparativa entre as restantes dimensões e os contributos empíricos recolhidos.

Assim, no que diz respeito à promoção dos princípios de democracia e representatividade coletiva, ambos os projetos atuaram neste campo através da dinamização de fóruns comunitários, conferências, consultas públicas, diálogos para a paz e reuniões comunitários com vista à mobilização das comunidades para a construção da paz local e liderança do processo. Mais ainda, ambos integram na sua intervenção o Governo e outras organizações locais e internacionais num esforço de ação conjunta que permite a construção de iniciativas de base local sistémicas, com maior número de recursos e potencial de impacto e eficiência e com uma liderança partilhada entre terceiro sector e Governo que potencia a participação da comunidade na esfera da administração pública e no processo de construção da paz nacional. Mais ainda, tanto o PaCC como o ACR, incluem nos seus objetivos estratégicos a promoção do acesso da população a serviços de saúde pública e de assistência social, dinamizando, para o efeito, diversas ações de formação em matéria de apoio psicossocial, nomeadamente a líderes de referência nas comunidades onde se encontram a intervir, bem como através da constituição de grupos de apoio psicossocial e de apoio a vítimas de violência sexual e de género.

Igualmente relevante é a reintegração socioprofissional de ex-combatentes. Neste campo, o PaCC tem vindo a desenvolver um programa de capacitação para jovens com vista à sua

inclusão social e económica enquanto fator-chave na criação de novas motivações e sonhos que permitem que os jovens tenham a ambição da paz e não se deixem influenciar pelos processos de recrutamento dos grupos rebeldes. Esta dimensão é especialmente importante ao nível dos jovens, pois são o grupo mais vulnerável ao recrutamento militar, e, acima de tudo, ao nível da reintegração dos ex-combatentes, para que encontrem vias alternativas de integração económica e social. O ACR também tem intervindo nesta matéria, mas ao nível do *advocacy* e da promoção de obrigações legais que protejam os direitos humanos dos ex-combatentes.

Como tem vindo a ser desenvolvido ao longo do projeto de investigação, as dimensões discriminadas nos parágrafos anteriores são de suma importância para a construção da paz, na medida em que promovem a co-criação e liderança do processo e a garantia de uma paz sustentada pelos princípios da representatividade dos diferentes grupos socioculturais e do respeito pelos Direitos Humanos. Ao se promoverem princípios de democracia e representatividade coletiva, o Estado e as organizações locais não apenas estão a valorizar as comunidades e os sul sudaneses como atores importantes no processo de paz, como estão a potenciar a sua confiança nos mecanismos desenvolvidos por estas entidades e, consequentemente, a potenciar a sua capacidade de coesão e mobilização em torno de um objetivo comum: a paz nas suas comunidades (em primeira instância), que se revela na paz no Sudão do Sul pelo poder multiplicador da transformação social. Neste âmbito, as parcerias entre o Governo e o Sector Privado são especialmente importantes, no sentido em que potenciam o sentimento de proximidade e a credibilidade do Governo, através das organizações locais, junto da população: *“(…) only if the government seems honest in his efforts, will the citizens mobilize to participate. In this way it is key to foster partnerships between the government and the private sector so that the communities can feel the government more close to them and be more informed and listened in the process”* (Entrevista 2). Do mesmo modo, o acesso a serviços de saúde pública e assistência social e a reintegração socioprofissional de ex-combatentes revelam-se fatores fundamentais na plena inclusão de todos os grupos sociais e culturais que constituem a sociedade sul sudanesa. Ao garantir o acesso a serviços de necessidade básica, as organizações promovem a conciliação dos cidadãos, na sua esfera pessoal e entre si, empoderando-os e motivando-os para a prossecução da paz nacional.

- **Fatores Comunitários**

---

**Segurança intergrupar**

**Capacitação das organizações da sociedade civil**

**Constituição de redes comunitárias**

## Acesso à educação

Relativamente aos fatores comunitários, no que à segurança intergrupar e constituição de redes comunitárias diz respeito, tanto o PaCC como o ACR têm contribuído para estas dimensões, através da criação de comités de paz (PaCC), da constituição de grupos comunitários de identidade comum (por exemplo, o “Sports for Peace” promovido pelo ACR) e pela constituição de redes comunitárias integradas e de um movimento de Diálogo Nacional (PaCC) a partir do qual as duas organizações colocam em contacto os diversos *stakeholders* das comunidades e promovem o trabalho conjunto para a construção de iniciativas de desenvolvimento local e de paz. Estas duas dimensões desempenham um papel importante no contexto do processo de paz no Sudão do Sul, no sentido em que promovem, entre outros, a inclusão dos diferentes grupos comunitários num movimento de coesão e empoderamento que fundamenta o sentimento de unidade e de interajuda num projeto comum de construção da paz, tal como ficou subjacente no testemunho da entrevista 2: “(...) *if we want peace to be Sustainable we, as citizens of the same country, have to have the capacity to look beyond our cultural differences and unite for the sustaining of peace (...)*” (Entrevista 2).

Ora, para que a paz seja efetiva e sustentável, o envolvimento e a liderança dos diferentes *stakeholders*, incluindo a população e as organizações locais, necessitam de ser esclarecidos, fundamentados e conscientes. Neste âmbito, uma das dimensões mais importantes no processo de construção da paz jaz no acesso à educação e na capacitação das organizações da sociedade civil para a intervenção comunitária. Assim, é importante garantir que as crianças e os jovens têm acesso à educação e que os grupos que se encontram à frente de projetos de intervenção local têm acesso às ferramentas e ao conhecimento necessário para liderar os processo de desenvolvimento e de construção da paz junto das comunidades e de acordo com metodologias “*bottom-up*”: “*The CSOs are the mouth piece and eye of the community. They reach out to both parties (Government and public) and act as a go-between. Putting priority to educating and capacity-built of CSOs is the key to instilling ethics, professionalism and responsibility, hence, credible information to community that shall then lead to sustainable peace process*” (Entrevista 1).

Assim, um dos principais eixos do ACR passa pela capacitação das organizações da sociedade civil ao nível da gestão de conflitos e metodologias de participação local. Acreditando que a educação e a força motriz para a transformação social, o ACR intervém também na promoção de campanhas e iniciativas que promovem o acesso dos jovens à educação, tendo, para o efeito, constituído 14 centros temporários de formação (TLS) e mobilizado várias campanhas de

sensibilização para a integração das crianças e jovens no ensino escolar. Por seu lado, o PaCC centra a sua intervenção na dinamização de iniciativas de educação não formal, tendo dinamizado diversas formações em liderança servidora, gestão de conflitos, prevenção de violência e estratégias de inclusão social (direcionadas a organizações da sociedade civil) e ações de capacitação, destinadas aos jovens das comunidades onde intervém, para a responsabilização na tomada de decisões na comunidade e participação no processo de construção da paz.

Estas dimensões têm enorme relevância no processo de *peacebuilding*, no sentido em que promovem a construção de comunidades mais informadas e por isso mais emancipadas e mobilizadas para a transformação social. O conhecimento permite não apenas uma maior mobilização para a participação, como, e acima de tudo, o envolvimento dos diferentes grupos através de contributos informados, fundamentados e adequados ao contexto. As comunidades instruídas tornam-se comunidades mais capazes de liderar o processo de desenvolvimento e implementação de um projeto comum para a paz (Jester et al., 2018). Para tal, importa que as organizações locais detenham as ferramentas que lhes permitam fomentar a participação comunitária e mediar o processo de desenvolvimento e paz local, em co-liderança com a população e os restantes *stakeholders*.

- **Fatores Territoriais**

---

**Riqueza em recursos naturais e sua exploração**

**Diversidade cultural**

**Desenvolvimento da vizinhança regional**

Relativamente ao fatores de natureza territorial, no presente trabalho de investigação não foi possível aferir, com dados empíricos, o papel dos indicadores propostos no quadro conceptual no processo de construção de uma paz sustentável, nomeadamente: a riqueza em recursos naturais e sua exploração, a diversidade cultural e o desenvolvimento da vizinhança regional. Embora abordados a nível teórico, no momento de revisão bibliográfica e de enquadramento conceptual, estes são fatores difíceis de testar no contexto do estudo de caso, pela sua natureza territorial e autónoma face a fatores de intervenção local. Assim, no âmbito da presente dissertação, estes fatores apenas são fundamentados pela pesquisa bibliográfica que precedeu a pesquisa empírica, não sendo possível afirmar com certeza que a dimensão territorial, com os fatores que lhe estão subjacentes e que já foram identificados, é fundamental

na prossecução da paz sustentável no Sudão do Sul. Ainda assim, nas entrevistas aplicadas no decorrer da investigação, ambos os entrevistados consideraram que o desenvolvimento dos países vizinhos não é uma dimensão fundamental para o processo de paz no Sudão do Sul, ainda que seja uma situação desejada na medida em que se torna benéfico também para o Sudão do Sul em tempo de conflito e crise humanitária: *“I don’t think it is 100% necessary for the peacebuilding process, but I do think it is good to have neighbors that are wealthier as the success of their economy also reflects in the improvement of South Sudan’s commercial relationships and in the external capacity to intervene and help the country in the process of ending conflict and building peace”* (Entrevista 2).

Quando à diversidade cultural, ambos consideram ser uma importante dimensão no processo de construção da paz no Sudão do Sul, embora na entrevista 2 tenha sido referido que este é um fator que pode, em alguma dimensão dificultar o processo de paz, ainda que acrescente valor e tenha o potencial de o constituir participado, efetivo e sustentável: *“my experience tells me it can difficult the process of reaching a common agreement but can also add value to the process as there are different beliefs and ways of treating the problem that can complement each other and build a more constructive way for peace”* (Entrevista 2).

Posto isto, a análise dos dois projetos permitiu interligar os diferentes conceitos e dimensões abordadas conceptualmente ao longo do projeto de investigação, sendo possível afirmar com segurança que a participação local e comunitária é, de facto, um fator-chave no contexto de construção da paz sustentável, isto é, a longo prazo, ainda que tal não se possa afirmar com a mesma certeza no que ao nível de intervenção diz respeito, ou seja, a mais curto/médio prazo. No decorrer do presente trabalho, tornou-se claro que a participação local não só é importante como é necessária para que a paz no Sudão do Sul seja efetiva e sustentável, no entanto não deve ser considerada como o único mecanismo para a paz nem o mais eficiente para o processo de reconciliação e constituição da paz a curto prazo. Na base desta afirmação, encontra-se a compreensão de que a participação se constitui um mecanismo para a paz a longo prazo. A médio e curto prazo, a participação poderá não ser a ferramenta mais eficaz na promoção da paz, no sentido em que o cessar fogo imediato e a constituição de um clima de paz exigem, na maioria das vezes, a satisfação de necessidades mais básicas e a assertividade militar para cessar com a violência armada. Estas dimensões são sustentadas pela pesquisa bibliográfica e documental que as refere no âmbito da pirâmide de Marlow e numa das entrevistas aplicadas (satisfação de necessidades básicas) e nos tipos de intervenção em contexto de conflito propostos pelo *Capstone Doctrine* das Nações Unidas (2008), mencionado inúmeras vezes, na literatura revista para a presente investigação. Assim, em nenhuma destas dimensões a

participação local poderá ser o melhor instrumento, no entanto esta pode ser considerada a melhor metodologia de intervenção para a paz a longo prazo, isto é, para a paz sustentável e é nesse sentido que se enquadra a presente dissertação.

De acordo com o que tem vindo a ser exposto, podemos afirmar que a participação local desempenha um papel fundamental no processo de construção da paz sustentável. Neste âmbito, importa proceder à verificação das hipóteses de investigação de forma fundamentada.

Hipótese a): *quanto maior o envolvimento e representatividade das populações locais nos processos de construção de paz, maior a possibilidade de esta se constituir efetiva e sustentável a longo prazo.* Não é possível afirmar que a presente hipótese de investigação tenha sido comprovada, pois através da revisão da literatura e da análise empírica dos estudos de caso não se torna evidente o impacto da metodologia participativa no processo de construção de paz sustentável, isto, a longo prazo. O que acontece, no entanto, é que se verifica efetivamente um impacto positivo da participação local e comunitária em dimensões relacionadas com o aumento da inclusão social e económico de grupos vulneráveis, entre os quais ex-combatentes, o aumento do sentimento de pertença e de comunidade (e como tal, união entre os diferentes grupos culturais), o aumento dos níveis de informação e capacitação dos diferentes *stakeholders* da comunidade, a satisfação de necessidades primárias e de segurança e a constituição de redes de trabalho e de ação comunitária que potenciem a responsabilização da população e a mobilização de recursos para o desenvolvimento local, o que, no seu conjunto, pressupõe que estes fatores se revelem, a longo prazo, na constituição de uma paz nacional efetiva, liderada por todos e, por isso, apropriada e sustentável a mais longo prazo, uma vez que na presente investigação estes foram fatores que revelaram contribuir para a construção da paz. Ora, de forma sistémica, como foi possível compreender através do presente estudo, ao se intervir nas dimensões mencionadas, está-se, indiretamente, a contribuir para uma maior confiança das comunidades no processo de liderança local e nacional, aumentando a probabilidade de estas se mobilizarem para o processo. De acordo com Lambourne (2004:3) quanto mais adequado este for à realidade e às necessidades das comunidades, maior o potencial de sustentabilidade do processo de desenvolvimento e de paz: *“to be successful, post-conflict peacebuilding must address the underlying causes of conflict in addition to the surface manifestations such as the military culture and proliferation of weapons”*.

Hipótese b): *quanto mais partilhado for o processo de construção de paz, maior o nível de responsabilização e compromisso das populações locais para a paz.* Esta hipótese de investigação foi comprovada, maioritariamente através da pesquisa bibliográfica desenvolvida no contexto da presente dissertação. Como tem vindo a ser descrito ao longo do trabalho, a

partilha dos processos de decisão e liderança dos projetos de paz promove a confiança das comunidades nas entidades a gerir o processo (Estado e organizações locais), reforçando a sua motivação para a participação no processo e a consequente responsabilização na liderança *from below* do mesmo e na garantia da representatividade e da inclusão na construção de paz. A partilha do processo de construção de paz está também relacionada com a prática de políticas transparentes por parte do Governo e das organizações locais, o que potencia a mobilização da população para a partilha do processo: *“by being transparent, the Government is sending a clear message to the south sudanese that he wants to involve all citizens in a process of democracy and participative peacebuilding. By doing it, people will gain trust and will be more informed and able to participate and contribute to the peacebuilding process. Being transparent and democratic is the best way for the government to reach out to citizens and foster a policy of unity for the development of a peaceful south sudan. Only if the government seems honest in his efforts, will the citizens mobilize to participate (...)”* (Entrevista 2). A partilha do processo de construção de paz remete também para a construção de relações de coesão entre os diferentes *stakeholders* com vista a um projeto comum de paz. Esta dimensão vai ao encontro do que Lederach (1997) propõe quando diz que *“relationships are the basis of both the conflict and its long-term solution”* e que para a construção de uma paz sustentável importa, em primeiro lugar, trabalhar as relações entre os diferentes grupos que compõem a comunidade, investindo na coesão e na criação de um sentimento de pertença e de projeto comum (para a paz).

## Conclusão

Posto isto, no que se relaciona mais concretamente com o objeto de estudo da presente investigação importa salientar o seguinte:

- A importância da perspectiva *bottom up* como uma estratégia de *empowerment* que permite a valorização das capacidades da população do território, bem como o fomento da sua participação em dinâmicas de carácter comunitário. A ideia de que as pessoas não são meramente o alvo da intervenção como espectadores passivos, mas parte integrante do processo de desenvolvimento enquanto atores principais. Subjacente a esta abordagem, está também a crença de que todas as comunidades têm recursos e capacidades que merecem ser reconhecidas e fortalecidas em prol da melhoria da qualidade de vida coletiva e da construção da paz.
- A importância da dinamização de redes de organizações parceiras e atores locais (incluindo o Estado) para a concretização de objetivos e dinâmicas integradas, representativas e adequadas à realidade dos territórios, que permitam também criar um sentido de confiança e apoio na população.
- A partilha do processo de tomada de decisão e de liderança da paz como estratégia de agregação de recursos e diferentes posições no terreno. A dinamização de redes comunitárias para a promoção de respostas conjuntas e integradas de reflexão e ação para o desenvolvimento e para a paz é fundamental para garantir a responsabilização de todos os *stakeholders* da comunidade e garantir o seu envolvimento e sustentabilidade do processo.
- A importância da educação e da capacitação dos agentes comunitários para a participação e liderança dos processos de intervenção local e de paz. No que à educação formal diz respeito, não apenas atua ao nível da tomada de consciência para a paz e às ferramentas disponíveis para a sua prossecução, como atua também ao nível da prevenção de comportamentos de risco (integrar grupos rebeldes) e da promoção de um maior nível de integração económica futura.

De uma forma geral, e partir dos dados apresentados pela pesquisa teórica e empírica, podemos afirmar que a participação local e comunitária desempenha um papel fundamental na construção de uma paz sustentável. Tal como foi mencionado no presente capítulo, a participação local constitui-se como a ferramenta mais eficaz para a sustentabilidade da paz no Sudão do Sul, embora não seja possível comprovar esta premissa através da análise de dados empíricos pela

situação instável e de paz precoce que o país vive atualmente. Assim, importa reconhecer, no âmbito da presente investigação, que no atual contexto do Sudão do Sul a participação comunitária poderá não ser a ferramenta mais adequada para a reconciliação e construção da paz no país, visto que a população enfrenta um contexto maior de carências humanitárias profundas e de necessidade básica que necessitam de ser asseguradas numa primeira instância para que a participação local possa ser possível.

## Bibliografia

- ACCORD (2002), *Owning the process: Public participation in peacemaking*. Conciliation Resources, Issue 13 - London 2002
- ACR (2018), *Activities report 2018*; Informação disponibilizada no site, consultada em <http://acrsouthsudan.org/>
- ADELMAN, Howard and SUHRKE, Astri (1996), *The International Response to Conflict and Genocide: lessons from the Rwanda experience*. Early Warning and Conflict Management, Joint Evaluation of Emergency Assistance to Rwanda. Copenhagen
- AFDB – African Development Bank Group (2018), *The Political Economy of South Sudan*. Consultado em <https://www.afdb.org/en/countries/east-africa/south-sudan>
- AHMAD, A. (2010), *Sudan Peace Agreements: current challenges and future prospects*. Sudan Working Paper (1), Chr. Michelsen Institute, Bergen
- AKOL, J. (1987), *Southern Sudanese Refugees: their repatriation and resettlement after the Addis Ababa agreement*. Em ROGGE, J. R. (ed.), *Refugees: a third world dilemma*, (pp. 143-157). Rowman & Littlefield, New Jersey
- ALI et al. (2018), *Funding to Local Humanitarian Actors: South Sudan case study*. Humanitarian Policy Group Working Paper
- ALVES, João Emílio (2013), *Parceiros em Rede: estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação*. ISCTE-IUL, tese de doutoramento em sociologia
- AMARO, Rogério Roque (1990), *Desenvolvimento e Injustiça Estrutural*. Communio n.º 5, setembro / outubro, pp. 449-459, Lisboa, 1990
- ANDER-EGG, E. (1980), *Metodologia y Pratica del Desarrollo de la Comunidad*. 10ª Edição, Terragona, Universidade Europeia
- ANDERSON, C. (1977), *Statecraft: an introduction to political choice and judgement*. New York, Wiley
- AREMU, Johnson (2010), *Conflicts in Africa: meaning, causes, impact and solution*. An International Multi - Disciplinary Journal, Ethiopia Vol. 4 (4), Serial No. 17, October, 2010, pp. 549-560
- ARNSTEIN, Sherry R. (1969), *A Ladder Of Citizen Participation*. Journal of the American Planning Association, 35: 4, pp. 216-224
- ASSAL, M. (2011), *Conflict-Induced Migration in Sudan and Post-Referendum Challenges*. European University Institute, San Domenico di Fiesole

- AVERY, William and RAPKIN, David (1986), *World Markets and Political Instability within Less Developed Countries*. Cooperation and Conflict, 21: 2, pp. 99–117
- BALTAZAR, Maria (2007), *(Re)Pensar a Sociologia dos Conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e/ou a paz positiva*. Nação e defesa, Primavera 2007 N.º 116 - 3.ª Série pp. 157-185
- BARNETT, Michael and ZURCHER, Christoph (2009), *The Peacebuilder's Contract: how external statebuilding reinforces weak statehood*. Em PARIS, Roland and SISK, Timothy (orgs.), *The Dilemmas of Statebuilding: confronting the contradictions of postwar peace operations*. London: Routledge, pp. 23-52.
- BASSIL, N. (2009), *The Crisis of the Sudanese Post-Colonial State and Conflict in Darfur*. Ph.D. Thesis, Macquarie University
- BATES, R. (2008), *Africa Failure*. The Annual Review of Political Science. Consultado em <http://polisci.annualreviews.org>
- BBC News (2018). Consultado em <https://www.bbc.co.uk/search?q=south+sudan>
- BLAND, G. (2007), *Decentralization, Local Governance and Conflict Mitigation in Latin America*. Em Brinkerhoff, D. (Ed.), *Governance in Post-conflict Societies: rebuilding fragile states* (pp. 207-225): Routledge
- BODETTI, Austin (2019), *How China Came to Dominate South Sudan's Oil*. Article for The Diplomat, February 2019
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (2013), *Investigação Qualitativa em Investigação*. Porto Editora, Reimpressão 12-2013
- BOURNE, Tamar and FENN Ian (2011), *Know your environment limits: a local leaders' guide*. Sustainable Development Comission, March 2011
- BRABANDERE, E. (2009), *The 'Light Footprint' Approach And The Occupation Of Iraq*. UN International Administrations, Chapter 3 in Post-conflict Administrations in International Law
- BRANCO, Carlos; SOUSA, Ricardo; OLIVEIRA, Gilberto (2017), *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, OBSERVARE
- BRANGWIN, Nicole (2014), *South Sudan Crisis 2014*. Parliamentary Library. Reserach paper Series, 2013–14
- BRATTON, M. and VAN DE WALLE, N. (1994), *Patrimonial regimes and political transitions in Africa*. World Politics, 46, pp. 453-489
- BRATTON, M. (1994), *Civil Society and Political Transition in Africa*. Institute for Development Research, 11 (6) pp. 1-21

- BRITO, Brígida (1997), *A importância dos sistemas participativos no desenvolvimento local da Guiné-Bissau*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos
- BUARQUE, S. C. (1999), *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. 2ª ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999
- BUHAUG, H. and GLEDITSCH, K. (2014), *Square Pegs in Round Holes: Inequalities, Grievances, and Civil War*. *International Studies Quarterly*, 58, pp. 418-431
- BUJRA, Abdalla (2002), *African conflicts: their causes and their political and social environment*. Development Policy Management Forum, United Nations Economic Commission for Africa
- BURNELL, Peter (2006), *Autocratic opening to democracy: why legitimacy matters*. *Third World Quarterly*, 27:4, pp. 545-562
- BYRNE, Sean and SENEHI, Jessica (2009), *Conflict Analysis and Resolution as a Multidiscipline: a work in progress*. Em *Handbook of Conflict Analysis and resolution*, edited by SANDOLE, Dennis et al., pp. 1-17 London: Routledge
- CALEIRO, António Bento (2017), *Paz e Democracia – De que forma estão relacionadas?*. *Journal of Political Science*, special issue, Dezembro 2017, pp. 17-23.
- CARREIRA, Vanda C. (2018), *A Participação Pública: Factores e Comportamentos de Cidadania Ativa na Construção e Gestão de Territórios Sustentáveis*. Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, maio 2018
- CARVALHO, H. (1997), *Metodologia do Planejamento Municipal Participativo: um modelo interativo*. Curitiba: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- CEPAL (2007), *Coesão Social: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe*
- CHENOWETH, Erica and STEPHEN, Maria (2012), *Why Civil Resistance Works: the strategic logic of nonviolent conflict*. Columbia studies in terrorism and irregular warfare, Columbia University Press
- CIA Worldfactbook - South Sudan (2019). Consultado em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/od.html>
- COLLIER, Paul (1999), *Doing Well out of War*. Paper prepared for Conference on Economic Agendas in Civil Wars, London, April 26–27, 1999.
- COLLIER, Paul and HOEFFLER, Anke (1999), *Justice-Seeking and Loot-Seeking in Civil War*. Washington, DC: The World Bank/CSAE

- \_\_\_\_\_ (2000), *Greed and Grievance in Civil War*. World Bank Policy Research Paper
- \_\_\_\_\_ (2002), *Greed and Grievance in Civil Wars*. Working Paper Series, 01, Center for the Studies of African Economies, Oxford
- \_\_\_\_\_ (2002), *On the Incidence of Civil War in Africa*. Journal of Conflict Resolution, 46: 1, pp. 13-28
- COLLIER, Paul et al. (2003), *Breaking the Conflict Trap: civil war and development policy*. World Bank and Oxford University Press, Washington DC
- COLLINS, Robert (2008), *A History of Modern Sudan*. Cambridge: Cambridge University Press
- COOPER, R. (2018), *What is Civil Society? How is the term used and what is seen to be its role and value (internationally) in 2018?*. K4D Helpdesk Report, Brighton, UK: Institute of Development Studies
- CROWTHER, N. et al. (2014), *Inequalities in Public Services in the Sudan: using a perceptions-informed view to drive policy in education, health and water provision*. LSE MPA Capstone Report – Department for International Development
- DAVIDSON, S. (1998), *Spinning the wheel of empowerment*
- DENG, Francis (1994), *The Sudan: Stop the Carnage*. The Brookings Review 12, no. 1 (1994): pp. 6–11
- DEROUEN K.; BERCOVITCH J.; POSPIESZNA P. (2011), *Introducing the Civil Wars Mediation (CWM) Dataset*. Journal of Peace Research, Vol. 48, No. 5, pp. 663–672
- DESAI & POTTER (2002), *The Companion to Development Studies*. Oxford University Press Inc., New York
- DESSLER, David (1994), *How to Sort Causes in the Study of Environmental Change and Violent Conflict*
- DOMINGUES, Silva (2006), *A Marginalidade e Exclusão Social: a mediação que busca a superação*
- DONIAK, Fabio (2002), *Participação Comunitária no processo de desenvolvimento local: estudo de caso do município de Rancho Queimado*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção
- DOYLE, Michael W. and SAMBANIS, Nicholas (2000), *International Peacebuilding: a theoretical and quantitative analysis*. American Political Science Review, 94,4: pp. 1-60
- DRYZEK, John (2012), *Foundations and Frontiers of Deliberative Governance*. Oxford University Press

DUARTE, Rita (2014), *Velhas ou novas guerras, eis a questão*. Metamorfoses da violência (1914-2014), OBSERVARE - Janus 2014, pp. 86-87

DUFFIELD, Mark (2001), *Global Governance and the New Wars: The merging of development and security*. London: Zed Books

EDELMAN (2013), *Trust barometer*. Trust-building mandates analysis

EJDUS, F. and JUNCOS, A. (2018), *Reclaiming the Local in EU Peacebuilding: effectiveness, ownership, and resistance*. Contemporary Security Policy, 39(1), pp. 4–27

ERSLAND, Linn (2014), *A Burden or a Resource? Conditions for Returnee (Re)integration in Juba, South Sudan*. Master's thesis in Peace and Conflict Transformation – SVF-3901 June 2014, Chapter 2

ESTEVES, Paula Cristina (2007), *A Agência do Assistente Social e a Reprodução da Pobreza e da Exclusão Social*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Coimbra

ESTEVES, João Amorim (2015), *Estudos de Direito Internacional: formação e evolução do conceito de segurança*. Repositório Universidade Lusíada

FISAS, V. (2004), *Procesos de paz y negociación en conflictos armados*. Paidós, Barcelona, UNISCI Discussion Papers 2004

FOURIE, D (2001), *Mechanisms to Improve Citizen Participation in Government and its Administration*. SAJEMS NS V 01 4 (2001) No 1

FRIEDMANN, John (1992), *Empowerment*. Cambridge: Blackwell Publishers

FUKUYAMA, Francis (2006), *Nation-building: beyond Afghanistan and Iraq*. Johns Hopkins University Press, Baltimore

GALTUNG, Johan (1969), *Violence, Peace and Peace Research*. Journal of peace research, vol. 6 no. 3, pp. 167-191 published by Sage publications, Ltd

GARANG, Aleu (2015), *The impact of external actors on the prospects of a mediated settlement in South Sudan*. Paper presented at the Academic Conference on International Mediation, University of Pretoria, June 2015, South Africa

GINTY, R. and RICHMOND, O. (2013), *The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace*. Third World Quarterly, 34(5), pp. 763-783

GOHN, M. (2003), *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003

GREEN, S. (2017), *Civil Society at a Crossroads: exploring sustainable operating models*. Washington DC: Centre for Strategic and International Studies

Groupe Société Générale – South Sudan (2019). Consultado em <https://import-export.societegenerale.fr/en/country/south-sudan/presentation-geography>

GURR, Ted (1970), *Why Men Rebel*. Princeton, NJ: Princeton University Press

HEGRE, H. et al. (1999), *Estimating the Relative Risk of Civil War*. Unpublished paper, International Peace Research Institute, Oslo

HERBST, J. (1990), *War and the State in Africa*. International Security, 14 (4), pp. 117-139

\_\_\_\_\_ (2000), *States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control*. New Jersey, Princeton University Press

HOLT, P. and DALY, M. (2011), *A History of the Sudan: From the Coming of Islam to the Present Day*. Pearson Education Limited, Harlow

ICRC - Comité International Genève (2004), *What is international humanitarian law?*. Advisory Service on International Humanitarian Law, 07/2004

IGAD (2016), *Strategy and Implementation Plan 2016-2020 Information Sheet*

International Crisis Group (2002), *Changing the Logic of War in Sudan*. Brussels: International Crisis Group Press

International Organization for Migration (2011), *Migration in Sudan: a country profile 2011*. IOM, Khartoum

JESTER et al., (2018), *Peacebuilding and Local Ownership: A Handbook for Practice*

Juba Monitor News (2019), Bentiu women resort to business for peace. Consultado em <https://www.jubamonitor.com/bentiu-women-resort-to-business-for-peace/>

MORENO, Celestino (2012), *Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social: o papel do assistente social como mediador social no processo de desenvolvimento comunitário*. Universidade Jean Piaget de cabo Verde

JICA (2009), *Juba Urban Water Supply and Capacity Development Study*. September

JOHNSON, Douglas (2006), *Causes of Sudan's Civil Wars*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2006

JOK, J. (2011), *Diversity, Unity, and Nation Building in South Sudan*. Special Report 287, United States Institute of Peace, Washington

KALDOR, M. (2013), *In Defense of New Wars*. Stability, 2(1), pp.1-16

KING, Jr. Martin Luther (2014), *A Autobiografia de Martin Luther King Jr*. Organização Clayborne Carson, tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

KISSANE, Bill and SITTER, Nick (2005), *The Comparative Study of Civil War: towards a dynamic model*. A publication from The Centre for European and Asian Studies at Norwegian School of Management, Oslo

KOFF (2012), *Fact Sheet Conflict Sensitivity*. Swiss Peace, September

KREIENKAMP, J. (2017), *Responding to the Global Crackdown on Civil Society*. Policy Brief, Global Governance Unit, UCL

KUMAR, Krishna (1997), *Rebuilding Societies after Civil War: critical roles for international assistance*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner

LAMBOURNE, W. (2004), *Post-Conflict Peacebuilding: meeting human needs for justice and reconciliation*

LEDERACH, J. (1997), *Building Peace. Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. Washington: United States Institute of Peace Press

LERICHE, Matthew and ARNOLD Matthew (2012), *South Sudan: from revolution to independence*. New York, Columbia University Press

LIDEN, Kristoffer; GINTY, Mac; RICHMOND, Oliver (2009), *Beyond Northern Epistemologies of Peace: peacebuilding reconstructed?*. *International Peacekeeping*, 16(5), pp. 587-598

LUJAN, Fernando (2013), *Light Footprints: the future of american militar intervention*. Center for a New American Security, October 21

MACH, Parach (2019), *Sudan unrest may put South Sudanese peace at risk: experts*. Em Anadolu Agency, 16 de abril de 2019, consultado em <https://www.aa.com.tr/en/africa/sudan-unrest-may-put-s-sudanese-peace-at-risk-experts/1453656#>

MANOLA DE VOS (2015), *6 ways to successfully engage youths in peace building*. Artigo para Devex.com, março 2015

MASCARENÃS, L. (1996), *La pratica de la teoria del desarrollo comunitario*. Madrid: NarceaSa

MASLOW, A. (1943), *A theory of human motivation*. *Psychological Review*, 50: 390-6

MAY, M. (1943), *A social psychology of war and peace*. New Haven, CT: Yale University Press

MBOTE, D. (2016), *For sexual minorities, “closing space” for civil society means losing access to critical services*. Open Global Rights article

MOHANDIS, Rajab (2018), *Civil Society: who are the voices that are rebuilding South Sudan?*. *Global Development Institute*, Oct 2018

MORAIS, Seomara (2010), *Viver em Alta De Lisboa: o impacto do sentimento psicológico de comunidade e da relações de vizinhança no bem-estar*. Tese de Mestrado me Psicologia Social e das Organizações, Lisboa: Departamento de Psicologia Social e das Organizações/ ISCTE

MORENO, Celestino (2012), *Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social: papel do assistente social como mediador social no processo de desenvolvimento comunitário*. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

NICOLAISEN, F. et al. (2015), *South Sudan-Uganda relations: the cost of peace*. Em ACCORD – The African Centre for the Constructive Resolution of Disputes, 23 Dec 2015

Observatório Qren, *A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico*. I manual técnico, Tema: Promoção da Inclusão Social

Observatory of Economic Complexity - South Sudan (2018). Consultado em <https://oec.world/en/profile/country/ssd/>

OCHA (2015), *South Sudan Humanitarian Bulletin*. Consultado em <http://reliefweb.int/report/south-sudan/south-sudan-humanitarianbulletin-1-december-2015>

ODENDAAL, A. (2013), *A crucial link : local peace committees and national peacebuilding*. United States of America: United States Institute of Peace Press

O'DRISCOLL, D. (2018), *Civil Society in Authoritarian Regimes*. K4D Helpdesk Report, Brighton, UK: Institute of Development Studies

OLIVEIRA, A. (2011), *Resolução de conflitos: o papel do instrumento militar no actual contexto estratégico, o exemplo do Kosovo*. Lisboa: Esfera do Caos

OMWENGA, Angelica (2018), *War, Conflict, And Its Impact In The Greater Horn Of Africa: a case study of south sudan*. A Report Submitted to the School of Humanities and Social Sciences at the United States International University

ONU (2016) - UN Women, United Nations Peacekeeping Report

\_\_\_\_\_ (2019) - United Nations Peace and Security Issue

ORNELAS, J. (2008), *Psicologia comunitária*. Lisboa: Fim de Século

PaCC (2018), *Reconciling Communities: impact stories*. Peace and Community Cohesion Project South Sudan – United Nations Development Programme

\_\_\_\_\_ (2018), *April-June 2018 Progress Report*. Peace and Community Cohesion Project South Sudan – United Nations Development Programme

PAFFENHOLZ (2014), *Civil Society and Peace Negotiations: beyond the inclusion-exclusion dichotomy*. *Negotiation Journal* 30, no.1 (January 2014): pp. 69-91.

\_\_\_\_\_ (2014), *International Peacebuilding Goes Local: analysing lederach's conflict transformation theory and its ambivalent encounter with 20 years of practice*

\_\_\_\_\_ (2015), *Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research*. *Third World Quarterly* 36, no. 5

\_\_\_\_\_ (2016), *Peacebuilding from Below: the role of local civil society in south sudan*. Consultado em <https://www.inclusivepeace.org/content/peacebuilding-below-role-local-civil-society-south-sudan>

- PARREIRA, José (2009), *Organizações de Base Comunitária: que papel no conceito e implementação do desenvolvimento a partir de baixo?*. Lisboa: UTL – Instituto Superior de Economia e Gestão
- PERISTA, Pedro e BAPTISTA, Isabel (2010), *A Estruturalidade da Pobreza e Exclusão Social na Sociedade Portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a ação*. Fórum Sociológico nº20
- PFEIFFER, Cláudia (2008), *A Participação Social no Contexto do Desenvolvimento Local / Comunitário: reflexões iniciais*
- PINHEIRO, S. et al. (1997), *Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura*. Em Revista Agropecuária Catarinense, Florianópolis: Epagri, v. 10, pp. 18-22
- RANSOM, Janice (2000), *Combater a Exclusão Social: Identificar papéis e potencialidades do poder local, novos desafios e oportunidades*. Cadernos REAPN
- RECUERO, Raquel (2002), *Comunidades Virtuais: uma abordagem teórica*. Mídia, Imprensa e as Novas Tecnologias, Coleção Comunicação: Cap.12, pp. 221-240
- RENO, W. (2011), *Warfare in Independent Africa: new approaches to african history*. Cambridge: Cambridge University Press
- Reuters News (2019). Consultado em <https://www.reuters.com/search/news?blob=south+sudan&sortBy=relevance&dateRange=pastYear>
- REYNOLDS, Sarnata (2012), *South Sudan Nationality: commit now avoids conflict later*. Refugees International Field Report, Washington, DC: Refugees International
- ROLANDSEN, Øystein (2015), *Small and Far Between: peacekeeping economies in south sudan*. Journal of Intervention and Statebuilding
- ROLANDSEN, Østein et al. (2015), *A Year of South Sudan's Third Civil War*. International Area Studies Review, 18 (1)
- RUEY, Tethloach (2017), *The South Sudanese Conflict Analysis: conflict profile, causes, actors and dynamics*. Doctoral thesis
- RUTZEN, D. (2015), *Civil Society under Assault*. Journal of Democracy, 26.4, pp. 28-39
- RWAMASIRABO, Emile (2007), *Education for democracy, dialogue and peace*. UNU, Tokyo
- SAMBANIS, N. (2005), *Conclusion: Using Case Studies to Refine and Expand the Theory of Civil War*. Em COLLIER and SAMBANIS (eds.), *Understanding civil war: evidence and analysis*. Vol. I: Africa, Washington DC, The World Bank, pp. 303-334
- SANTOS, Loureiro (2000), *Reflexões sobre Estratégia: temas de segurança e defesa*. Instituto de Altos Estudos Militares, Publicações Europa-América

SCHIA, Niels and KARLSRUD, John (2012), *Contextualizing peacebuilding activities to local circumstances*. Security in Practice 9, Norwegian Institute of International Affairs (NUPI), Oslo

SEEKA, Angelina et al. (2017), *Civil Society in South Sudan: advocacy priorities and principles 2017-2020*. Compiled by civil society of South Sudan in 2017

SHARKEY, H. (2012), *Language and Conflict: the political history of arabisation in Sudan and Algeria*. Studies in Ethnicity and Nationalism 12 (3), pp. 427-449

SMITH, Dan (2004), *Trends and Causes of Armed Conflict*. Berghof Research Center for Constructive Conflict Management - Edited version Aug 2004

SMITH, E. R. (2008), *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70

SOUSA, Ricardo (2016), *Greed, grievance, leadership and external interventions in the initiation and intensification of the civil war in Angola*. JANUS.NET, e-journal of International Relations, Vol. 7, núm.1, maio-outubro, pp.73-95

South Sudan NGO Forum (2015), *Annual Report*. Consultado em <https://docs.southsudanngoforum.org/sites/default/files/2016-06/SSNGOF%20Annual%20Report%202015.pdf>

STEPHAN, Maria and CHENOWETH, Erica (2012), *Why Civil Resistance Works: the strategic logic of nonviolent conflict*. Columbia Studies in Terrorism and Irregular Warfare, 1 Dec 2012

STEWART, Frances (2002), *Root causes of violent conflict in developing countries*  
 \_\_\_\_\_ (2013), *Approaches towards inequality and inequity: concepts, measures and policies*. UNICEF Office of Research Discussion Paper: Perspectives of Equity

TANNER, L. and MORO, L. (2016), *Missed out: the role of local actors in the humanitarian response in the South Sudan conflict*. CAFOD and Trócaire in Partnership, Christian Aid, Oxfam GB, and Tearfund

TCHIE, Andrew (2018), *Peace in South Sudan: what next for the world's newest nation?*. Speech from the IISS Conflict Briefings on 19<sup>th</sup> February 2019. Consultado em <https://www.iiss.org/events/2019/02/peace-in-south-sudan-what-next>

The World Bank (2017), Republic of South Sudan: Annual GDP

TOMILAYO et al.(2017), *Challenges of civil society organisations in influencing democratic governance in Nigeria*. African Journal of Management (Vol.2, No.2, 2017), Business Admin. University of Maiduguri

Transparency International (2017), *Corruption Perceptions Index 2017*. Consultado em: [https://www.transparency.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2017](https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017)

TSCHIRGI, Neela. (2014), *Construção da paz: a interface entre abordagens nacionais e internacionais*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (104), pp. 21-44

UNCTAD – United Nations conference on Trade and development (prosperity for all), 2019 World Investment Report

UNHCR (2008), *Implementing a community-based approach*. Em *A community-based approach* in UNHCR Operations, Chapter 3

\_\_\_\_\_ (2017), *Global Report 2017*. Consultado em [http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/gr2017/pdf/GR2017\\_English\\_Full\\_lowres.pdf#a=2.167951265.1859034797.1569060821-945854343.1568551682](http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/gr2017/pdf/GR2017_English_Full_lowres.pdf#a=2.167951265.1859034797.1569060821-945854343.1568551682)

UNICEF (2018), *Unicef South Sudan Annual Report*. Consultado em <https://www.unicef.org/southsudan/media/1801/file/UNICEF-South-Sudan-Annual-Report-2018.pdf>

United Nations (2008), *United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines*. Department of peacekeeping Operations and Department of Field Support

\_\_\_\_\_ (2013), *Sudan: UN and Partners Work Plan*. Consultado em [http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/SUDAN\\_HWP\\_2013.pdf](http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/SUDAN_HWP_2013.pdf)

United Nations Development Program (2012), *South Sudan: Investing in Agriculture for Food Security and Economic Transformation*. Geneva: United Nations Development Program, 2012

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (2012), *South Sudan: humanitarian agencies respond to refugee crisis*. Consultado em <http://www.unocha.org/top-stories/all-stories/south-sudan-humanitarian-agenciesrespond-refugee-crisis>

United Nations Security Council Resolution (2019). Consultado em [https://undocs.org/en/S/RES/2459\(2019\)](https://undocs.org/en/S/RES/2459(2019))

USAID (2017), *Humanitarian Assistance to South Sudan Crisis*

\_\_\_\_\_ (2019), *South Sudan: adaptive systems in a conflict and crisis setting*. Consultado em: <https://www.edu-links.org/index.php/learning/south-sudan-adaptive-systems-conflict-and-crisis-setting>

VANDYCK, C. (2017), *Concept and definition of civil society sustainability*. Washington DC: Centre for Strategic and International Studies.

VIRK, K. and NGANJE, F. (2016), *The peacebuilding role of civil society in South Sudan*. Policy Advisory Group Seminar Report no.55

WALTER, Barbara (2015), *Why Bad Governance Leads to Repeat Civil War*. *Journal of Conflict Resolution*, 59:7, pp. 1242–72

- WELCH, David (1993), *Justice and the Genesis of War*. Cambridge: Cambridge University Press
- WILLIAMS, Paul (2011), *War & Conflict in Africa*. Polity Press, United Kingdom
- World Economic Forum (2013), *The Future Role of Civil Society*. World Economic Forum in collaboration with KPMG International
- YOUNG, Iris (2002), *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press
- YOUNG, J. (2012), *The Fate of Sudan: the origins and consequences of a flawed peace process*. Zed Books, London
- ZEEUW, Jeroen (2001), *Building peace in war-torn societies: from concept to strategy*. Research project on rehabilitation, sustainable peace and development
- ZHAO, Suisheng (2015), *China in Africa: strategic motives and economic interests*. Routledge; 1 edition
- ZIMERMAN, Artur (2008), *Revisão bibliográfica da literatura quantitativa sobre as determinantes de guerra civil*
- ZIPPELIUS, Reinhold (1997), *Teoria geral do Estado*. Traduzido por Karin Praefke-Aires Coutinho, 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian